

**A prática profissional do assistente social no enfrentamento da
violência: a desafiadora (re) construção de uma particularidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Manoela
Valença

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a Beatriz Augusto
Paiva

Florianópolis/SC, 2011

**Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina**

N972p Nunes, Renata

A prática profissional do assistente social no
Enfrentamento da violência [dissertação]: a desafiadora
(re) construção de uma particularidade / Renata Nunes;
orientadora,
Maria Manoela Valença. – Florianópolis, SC : 2011.
156 p.: tabs.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço social. 2. Violência. 3. Assistentes
sociais. 4. Crianças maltratadas. I. Valença, Maria
Manoela. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

Agradecimentos

O presente estudo, como parte importante de minha trajetória pessoal e profissional, expressa de certa forma o anseio pelo deciframento da realidade que complexa, contraditória e desafiadora desperta inúmeras indagações. Este processo de busca pelo conhecimento e aprimoramento não se constrói de forma individual, mas conta com a participação de pessoas importantes que contribuíram, direta ou indiretamente, neste percurso, nem sempre fácil, às quais e dedico carinhoso agradecimento, pelo apoio, estímulo e inspiração.

Inicialmente agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, representada pela o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, no qual tive a oportunidade de fazer parte do corpo discente, experimentando intenso processo de aprimoramento intelectual. Estendo este agradecimento a todos os docentes e discentes que dão corpo a este programa e que contribuíram direta e indiretamente, neste denso período de minha trajetória.

Agradeço de forma muito especial a meu esposo Andrey Moraes Rocha, pela paciência, pelo incondicional apoio, estímulo e compreensão, por dividir comigo momentos intensos. Sem você este percurso seria certamente ainda mais árduo.

A meus pais, Glória e Renato, minhas irmãs Rúbia e Rejane e tia Gláucia e pela confiança com que sempre depositaram em mim, pelo irrestrito apoio, em todos os momentos de minha vida. A meu sobrinho Heitor que com a espontaneidade de uma criança realimenta com uma energia toda especial nosso cotidiano, sonhos e expectativas. Da mesma forma, estendo agradecimento à família do Andrey pelo acolhimento carinhoso e pelo estímulo constante.

Aos queridos amigos, agradeço pelo incentivo, por fazerem parte desta minha trajetória e dividirem comigo minhas angústias, ansiedades e conquistas.

Agradeço à Diretoria e aos funcionários do Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina (CRESS 12ª Região), pela compreensão dada à minha limitada participação no final desta gestão. Certamente este espaço de militância teve um papel importantíssimo no curso de minha vida profissional.

Agradeço à professora e orientadora Maria Manoela Valença, por ter percorrido comigo este caminho, que nem sempre foi tranquilo.

Obrigada por ajudar a administrar a ansiedade, pela paciência, pelo incentivo e, principalmente pela dedicação com que me orientou.

Agradeço ao estimado professor Helder Boska Sarmiento, por participar de meu processo de aprendizado, desde as disciplinas, passando pela a Banca de Qualificação e de defesa da dissertação, sempre contribuindo significativamente com suas considerações.

Agradeço igualmente à professora Beatriz Augusto Paiva que acompanhou diretamente outros momentos de meu caminho profissional, e pela qual tenho grande apreço. Agradeço, ainda, a professora Eliete Cibele Cipriano Vaz pela pronta disponibilidade de participação como membro da banca e que certamente tecerá considerações valiosíssimas que poderão enriquecer este trabalho.

Dirijo agradecimento especial a todos os profissionais do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE dos Municípios de Florianópolis, São José e Palhoça, sobretudo aos profissionais que participaram diretamente da pesquisa, pela disponibilidade e pelos valiosos depoimentos que sem os quais tal estudo não poderia ser realizado.

Resumo

A pesquisa circunscreve-se ao âmbito da prática profissional do assistente social no SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE nos municípios de Florianópolis/SC, São José/SC e Palhoça/ SC. O objetivo foi de investigar a contribuição da prática profissional do assistente social no enfrentamento da violência. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratória, de natureza qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista focalizada, a qual foi aplicada a assistentes sociais atuantes naquele espaço sócio-ocupacional nos três municípios supracitados. Diante do universo de 31 (trinta e um) profissionais de Serviço Social optou-se pelo tipo de amostra não probabilística onde se elegeu intencionalmente 9 (nove) assistentes sociais. Como recurso metodológico utilizado para interpretação das informações coletadas, optamos pela técnica de análise de conteúdo. Após a reorganização dos dados coletados, estes foram reagrupados por temas, possibilitando-nos definir três eixos de análise, os quais nos auxiliaram a alcançar os objetivos da pesquisa: No primeiro eixo trataremos do significado atribuído pelo assistente social acerca da violência no contexto do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE, No segundo eixo da particularidade da intervenção do assistente social na política pública municipal de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente; e no terceiro eixo das respostas profissionais diante das demandas de violência a partir de sua incidência contra a criança e o adolescente. Com base em perspectiva teórica que considera que a violência está imbricada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais e existência, tecemos as seguintes considerações: a construção das respostas profissionais do assistente social, frente às expressões da violência, é determinada pelo modo pelo qual estes profissionais apreendem a realidade, orientada por meio de uma teoria social, pelas finalidades projetadas, pela escolha e habilidades na utilização de técnicas e instrumentos de trabalho e pela a permanente reflexão, não apenas dos resultados e sua intervenção profissional, mas, sobretudo de seu processo de trabalho. Estes elementos que, condicionados a condições subjetivas e objetivas, corroboram para a construção de uma dada particularidade da intervenção do assistente social no campo sócio-ocupacional, a que influem sobre os avanços e retrocessos da contribuição da prática profissional no enfrentamento da violência.

Palavras-chave: violência; prática profissional do assistente social; Serviço de Enfrentamento da violência contra criança e adolescente

Abstract

This research is related to the scope from the social worker professional at the Violence Confronting Service against Children and Adolescents in the Municipalities of Florianópolis, São José and Palhoça, Santa Catarina State. The objective was to investigate the social workers contribution in their professional practice when coping with violence. This is an exploratory/ qualitative study. It has been used a focused interview, in order to get data collection, and it was applied to social workers who are working at that social-occupational environment, in the three cities mentioned before. Since there are 31 professional social workers, it has been chosen the non-probabilistic sample type. Then, 9 social workers have been intentionally chosen. It has been used, as methodological resource to interpret the collected information, the content analysis technique. After reorganizing the collected data, they were grouped by topics, allowing us to define three axes of analysis that helped to achieve the research objectives: First Axis: the meaning assigned by the social workers about violence in the context of the Violence Confronting Service against Children and Adolescents. Second Axis: the particularity from the social worker's intervention in the municipal public policy when coping with violence confronting against children and adolescents. Third Axis: professional answers before the violence demands from its impact against children and teenagers. Based on the theoretical perspective, which considers violence is embedded to the way men produce and reproduce their social conditions and existences, we come up with the following considerations: the construction of social workers' professional responses, against violence expressions, is built by the way those professionals perceive reality. They are guided by a social theory, designed purposes, choices and skills in the use of working techniques, instruments and permanent reflection, not only through results and their professional intervention, but also, through their working process. Those elements, which are conditioned to subjective and objective conditions, confirm the construction of a particular feature of the social workers' intervention within social-occupational areas. That influences progress and setbacks of the professional practice contribution against violence.

Key words: violence; professional practice of social workers, violence confronting service against children and adolescents.

Listagem de Tabelas

Tabela 01: Composição das equipes profissionais que integram os Serviços de Enfrentamento da Violência contra a Criança e o Adolescente nos municípios de Florianópolis, São José e Palhoça.....	17
Tabela 02: Dados acerca dos profissionais circunscritos no universo da pesquisa	18
Tabela 03: Amostragem extraída do universo de pesquisa	20
Tabela 4: Delineamento da pesquisa.....	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Objetivos da Pesquisa.....	14
O Percorso Metodológico.....	14
SEÇÃO 1	24
1 UMA APROXIMAÇÃO COM A CATEGORIA TEÓRICA VIOLÊNCIA: SEU IMBRICAMENTO COM O ATUAL MODELO DE SOCIEDADE	24
1.1. Problematizando a categoria violência a partir de seu caráter sócio- histórico.....	24
1.2. A violência e seu imbricamento com o processo de reprodução das relações sociais	29
SEÇÃO 2	40
2 A VIOLÊNCIA, O CAMPO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O SERVIÇO SOCIAL.....	40
2.1. A luta pelos direitos da criança e o adolescente: um espaço contraditório de atuação profissional	40
2.2. A prática profissional do assistente social e os desafios de deciframento da realidade no enfrentamento da violência	48
SEÇÃO 3	56
3 APRESENTAÇÃO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	56
Delineamento da análise.....	56
3.1. Primeiro Eixo Analítico – O significado atribuído pelo assistente social às expressões da violência no contexto do Serviço de Enfrentamento da Violência contra Criança e Adolescente	59

Definição e caracterização da violência: percepções dos assistentes sociais atuantes no Serviço de Enfrentamento da Violência contra a Criança e o Adolescente dos municípios de Florianópolis/SC, São José/SC e Palhoça/SC.	60
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

3.2. Segundo Eixo Analítico: a particularidade da prática profissional do assistente social na política pública de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente	69
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Os objetivos profissionais do assistente sociais no contexto da política pública de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente ...	69
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Os instrumentos técnicos-operativos do assistente social na particularidade do Serviço de Enfrentamento da Violência contra a Criança e o Adolescente.....	86
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

A percepção dos assistentes sociais quanto aos resultados de seu trabalho no contexto do Serviço de Enfrentamentos da Violência contra a criança e o adolescente.....	93
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

A particularidade da atuação do Serviço Social diante da demanda de expressões da violência contra a criança e o adolescente	98
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

A contribuição da formação (em nível de graduação) do assistente social para o enfrentamento das expressões da violência.....	107
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

3.3. Terceiro Eixo Analítico: respostas profissionais do assistente social diante das demandas de violência contra criança e adolescente: limites e possibilidades	115
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

As percepções dos assistentes sociais acerca da contribuição de sua prática profissional para enfrentamento da violência contra criança e adolescente	115
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Desafios profissionais diante das demandas de violência contra criança e adolescente	125
--------------------------------------------------------------------------------------------	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	140
-------------------------	------------

PÊNDICE A: Termo de consentimento livre e esclarecido	149
--------------------------------------------------------------------	------------

APÊNDICE B: Roteiro da entrevista.....	150
-----------------------------------------------	------------

APÊNDICE C: Documento indicando a devolutiva dos dados coletados.....	151
------------------------------------------------------------------------------	------------

ANEXO A: Síntese biográfica de mulheres ícones da sociedade brasileira que inspiraram os nomes fictícios	152
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

O presente estudo está circunscrito no campo da **intervenção profissional do assistente social**, com enfoque para atuação desse profissional junto às manifestações da violência. Vinculada à linha de pesquisa, **Serviço Social, Exclusão, Violência e Cidadania** do Programa de Pós – Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a dissertação aqui apresentada procurou conhecer e problematizar a intervenção profissional do assistente social no enfrentamento da violência a partir da incidência desse fenômeno junto à população infanto-juvenil e suas famílias.

Para tanto, configurou-se como *locus* da pesquisa o SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, de três municípios da Região da Grande Florianópolis, (Florianópolis, São José e Palhoça), que operacionalizam este serviço por meio da política pública municipal de Assistência Social. Através da aproximação com os três municípios supracitados, desenvolveu-se o estudo no qual constituíram-se como sujeitos da pesquisa assistentes sociais que atuam neste espaço sócio-ocupacional realizando intervenções em diferentes expressões da violência.

O interesse acerca da intervenção profissional em situações de violência partiu da constatação da complexidade que tal demanda representa para o Serviço Social no campo das políticas públicas em um contexto adverso à efetivação dos direitos fundamentais. Outrossim, a experiência profissional, enquanto assistente social no SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE do Município de Florianópolis, serviu como pano de fundo de inúmeros questionamentos a respeito de um campo tão complexo e desafiador. A participação no Núcleo de Estudos da Criança e Adolescente e Família (NECAD) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, assim como as disciplinas cursadas ao longo do curso de Pós – Graduação, possibilitaram aguçar ainda mais os questionamentos já latentes a respeito do tema, provocando a necessidade de iniciar um processo de reflexão que pudesse contribuir para a produção de conhecimento sobre o assunto.

Em um prévio mapeamento de produções acerca do tema *Serviço Social e Violência*, Silva (2008) constata um recente adensamento da discussão da questão da violência nos principais congressos e encontros de Serviço Social, endossando a presença do tema entre os assistentes sociais. Segundo o autor, a sistematização de informações sobre as

produções publicadas nos encontros e congressos evidenciam que os assistentes sociais possuem inserção acentuada no campo da violência, espaço que pode ser considerado como arena empírica e como ponto de partida e ponto de chegada da práxis profissional. Tal estudo aponta para a relevância do tema violência para categoria, o que expressa de algum modo a preocupação da profissão quanto a diversas expressões da violência que se apresentam como demandas colocadas ao Serviço Social em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Com o intuito de colaborar com a discussão, o estudo aqui apresentado propõe uma aproximação da intervenção do assistente social, conhecendo e problematizando a contribuição dessa especialização do trabalho no enfrentamento de expressões da violência, apresentadas como demanda da ação profissional no SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE. De tal modo, o objeto de pesquisa proposto está circunscrito no âmbito da intervenção profissional, tem como ponto de partida o debate da categoria violência e elegeu como material empírico a narrativa de assistentes sociais que desenvolvem sua intervenção neste espaço sócio-ocupacional.

Tal proposta pretende considerar os principais elementos presentes na intervenção profissional do assistente social a partir da aproximação do campo sócio-ocupacional, constituído junto ao SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE, serviço este que é parte de um conjunto de ações circunscritas no espaço da política pública de Assistência Social.

Ao deslindar esse estudo lançamos mão da teoria crítica, buscando conhecer e problematizar as respostas profissionais diante das demandas de violência que afetam a criança e o adolescente e suas famílias, bem como conhecer as principais determinações que incidem sobre este espaço contraditório e ambíguo, onde se realiza o exercício profissional e no qual é constituído de limites e possibilidades à ação do assistente social.

Nesta medida, procuramos responder a pergunta central da pesquisa: Qual a contribuição da intervenção do assistente social para o enfrentamento das expressões da violência que afeta a população infanto-juvenil? Neste percurso, questões colaterais nos auxiliaram no decorrer do processo de pesquisa, entre elas: Qual a concepção de violência norteia as ações profissionais? Qual a particularidade da atuação do assistente social no enfrentamento da violência contra criança e adolescente? Quais são os limites e possibilidades de

intervenção profissional considerando as diversas determinações que afetam as políticas sociais públicas na atualidade?

Objetivos da Pesquisa

A pesquisa ora apresentada tem como objetivo geral refletir criticamente acerca da contribuição da intervenção do assistente social no enfrentamento da violência contra a criança e adolescente. Para tanto, procuramos descrever, conhecer e discutir a intervenção do assistente social circunscrita em um serviço público de nível municipal que se propõe dar respostas à violência que afeta a população infanto-juvenil, ou seja, o SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.

Dessa forma, elegemos como objetivos específicos: a) realizar uma aproximação com a categoria violência procurando apreendê-la no presente contexto sócio-histórico; b) levantar informações sobre a inserção dos profissionais de Serviço Social que atuam no lócus de realização da pesquisa (serviço de atendimento especializado à criança e ao adolescente em situação de violência em três municípios da Grande Florianópolis); c) identificar a particularidade da atuação do assistente social no enfrentamento da violência; d) descrever e categorizar elementos da intervenção profissional do assistente social no contexto desse serviço público municipal; e) descrever, conhecer e problematizar elementos acerca da contribuição do assistente social para o enfrentamento da violência, identificando limites e possibilidade da ação profissional.

Com o intuito de alcançar os objetivos de pesquisa propostos, apresentamos em seguida o caminho metodológico percorrido que nos possibilitou fazer as considerações acerca do tema em estudo.

O Percorso Metodológico

No presente estudo, o percurso metodológico foi alicerçado na pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, e elegeu como material empírico a ser estudado a narrativa dos profissionais de Serviço Social. O estudo qualitativo nos permitiu nos aproximar da intervenção profissional do assistente social, no campo de enfrentamento da violência, proporcionando uma visão geral acerca do tema. Da mesma forma, possibilitou conhecer e problematizar a ação profissional no contexto contraditório de uma política social que se propõe oferecer

respostas às diferentes expressões da violência que afetam a criança e o adolescente e suas famílias no contexto dos municípios de Florianópolis/SC, São José/SC e Palhoça/SC.

O processo de investigação da presente pesquisa iniciou-se com o levantamento bibliográfico de produções que contribuíssem para aproximação do tema de estudo, ou seja, a intervenção do assistente social no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Para tanto, as principais referências bibliográficas utilizadas na pesquisa partiram de produções de Karl Marx (1984, 1985), Adorno (1988), Marilena Chauí (1998), Adolfo Sánchez Vázquez (2007), José Paulo Netto (2006), Faleiros (1998) e José Fernando Siqueira da Silva (2005, 2008), Minayo (2003), Yamamoto (2002, 2004, 2008), Baptista (2009), Guerra (2007, 2009), Yazbek (1999) e outros, os quais nos auxiliam na (re) construção do objeto proposto, problematizando temas como Violência, Políticas Sociais e a Intervenção profissional do Assistente Social.

Simultaneamente à realização do levantamento bibliográfico realizamos a aproximação com o universo da pesquisa, cujo objetivo foi alçar elementos que pudessem elucidar a contribuição da intervenção do assistente social no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente, a partir da vinculação desse profissional em política pública municipal de atendimento a esse segmento populacional. Como já assinalado, tal pesquisa abrangeu três municípios da Grande Florianópolis, sendo eles, Florianópolis, São José e Palhoça. A escolha por abranger três municípios operadores do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA, como *locus* de pesquisa, ocorreu na perspectiva de considerar as diferentes possibilidades de intervenção do assistente social, no campo de atuação específico.

No momento da coleta de dados para a pesquisa em tela, o serviço destinado a atender situações de violência contra crianças e adolescentes recebia denominações distintas por parte dos profissionais que compunham o quadro dos três municípios pesquisados. Alguns profissionais se referiam ao Serviço em tela como Serviço Sentinela, outros, como SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À FAMÍLIA E INDIVÍDUOS (PAEFI) ¹, havendo profissionais que o

¹ Embora o PAEFI consista na mais atualizada especificação do serviço *locus* da pesquisa aqui realizada, preferimos não escolhermos tal nomenclatura como referência para este estudo, uma vez que no momento da coleta de dados os profissionais e suas respectivas instituições ainda estudavam o processo de implementação da nova tipificação recomendada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome com aprovação do Conselho Nacional de Assistência Social.

nominavam como SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE. Entendemos que essa dissonância de nomenclatura no que se refere a este serviço tem relação com as significativas alterações que vêm ocorrendo no presente momento no campo dos serviços sócio-assistenciais que compõe a Política de Assistência Social. A exemplo disto, em novembro de 2009, foi aprovada a Resolução nº 109 que trata da Tipificação Nacional de Serviços Sócio-Assistenciais a qual recomenda as mais recentes adequações dos serviços que compõem a política de Assistência Social.

Para fim deste estudo, fizemos a escolha de denominar o serviço, *lôcus* da pesquisa, de SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, uma vez que esta denominação parece-nos ser a mais representativa no que se refere às características² apresentadas pelo serviço nos três municípios pesquisados.

Em nossa primeira aproximação com o universo da pesquisa procuramos conhecer a composição das equipes profissionais dos respectivos serviços, junto aos municípios de Florianópolis/SC, São José/SC e Palhoça/SC. A tabela 01 apresenta informações sobre os profissionais de diferentes formações que atuam neste campo sócio-ocupacional, sendo ilustrativa ao apontar a preponderante presença de profissionais de Serviço Social. Por meio desta aproximação inicial identificamos que o universo da pesquisa foi constituído por 31 (trinta e um) assistentes sociais. Deste universo, a maioria, 22 (vinte dois) assistente sociais compunham o quadro técnico do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA do município do município de Florianópolis, 6 (seis) profissionais atuavam no município de São José e 3 (três) em Palhoça. Para fins de composição do referido quadro

² O Sistema Único de Assistência Social vem preconizando novas referências para a organização e estruturação dos serviços socioassistenciais, sendo que um dos eixos estruturantes da Política de Assistência Social é a matricialidade sociofamiliar. Nesta perspectiva os serviços, programas e projetos previstos por esta política social deve contemplar a amplitude das demandas apresentadas pelo grupo familiar, seja por proteção social básica ou especial, ao invés de focalizar nas demandas de um segmento populacional específico. Entretanto, no momento da realização da pesquisa em tela, embora já houvesse algumas recomendações do gênero, a característica dos serviços que serviram como *lôcus* desse estudo, ainda tinha como referência preponderante o atendimento de demandas específicas como, por exemplo, situações de violência contra a criança e o adolescente. Parece-nos que a efetiva mudança na forma de organização e estruturação dos serviços vem ocorrendo de forma processual, desafiando profissionais, gestores e instituições na gestão e operacionalização das novas referências apontadas pela Política Nacional de Assistência Social. Através da Resolução nº109 de novembro de 2009 podemos identificar consideráveis alterações nos características dos serviços socioassistenciais que compõem a Política de Assistência Social, tanto em nível de proteção social básica, quanto em nível de proteção social especial.

considerou-se os profissionais que atuaram nestes espaços até 10 de maio de 2010, tendo em vista o período de coleta de dados.

Tabela 01: Composição das equipes profissionais que integram os Serviços de Enfrentamento da Violência contra a Criança e o Adolescente nos municípios de Florianópolis, São José e Palhoça

Município	Assistentes Sociais	Psicólogos	Pedagogos	Total
Florianópolis	22	15	02	39
São José	06	03	-	09
Palhoça	03	02	02	07
Total	31	20	04	55

Elaboração própria

Nota: Dados coletados em maio de 2010.

Diante do universo de 31 (trinta e um) profissionais de Serviço Social optou-se pelo tipo de amostra não probabilística intencional, de forma que fosse possível eleger os sujeitos participantes da pesquisa. Conforme Richardson (1999) a amostra não probabilística permite escolher os sujeitos a partir de determinados critérios. Intencional porque possibilita escolher os elementos que formam a amostra, de acordo com características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador. Desse modo, levantamos alguns critérios de seleção da amostragem de modo que fosse a mais representativa possível do universo pesquisado.

Assim, levantaram-se os seguintes critérios para eleger os assistentes sociais participantes da pesquisa: tempo de formação, tempo de experiência na área de atendimento de situações de violência, experiência em coordenação de programas/serviço de atendimento à criança e adolescente em situação de violência; experiência em supervisão técnica, experiência em atendimento direto à situação de violência, experiência em supervisão de estágio e tipo de vínculo empregatício, conforme ilustra a tabela nº 02.

Tabela 02: Dados acerca dos profissionais circunscritos no universo da pesquisa

Assistente Social	Tempo de Formação	Tempo de Experiência no Enfrentamento da Violência	Experiência Supervisão de Estágio	Experiência em Coordenação	Experiência em Supervisão Técnica	Vínculo de Trabalho
Florianópolis						
A.S. 1	Entre 5 a 10 anos	Entre 5 e 10 anos	Sim	Não	Sim	Estatutário
A.S. 2	Entre 1 e 5 anos	Entre 1 e 5 anos	Sim	Não	Não	Celetista
A.S. 3	Entre 10 a 15 anos	Entre 5 a 10 anos	Sim	Não	Sim	Celetista
A.S. 4	Entre 1 a 5 anos	Entre 1 a 5 anos	Não	Não	Não	Estatutário
A.S. 5	Entre 15 e 20 anos	Entre 5 e 10 anos	Sim	Não	Não	Estatutário
A.S. 6	Entre 15 e 20 anos	Entre 10 e 15 anos	Sim	Sim	Não	Estatutário
A.S. 7	Entre 10 e 15 anos	Entre 5 e 10 anos	Sim	Não	Não	Estatutário
A.S. 8	Entre 1 a 5 anos	Entre 1 a 5 anos	Não	Não	Não	Celetista
A.S. 9	Entre 5 a 10 anos	Entre 5 e 10 anos	Sim	Não	Não	Estatutário
A.S. 10	Entre 20 e 25 anos	Entre 1 a 5 anos	Sim	Não	Sim	Celetista
A.S. 11	Entre 1 e 5 anos	Entre 1 e 5 anos	Sim	Não	Não	Celetista
A.S. 12	Entre 1 e 5 anos	Entre 1 e 5 anos	Não	Não	Não	Celetista
A.S. 13	Entre 10 e 15 anos	Entre 1 e 5 anos	Sim	Não	Não	Estatutário
A.S. 14	Entre 10 e 15 anos	Entre 10 e 15 anos	Sim	Não	Não	Estatutário
A.S. 15	Entre 5 a 10 anos	Entre 1 e 5 anos	Não	Não	Não	Celetista
A.S. 16	Entre 1 e 5 anos	Entre 0 a 1 ano	Não	Não	Não	Contrato Temporário
A.S. 17	Entre 1 e 5 anos	Entre 0 a 1 ano	Não	Não	Não	Contrato Temporário
A.S. 18	Entre 1 e 5 anos	Entre 0 a 1 ano	Não	Não	Não	Contrato Temporário
A.S. 19	Entre 5 a 10 anos	Entre 0 a 1 ano	Não	Não	Não	Contrato Temporário
A.S. 20	Entre 15 e 20 anos	Entre 10 e 15 anos	Sim	Sim	Sim	Estatutário
A.S. 21	Entre 15 e 20 anos	Entre 10 e 15 anos	Sim	Sim	Sim	Estatutário
A.S. 22	Entre 1 e 5 anos	Entre 1 e 5 anos	Sim	Não	Não	Celetista
São José						
A.S. 23	Entre 1 e 5 anos	Entre 1 e 5 anos	Sim	Não	Não	Contrato Temporário
A.S. 24	Entre 1 e 5 anos	Entre 0 a 1 ano	Não	Não	Não	Contrato Temporário
A.S. 25	Entre 1 e 5 anos	Entre 0 a 1 ano	Não	Não	Não	Contrato Temporário
A.S. 26	Entre 25 e 30 anos	Entre 5 e 10 anos	Sim	Sim	Sim	Estatutário
A.S. 27	Entre 10 e 15 anos	Entre 1 e 5 anos	Sim	Não	Não	Estatutário
A.S. 28	Não informado					Estatutário
Palhoça						
A.S. 29	Entre 1 e 5 anos	Entre 0 a 1 ano	Sim	Não	Não	Contrato Temporário
A.S. 30	Entre 1 e 5 anos	Entre 1 e 5 anos	Sim	Não	Não	Contrato Temporário
A. S. 31	Entre 0 a 1 ano	Entre 0 a 1 ano	Não	Não	Não	Contrato Temporário

Elaboração própria

Nota: Dados coletados em maio de 2010.

Como ilustra a tabela 02, temos profissionais que concluíram a formação profissional, em nível de graduação em diferentes períodos.

Da mesma forma, encontramos assistentes sociais com diferentes períodos de experiência profissional junto ao serviço de atendimento a situações de violência, bem como constatamos a existência de diferentes tipos quanto ao vínculo empregatício no mesmo espaço sócio-ocupacional.

Para que a amostra pudesse ser a mais representativa o possível do universo, e que ao mesmo tempo fosse capaz de responder aos objetivos da pesquisa, fizemos as seguintes escolhas: 1) *tempo de formação profissional*: buscamos eleger os profissionais que tivessem mais de um ano de atuação na área. Entretanto, considerando que vamos encontrar, na composição do universo de pesquisa, profissionais com mais de vinte anos de formação, assim como aqueles que se formaram há pouco mais de um ano, tentamos garantir que a amostragem abrangesse profissionais que se graduaram em diferentes épocas. 2) *Tempo de experiência profissional no enfrentamento da violência*: os assistentes sociais participantes da pesquisa deveriam ter mais de um ano de experiência neste campo de atuação. Procuramos estabelecer um período mínimo de experiência, uma vez que um certo acúmulo de conhecimentos e as vivências experimentadas nesta área poderiam permitir ao profissional fazer reflexões mais aprofundadas das questões que tocam seu cotidiano. 3) *Experiência como supervisor de estágio*³: buscamos selecionar profissionais com experiência em atividades de supervisão de estágio, uma vez que este profissional ao realizar a supervisão direta de estágio está implicado diretamente no processo de formação profissional, assumindo assim uma função pedagógica fundamental em seu campo de atuação. 4) *Experiência na coordenação de serviços ou programas*: procuramos selecionar ainda profissionais que já tiveram experiência em atuar no espaço de coordenações, isso porque consideramos que tal espaço se constitui também como campo estratégico de enfrentamento da violência. 5) *Experiência em supervisão técnica*: optamos por levantar ainda este como um dos critérios de escolha da amostra por considerarmos esta função importante na orientação acerca das intervenções das equipes profissionais. 6) *Vínculo empregatício*: dada as distintas formas de vinculação do profissional à instituição, identificadas através do detalhamento do universo de pesquisa, procuramos eleger profissionais que representassem as diferentes formas de vínculo empregatício. A tabela 03 ilustra a amostra

³ A Resolução CFESS nº533 de setembro de 2008 regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

extraída do universo da pesquisa, com base nos critérios aqui apresentados.

Tabela 03: Amostragem extraída do universo de pesquisa

Assistentes Sociais Sujeitos da Pesquisa						
Assistente Social	Tempo de Formação	Tempo de experiência no enfrentamento da violência	Experiência Supervisão de estágio	Experiência de Coordenação	Experiência Supervisão técnica	Vínculo de trabalho
Clarice	Entre 15 e 20 anos	Entre 10 e 15 anos	Sim	Sim	Não	Estatutário
Cecília	Entre 20 e 25 anos	Entre 1 e 5 anos	Sim	Não	Sim	Celetista
Luciana	Entre 5 a 10 anos	Entre 1e 5 anos	Sim	Não	Não	Celetista
Madalena	Entre 15 e 20 anos	Entre 10 e 15 anos	Sim	Sim	Sim	Estatutário
Maria	Entre 1e 5 anos	Entre 1 e 5 anos	Não	Não	Não	Contrato temporário
Cora	Entre 25 e 30 anos	Entre 5 a 10 anos	Sim	Sim	Sim	Estatutário
Antonieta	Entre 1 a 5 anos	Entre 1 a 5 anos	Sim	Não	Não	Celetista
Anita	Entre 1 a 5 anos	Entre 1 a 5 anos	Sim	Não	Não	Contrato temporário

Elaboração própria

Nota: Os nomes referenciados na tabela são fictícios

Em conformidade com os critérios de seleção supracitados, a amostragem abrangeu 9 (nove) assistentes sociais, contudo, um destes profissionais não pode participar da pesquisa por motivo de licença para tratamento de saúde (não referenciado na tabela anterior), diante disto a amostragem foi composta por 8 (oito) profissionais. Estes assistentes sociais foram selecionados nos três serviços *lôcus* da pesquisa, de forma que pusessem conferir representatividade à amostra. Ou seja, como tínhamos 22 (vinte e dois) assistentes sociais no serviço de enfrentamento de Florianópolis, 5 (cinco) destes profissionais foram selecionados de acordo com os critérios supracitados para fazer parte da amostragem. Já a equipe que compunha o mesmo serviço, no município de São José, era composta por 6 (seis) assistentes sociais, então 2 (dois) destes foram selecionados. No município de Palhoça, que contava com 3 (três) profissionais de Serviço Social, selecionamos 1 (um) destes para participar da entrevista.

Com o intuito de responder aos objetivos deste estudo utilizamos, como principal base de dados empíricos, as narrativas dos assistentes sociais acerca da intervenção profissional. Para tanto, como técnica de coleta de dados utilizou-se a entrevista focalizada com perguntas abertas, orientadas por um roteiro (Apêndice B) previamente elaborado. Com a utilização da entrevista do tipo semi-estruturada e diretiva, buscou-se colher informações sobre o tema em estudo de forma dialógica, face a face entre pesquisador e entrevistado. As entrevistas

foram previamente agendadas e ocorreram nos respectivos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais sujeitos da pesquisa, sendo precedida de autorização institucional para a sua realização.

Considerando a responsabilidade ética implicada no processo de pesquisa, especialmente na relação com os entrevistados, esclarecemos aos participantes, individualmente, sobre os objetivos do estudo em tela. Ademais, apresentamos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), sendo que este foi lido e assinado pelos entrevistados, ocasião em que foi formalizada nossa autorização à coleta e análise das declarações profissionais.

Destacamos que a realização das entrevistas, desde a construção do roteiro até a transcrição das informações coletadas, compreendeu o período de abril a julho de 2010. Foram totalizadas 8 (oito) entrevistas, as quais foram gravadas e posteriormente transcritas. Havendo a conclusão das transcrições, iniciaram-se os procedimentos de organização, análise e interpretação das informações coletadas. De posse do material transcrito, realizamos, inicialmente sua organização, sendo que encontramos orientações sobre esta etapa do processo investigativo em Corrêa (1978). Com a transcrição e organização do material coletado fizemos a devolutiva do conteúdo das entrevistas aos respectivos profissionais participantes (Apêndice C), de modo que se cada qual entendesse ser necessário fazer alguma consideração ou adequação, no conteúdo de sua narrativa, poderia fazê-lo e reenviar ao pesquisador para as necessárias alterações. De tal modo, apenas um dos profissionais participantes desejou ajustar alguns pontos da entrevista de modo que ficasse mais clara, sendo tal indicação considerada na apresentação e análise dos dados. Para a apresentação das declarações feitas pelos assistentes sociais entrevistados utilizamos nomes fictícios⁴, de modo a garantir o anonimato das informações auferidas.

Considerando que os assistentes sociais que compunham o universo da pesquisa representam na sua totalidade o gênero feminino, e reconhecendo a luta cotidiana destes profissionais no enfrentamento da violência, fizemos a escolha por nomes fictícios que representam mulheres importantes da sociedade brasileira que fizeram história por sua coragem diante das adversidades de seu tempo. Essa é uma forma de homenagear aquelas que lutam cotidianamente pelo acesso e garantia de direitos, no enfrentamento de diversas formas de violência. No anexo A

⁴ Optamos ainda por não identificar os participantes por município, de modo a garantir o anonimato dos mesmos, conforme ilustra a tabela 03, pois, poderia facilitar a identificação dos mesmos.

há uma curta biografia de mulheres que serviram de inspiração para os nomes fictícios referenciados neste trabalho.

Como recurso metodológico utilizado para interpretação das informações coletadas, optamos pela técnica de análise de conteúdo, sendo esta considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações com a finalidade de obter indicadores que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. Tal técnica prevê procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 1988).

Desse modo, a partir dos dados sistematizados colhidos por meio da técnica de entrevista, procedeu-se ao levantamento de categorias empíricas extraídas da narrativa dos sujeitos participantes da pesquisa. A análise categorial consiste em uma das técnicas de análise de conteúdo e é utilizada para conferir significação aos dados. Para Bardin (1988), o método de categorias, como uma espécie de gavetas e rubricas, permite a classificação dos elementos de significação constitutivas das mensagens. Na tabela 04, localizada na Seção III deste estudo, as categorias empíricas extraídas da narrativa profissionais estão detalhadas. Estas categorias foram construídas a partir de unidades de referência que representam índices norteadores das declarações colhidas.

Após a reorganização do material coletado, os dados foram reagrupados por temas, possibilitando-nos definir três eixos de análise, os quais nos auxiliaram a alcançar os objetivos da pesquisa: Primeiro Eixo: *o significado atribuído pelo assistente social acerca da violência no contexto do Serviço de Enfrentamento da Violência contra Criança e Adolescente*. Segundo Eixo: *a particularidade da intervenção do assistente social na política pública municipal de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente*. Terceiro Eixo: *respostas profissionais diante das demandas de violência a partir de sua incidência contra a criança e o adolescente*.

Considerando o processo de pesquisa aqui referenciado, esta dissertação propõe-se a materializar as informações e conhecimentos acumulados a partir dessa investigação. Desse modo, o trabalho está organizado da seguinte forma:

Na **Primeira Seção**, privilegiamos a discussão acerca do fenômeno violência, que tomada como uma categoria teórica implicou em conhecê-la a partir de seu caráter sócio-histórico em dado modelo de sociabilidade. Para tanto, nos valem de literaturas que nos auxiliaram na aproximação com o tema.

Na **Segunda Seção** versamos sobre o Serviço Social na contemporaneidade destacando, sobretudo, a dimensão da intervenção profissional e alguns de seus dilemas, entre eles o enfrentamento de diferentes manifestações da violência, considerada como expressão da questão social. De forma sucinta, apresentamos o SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE como um campo de atuação do assistente social.

Na **Terceira Seção** foi realizada a apresentação, a análise e os resultados da pesquisa, a partir da estruturação dos três eixos conforme anteriormente citados. Dessa forma, os eixos analíticos que estruturam esta seção sistematizam os resultados auferidos no que se refere à investigação sobre a contribuição da prática profissional do assistente social para o enfrentamento da violência. Por último, versaremos sobre as considerações finais e as referências utilizadas ao longo deste estudo.

SEÇÃO 1

1 UMA APROXIMAÇÃO COM A CATEGORIA TEÓRICA VIOLÊNCIA: SEU IMBRICAMENTO COM O ATUAL MODELO DE SOCIEDADE

*“E o que o ser humano mais aspira
é tornar-se ser humano”*

(Cecília Meireles)

1.1. Problematicando a categoria violência a partir de seu caráter sócio- histórico

Como um dos temas mais relevantes da atualidade, a violência manifesta-se sob diferentes formas e dimensões, desafiando estudiosos e profissionais no seu deciframento. Como uma questão complexa e vista sob diferenciadas perspectivas teóricas, a violência expressa o modo pelo qual os homens produzem e reproduzem as condições sociais de existência. Expressando-se tanto nas relações de classe e como também em relações interpessoais, a violência incide sobre o campo singular e coletivo dos sujeitos sociais. Como um fenômeno sócio-histórico assume configurações e contornos que permanentemente se renovam, tornando seu enfrentamento cada vez mais desafiador.

No exercício de tentar nos aproximar do tema procuramos buscar conceitos que auxiliam no desnudamento dessa complexa categoria. Para Adorno (1988 apud Guerra, 2001 p.31),

(...) a violência é uma forma de relação social; está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais e existência. Sob esta ótica, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamento vigentes, em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico. A compreensão de sua fenomenologia não pode prescindir, por conseguinte, da referência às estruturas sociais; igualmente não pode prescindir da referência aos sujeitos que a fomentam enquanto experiência social. Ao mesmo tempo que ela expressa relações

entre classes sociais, expressa também relações interpessoais (...) está presente nas relações intersubjetivas que se verificam entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre profissionais de categorias distintas. Seu resultado mais visível é a conversão de sujeitos em objeto, sua coisificação.

Adorno (1988 apud Guerra, 2001 p.31), auxilia-nos na aproximação com essa categoria, sublinhando sua intrínseca relação com dado modelo de sociabilidade, em determinado momento histórico. O autor pontua ainda a necessidade de situá-la, tanto nas estruturas sociais quanto nas ações de sujeitos que a fomentam, expressando-se nas relações entre as classes, assim como nas relações interpessoais, resultando na conversão dos sujeitos em objetos.

Marilena Chauí (1998), no texto *Ética e Violência*, nos oferece também elementos fundamentais para o estudo aqui proposto. A autora (1998, p. 3) apresenta etimologicamente, o termo violência que vem do latim *vis*, força, e significa:

“1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa [...].

O conceito apresentado por Chauí (1998) traz a referência do “*ser ético*”,⁵ entendido como um ser sensível, dotado de linguagem, de racionalidade, de liberdade e de responsabilidade, sendo capaz de expressar vontade, de realizar escolhas, de criar. Essa referência do “*ser ético*”, que nos remete à humanidade⁶, torna-se fundamental na análise aqui proposta, na medida em que nos ajuda elucidar a dimensão em que o ser humano pode ser afetado em sua essência pela violência.

Na busca de pensar a violência que afeta o homem, enquanto ser ético, ser social⁷, recorremos ainda a outro autor que nos auxilia no presente debate. Vázquez (2007), ao falar sobre a violência na práxis social, aponta que a ação violenta é a ação física que exerce sobre indivíduos concretos, dotados de consciência e de corpo. Tal ação se exerce diretamente sobre o corpo que é o objeto primeiro e direto da violência, contudo, não interessa apenas a alteração ou destruição do corpo como tal, mas o corpo de um ser consciente, afetado em sua consciência pelo ato violento. Desse modo, o autor argumenta que a violência que exerce sobre o corpo não se detém nele, mas sim afeta o ser consciente⁸.

A partir da contribuição dos autores anteriormente citados podemos argüir que o primeiro destaque a respeito da categoria violência refere-se a sua associação ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais e existência, expressando padrões de sociabilidade em dado momento histórico. O segundo elemento de destaque acerca dessa categoria apresentada a partir da contribuição de Vázquez (2007) consiste na dimensão em que a violência afeta o ser humano, o ser ético, ou seja, o corpo e a alma do homem, o ser consciente, a essência de sua humanidade.

Um terceiro elemento importante apresentado tanto por Adorno (1988) como por Chauí (1998) refere-se à violação desse ser, ou seja, a

⁵ Marilena Chauí (1998) define o ser ético como um ser racional e consciente que sabe o que faz, como um ser livre que decide e escolhe o que faz, e como um ser responsável que responde pelo que faz.

⁶ O termo humanidade está sendo usado aqui para referir-se às características essencialmente humanas (racionalidade, linguagem, liberdade, responsabilidade, capacidades de realização de escolhas, entre outros).

⁷ Para Lukács (1979, apud Barroco, 2008) o ser social é definido como um complexo de categorias, como o trabalho, a linguagem, etc. As categorias são ontológico-sociais e representam modos de ser do ser social, não sendo impossível de apreender isoladamente, mas apenas no âmbito de complexas mediações, na perspectiva de totalidade.

⁸ Barroco (2008) ainda assinala, como base em Lukács: “observa-se que a consciência é uma capacidade específica do homem: só ele é capaz de responder aos seus carecimentos formulando novas perguntas e projetando finalidades.

tentativa de conversão dos sujeitos éticos em coisas, em meros corpos, ou objetos. Tais violações são por vezes materializadas através da tortura, da coação, da intimidação, do constrangimento, da brutalidade, da crueldade, entre outras formas. Nessas relações onde a violência opera, o ser humano deixa de ser visto como sujeito de direito, portador de razão, de liberdade e de responsabilidade, passando a ser reificado.

A partir de tais considerações podemos constatar que diversas expressões da violência fazem parte do complexo social, sendo (re) configuradas em dadas condições, portanto, devendo ser compreendida a partir de seu caráter sócio-histórico. Para Domenach (1981apud Minayo, 2003) a violência, em seu aspecto ontológico, não pode ser dissociada da condição humana, não podendo ser dissociada da sociedade que a produz em sua especificidade interna e em sua particularidade histórica.

Deste modo, apreender a categoria violência, do ponto de vista de uma perspectiva crítica, requer um esforço na superação de concepções que se limitam a tomar as expressões desse fenômeno social como fatos isolados, desconexos do complexo social e descolados de determinado contexto histórico (sempre dinâmico e contraditório). Assim, o esforço caminha no sentido de ultrapassar concepções que tomam dadas manifestações da violência de forma naturalizada e/ou autonomizadas de fatores políticos, sociais, econômicos, culturais, presentes em determinada sociedade.

Nesta perspectiva, Minayo (2003) aponta a necessidade de tornar específicas as manifestações deste fenômeno social na sua articulação com o todo, devendo-se considerar que os processos subjetivos devem ser, ao mesmo tempo, incluídos na análise e contextualizados no âmbito sócio-histórico. Nesta medida, a referida autora reitera que não se pode estudar violência fora da sociedade que a gera, uma vez que ela se nutre de fatos políticos, econômicos e culturais, traduzidos em relações micro e macrosociais. Ainda, segundo Minayo (2003), os eventos violentos se referem a conflitos de poder, à busca de domínio, e suas manifestações são aprovadas e desaprovadas pelas normas sociais, mantidas por aparatos legais da sociedade ou por costumes naturalizados.

Ademais, pensar na violência, enquanto ação, que tem como objeto o homem na condição de ser social e consciente nos remete à necessidade de fazer alusão ao que se define por ser social. Nesse sentido, Marx (1985, p.10) aponta que o indivíduo é um ser social na medida em que a vida individual e a vida genérica do homem não são distintas. Assim, o autor sinaliza:

O homem - por mais que seja indivíduo particular, é justamente a sua particularidade que faz dele um indivíduo e um ser social e individual efetivo – é na mesma medida, a totalidade, a totalidade ideal, o modo de existência do subjetivo da sociedade pensada e sentida para si, do mesmo modo que também na efetividade ele existe tanto como intuição e gozo efetivo do modo de existência social, quanto como uma totalidade de exteriorização de vida humana.

Dessa forma, Marx apresenta, nos *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1844), a unidade entre o indivíduo particular e sua existência social, apontando que a exteriorização da sua vida (do homem) é uma exteriorização e confirmação da vida social. O que nos dá a idéia de movimento permanente entre o ser individual e o ser social. A escolha por trazer a referência da unidade entre o indivíduo particular e o ser social faz-se oportuna na medida em que corrobora com a idéia de que, por mais particular que seja o ato violento, ele não pode ser dissociado das circunstâncias sociais e históricas, uma vez que não há hiato entre o indivíduo particular e sua existência social.

Compartilha desse ponto de vista Silva (2008, p. 6), que ao tomar a violência enquanto categoria de análise, assinala:

A violência, em suas diversas manifestações contemporâneas, mais imediatamente visíveis (física, psicológica, simbólica, estrutural – ou a associação entre elas) possui uma existência real que impacta na vida de seres sociais sob dada historicidade. Sua objetivação não é uma abstração e supõe, necessariamente, para que seja violência, uma realização prática – mais ou menos visível, reconhecida ou não socialmente – capaz de violar, oprimir, constranger, ferir e impor interesses e vontades que se sustentam em desejos de indivíduos sociais, situados em dada existência que impõe parâmetros por onde tais subjetividades se formam e se desenvolvem.

Considera o referido autor que por mais pontual que possa parecer o ato violento, ele será ideado, viabilizado e explicado sob dadas condições sócio-históricas. O que nos leva a concluir que as

manifestações da violência não podem ficar restritas apenas à esfera individual-subjetiva (embora a esfera individual-subjetiva não deva ser desconsiderada), uma vez que o ser social é ao mesmo tempo subjetividade-objetividade, indivíduo-classe. Silva (2008) ainda indica que a categoria violência pode ser tratada como um acontecimento excepcional (material) que revela dimensões desconhecidas da vida social, produzindo impactos econômicos, políticos e socioculturais. Ademais, conta com seres reais que a operacionalizam com uso da força (não necessariamente física), com dada intensidade, com finalidades, intenções e interesses distintos.

Nesse sentido, o autor reconhece a violência, enquanto fenômeno multidimensional que afeta as pessoas e o tecido social, tem uma existência real provocada por seres reais e produzindo impactos em diversas esferas da sociedade. Destacamos, ainda, que na mesma medida em que os impactos da violência afetam a estrutura econômica, político e sócio-cultural de uma sociedade, essa estrutura é determinante para a geração e/ou potencialização de fatos violentos.

1.2. A violência e seu imbricamento com o processo de reprodução das relações sociais

Diante do exposto, prosseguimos o processo de aproximação da categoria violência abordando inicialmente seu caráter estrutural. Tal esforço se faz necessário na medida em que tal dimensão da violência assume relevância e interfere, direta e indiretamente, em outras formas de manifestação desse fenômeno. Vale ressaltar que não pretendemos explicar as causas das mais variadas expressões da violência, presente no nosso cotidiano, a partir de sua dimensão estrutural, tendo em vista que é uma categoria complexa e atravessada por múltiplas mediações. Nossa intenção consiste, sobretudo, em tentar apreendê-la no contexto do atual modelo de sociabilidade, marcado pelo processo de exclusão e desigualdade social. Além disso, o fato de a violência estrutural incidir, direta e indiretamente, na atuação profissional do assistente social, não nos permite abdicarmos de alguns apontamentos dessa natureza.

Ao recuperarmos os conceitos de violência anteriormente citados, destaca-se o processo de coisificação do homem (enquanto ser social, ser ético). Tal indicação é emblemática quando procuramos aprender a violência e suas diversas expressões no contexto de um modelo peculiar de sociedade. Embora a violência caracterize-se por um fenômeno que

atravessa distintos momentos históricos e diferentes sociedades (da mais complexa a mais primitiva), pode-se considerar que a racionalidade que preside sobre o modelo de sociabilidade capitalista radicaliza o processo de coisificação humana.

A ilustre obra de Marx, *O Capital*, recupera a idéia da coisificação do ser humano enquanto parte integrante do processo de produção capitalista. Nesse sentido, Marx, embora não trate diretamente da violência, nos aponta, através da desmistificação do processo de produção, o quanto o homem, enquanto ser social e consciente, passa a ser objeto de violência na medida em que o processo de acumulação retira parte de sua humanidade. Para Marx, o modelo de sociabilidade inerente a este modo de produção, tem como cerne estruturante a propriedade privada, a divisão social do trabalho e as classes sociais, fatores estes que concebem a complexa contradição entre capital e trabalho⁹. Nesta perspectiva, a partir do desvelamento do processo de produção capitalista, Marx destaca que a superação da propriedade privada representaria a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas. Quando à divisão social do trabalho, Marx (1985 p. 412) considera que:

Enquanto a cooperação simples em geral não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual do trabalho e de suas raízes. Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas [...]. Não só trabalho é dividido de suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de trabalho parcial, tornando-se assim, realidade a fábula de Menennis Agrippa que representa um ser humano como simples fragmento de seu próprio corpo.

A escolha por trazer esse trecho deve-se à intenção de apontar que certas expressões da violência são partes integrantes desse modelo

⁹ As obras de Marx reconhecem o trabalho como categoria ontológica central, o caráter alienador com que se transfigura o trabalho a partir do modo de produção capitalista que é duramente criticado.

de sociabilidade, afetando os sujeitos e as relações sociais por meio de processos alienadores.

Ao tratar da alienação do trabalho no capitalismo, Marx (1844) avalia que o trabalhador fica mais pobre em função da riqueza que produz, cria mercadorias, e se torna mercadoria. Esse fenômeno se apresenta aos sujeitos como forma de estranhamento em relação ao produto de seu trabalho e ao próprio trabalho. Tanto o trabalho, como o seu produto, tornam-se independente, apresentando-se como poderes que dominam o trabalhador (BARROCO, 2008).

De tal modo, o trabalho (transfigurado pelo modelo de produção e reprodução do capital) realiza a própria negação do homem, ao invés de ser atividade criadora, realiza-se como negação da vida. Diante disso, no trabalho alienado, ao invés do homem se reconhecer enquanto sujeito, se desconhece (BARROCO, 2008). Nesta mesma medida, a alienação ocorre também em todo o processo de trabalho. Neste processo de alienação não são reconhecidas as capacidades humanas essenciais, uma vez que a atividade humana é alienada, e sendo alienada, seu caráter social e consciente é negado.

Desta forma, com base em Marx, Barroco (2008) destaca que a propriedade privada e a divisão do trabalho são determinações fundantes da alienação, do mesmo modo que o sistema de trocas, a valorização da posse e do dinheiro. Neste mesmo viés, Konder (1984, p. 30) destaca:

Por isso em lugar de se realizar em seu trabalho o ser humano se aliena nele; em lugar de reconhecer-se em suas próprias criações, o ser humano se sente ameaçado por elas; em lugar de libertar-se, acaba enrolado em novas opressões.

Sendo assim, o exercício de pensar na violência em seu nível estrutural requer considerar que o atual modelo de produção e reprodução afeta de forma aguda o homem enquanto ser social e consciente. O que nos permite sublinhar que a violência está engendrada na essência desse modelo de produção e ataca o homem, na sua condição de ser ético, de ser social.

Nesse sentido, na medida em que ao homem é negado o desenvolvimento de suas capacidades a partir da propriedade privada, da divisão do trabalho, do sistema de trocas, da valorização da posse e do dinheiro, ele é violado em sua essência, fato que é agravado com a fase mais madurecida do capitalismo.

Nas últimas décadas, a sociedade tem sido tensionada entre os mais altos níveis de desenvolvimento econômico e o aprofundamento da desigualdade social. Os indicadores de concentração de renda são ilustrativos ao revelar tamanha contradição, uma vez que países como o Brasil, com expressivo Produto Interno Bruto (PIB), expressam inversamente índices de desigualdades assustadores, apontando para uma assimétrica distribuição de renda, renda esta, advinda da riqueza socialmente produzida.

Diante dos dados concretos acerca dessa realidade parafraseada pelos mais altos índices de desigualdade e exclusão, podemos destacar que nas últimas décadas têm se experimentado profundas transformações na organização social capitalista. Com isso evidenciamos que a idade de monopólios, da qual fala José Paulo Netto (2006), modifica intensamente a dinâmica interna do modelo de produção, almejando um só objetivo, que é a maximização dos lucros¹⁰, (realizada por meio do controle dos mercados). A dinâmica que assume esta nova fase de acumulação radicaliza seus desdobramentos perversos, conforme aponta Netto (2006, p.19),

O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços mais basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica [...].

O atual estágio de desenvolvimento capitalista tem sido marcado pela supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo, pela redefinição nas relações entre Estado, mercado e sociedade civil, pela desregulamentação das relações de trabalho e pelo aprofundamento das desigualdades sociais.

No atual contexto, de mundialização da economia, destaca-se o protagonismo de grandes grupos industriais multinacionais atrelados a instituições financeiras (através do rendimento de juros) que passam a dirigir o processo de acumulação. Tal movimento, impulsionado por organismos internacionais, captura os Estados nacionais que assumem papel de suporte no processo de acumulação. Ao mesmo tempo em se configura um mercado mundial unificado, adensa-se o desenvolvimento desigual entre empresas, ramos de produção industrial, nações e no

¹⁰ O acréscimo dos lucros capitalistas é realizado por meio do controle de mercados, onde o sistema bancário e creditício assumiu expressivo destaque (NETTO, 2006).

interior dos países. No curso deste movimento contamos com a liberalização e desregulamentação da economia, com o avanço do capital financeiro sobre o fundo público, com a extração da mais-valia dos trabalhadores através de uma série de mecanismos, que resultam no enxugamento da mão-de-obra, na intensificação da jornada de trabalho, sem o respectivo aumento de salário, na informalização do trabalho e na regressiva perda de direitos. Diante de tal dinâmica o processo de trabalho é afetado radicalmente, seja pelas renovadas formas de sua própria organização, seja pela incorporação de novas tecnologias. Não obstante, novas e ultrapassadas formas de trabalho se combinam buscando o incremento à mais-valia absoluta e relativa (IAMAMOTO, 2008).

Subjacente à dinâmica da mundialização da economia, há o intenso processo envolvendo os Estados nacionais. No movimento posto pela lógica capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento, sublinha-se o redimensionado papel do Estado que passa a assumir múltiplas funções, no sentido de contribuir para a garantia dos lucros dos monopólios. Nesse contexto, o Estado passa a atuar como organizador da economia e administrador dos ciclos de crise, sendo que uma vez capturado pela lógica capitalista tem a função de, além de assegurar a reprodução e a manutenção da força de trabalho (ocupada e excedente), regular níveis de consumo em função das necessidades dos monopólios (NETTO, 2006).

Concomitantemente configura-se neste contexto grandes desafios postos aos Estados Nacionais no sentido de garantia de sua soberania, principalmente, nos países ditos subdesenvolvidos. Tal fase desse modelo de produção tem intensificado a violência nestas nações, através das imposições econômicas, políticas e ideológicas, refletindo de forma aguda no cotidiano de seus povos que são afetados nas diversas esferas da vida social.

Verifica-se a situação de países periféricos como o Brasil, que passam a ser refém do capital estrangeiro, na medida em que são compelidos a seguir a cartilha de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, diminuindo sensivelmente o poder de decisão do governo sobre a própria nação. Assim, como salienta Abreu (2002), esse novo processo de racionalização produtiva, vassala às exigências de organismos internacionais, viabiliza uma reinserção subalterna do país aos padrões de competitividade do mercado mundial em detrimento às necessidades

e interesses nacionais. Nesse mesmo sentido, Alves (2001, p. 2) sustenta que,

as saídas buscadas pelos Estados Nacionais, através de suas classes dominantes, para encontrar um remédio que dê sobrevivência ao capital, exigiu adequações que respondessem às exigências dos capitalistas, principalmente no setor imperialista, monopolista e financeiro.

Dessa forma, as demandas sociais e políticas da população podem ser contempladas pelo Estado, contudo, são atendidas na medida em que podem ser redimensionadas para o interesse direto ou indireto de obtenção de lucros (NETTO, 2006). Nesta lógica de argumentação Netto (2006, p. 29) destaca:

[...] o capitalismo monopolista por suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas de classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária.

Com a dinâmica que adquire o processo de acumulação do capital, na contemporaneidade, temos o adensamento das refrações da questão social, mediado pela polarização entre concentração de riqueza e aprofundamento da pobreza. Como declara Iamamoto (2008, p. 125), “o predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças”. Para a autora a questão social significa mais que expressões da pobreza, miséria ou exclusão, pois, representa a radicalização da alienação, com total invisibilidade do trabalho social. Desse modo, há subordinação da sociabilidade humana às coisas, em um modelo de desenvolvimento que consiste na barbárie social.

É com este enfoque que procuramos argumentar que a violência está imbricada neste processo de sociabilidade, uma vez que remete o

sujeito social ao campo inanimado da coisificação através de uma série de mecanismos de difícil deciframento.

Silva (2005), ao discutir a violência estrutural, aponta que trata-se do uso da força, não necessariamente física, capaz de impor regras, valores e propostas por vezes consideradas normais, naturais e necessária como parte da essência da ordem burguesa. Ainda, nos mostra o autor, que a violência estrutural se materializa envolvendo a estrutura e a superestrutura, a primeira por meio da base econômica por onde se organiza, e a segunda através da sustentação ideológica inerente ao modelo de sociabilidade presente. Deste modo, a violência estrutural é constituída por um conjunto de ações que produzem e se reproduzem na vida cotidiana, embora por vezes não sejam consideradas como ações violentas.

Para Silva (2005) a violência estrutural não está circunscrita em um ato isolado ou acidental, mas é constituinte da lógica reprodutiva do capital, hoje endossada e realimentada pela profunda reestruturação produtiva, particularmente, nos países ditos “emergentes”, na década de 90 do século XX. Segundo o autor, a violência estrutural compõe o modelo de sociabilidade vigente e se reproduz junto com ele. Com reordenação da dinâmica do processo de acumulação, cujos Estados nacionais assumem um papel estratégico, a partir de uma racionalidade neoliberal, a violência estrutural é aprofundada e sua superação requer alterações que coloquem em xeque o atual modelo de sociabilidade.

Sua superação está condicionada à negação da sociedade capitalista ou, mais do que isso, está imbricada com a materialização de um modelo societário que supere os limites impostos pela lógica do capital ao mundo do trabalho. Ela supõe inevitavelmente alterações radicais das propostas neoliberais que diminuem e subestimam, sensivelmente, o papel do Estado na sociedade. Trata-se de um Estado tipicamente latino-americano e terceiro-mundista com uma política econômica que propicia uma imensa transferência de recursos para os grandes grupos econômicos – também através de uma densa arrecadação financeira dos Estados Nacionais -, Estados esses fortes na defesa do capital transnacional, mas débeis e pontuais com as políticas sociais (SILVA, 2005, p.4)

Associada à lógica imposta pelo modelo atual de sociabilidade na era monopólica, peculiaridades desenhadas no curso histórico da sociedade brasileira endossam o aprofundamento da questão social, pois, o processo de acumulação no contexto da mundialização favorece em muitas circunstâncias para a reatualização de marcas do paternalismo e do colonialismo tão presentes em nossa história (IAMAMOTO, 2008). De tal modo, a nova organização do capital se mescla a tradicionais relações sociais construídas a partir de uma burguesia nacional que assume uma orientação antidemocrática (ao priorizar interesses de classe), assim como parece ser destituída de sentimento nacionalista, o que contribui para assentar o aprofundamento das relações de dependência com países ditos desenvolvidos.

Nesta perspectiva, Darcy Ribeiro (1978) em sua obra - *O Dilema Latino Americano* - nos auxilia a compreender a complexa configuração da estrutura de poder produzida pelo processo histórico, onde o atraso das nações latino-americanas está intimamente ligado à associação de nossa classe dominante às agências internacionais de exploração, mantendo e impondo uma ordenação social desigualitária e permanente. Destarte, tanto a ordenação interna das nações subdesenvolvidas, quanto a regulação impostas pelos países hegemônicos a essas nações, compõem o fenômeno da violência estrutural, afetando de forma aguda as condições de vida dos seres sociais, que sofrem direta e indiretamente as refrações dessa dinâmica, dinâmica esta que é parte fundante do atual estágio do capitalismo.

Nesse sentido, no exercício de pensar sobre as mediações que atravessam a questão da violência estrutural, não se pode omitir da análise a relação intrínseca do tema com o modelo de produção e reprodução social vigente em cenários conjunturais específicos. Em diferentes dimensões em que a violência possa ser pensada, seja na singularidade da vida dos sujeitos, seja na estrutura de poder dos países subdesenvolvidos, ela afeta o ser social e consciente de forma dramática, interferindo estrutural e ideologicamente em seu modo de vida.

Embora essa análise pareça desconexa ou distante do dia a dia de tantos brasileiros, a aproximação com a esfera macrossocial nos possibilita dar sentido à realidade que nos é posta cotidianamente. Mudanças estruturais geradas no contexto macrossocial se materializam na vida dos sujeitos por meio da privação de direitos de natureza diversas.

Como pondera Chauí (1998, p),

A violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é como toda a prática e toda a idéia que reduza o sujeito a condição de coisa, que viole interior e exteriormente alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mas do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, na estrutura da sociedade brasileira.

De acordo com a autora a sociedade brasileira é estruturalmente violenta, embora não seja considerada como tal. Isso porque as desigualdades econômicas, sociais e culturais, a corrupção, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, pois, aparecem como fato isolado de superfície. Ao dialogar com Minayo (2003) reconhecemos que o caráter generalizado da violência é tão forte no imaginário social e na opinião pública que a criminalidade e a delinquência, por exemplo, são vistas como produções autônomas, sem relação com questões nacionais.

Assim, a violência estrutural na sociedade brasileira está camuflada por um certo tipo de mitologia que se conserva através das ideologias, uma vez que a violência não é percebida como parte da estrutura e da organização das relações sociais. Com isso, muitas de suas expressões são naturalizadas, como por exemplo, no predomínio do espaço privado sobre o público; as relações de superioridade e inferioridade no espaço familiar (onde as diferenças que são convertidas em desigualdades, reforçando a relação de mando e obediência); nas marcas da sociedade escravista; as relações de favor, de clientelismo, de tutela, de cooptação, de opressão (CHAUI 1998),

Para Chauí (1998) pode-se resumir os principais traços do autoritarismo da estrutura da sociedade brasileira: a) a partir da estrutura do modelo do núcleo familiar, onde as diferenças são colocadas como desigualdades, e estas como inferioridades (mulheres, crianças, idosos, homossexuais etc.); b) a partir das relações familiares de mando e obediência. Geralmente a lei não define direitos e deveres ao cidadão, porque tem a tarefa de garantir privilégios; c) a indistinção entre o público e o privado, sendo que do ponto de vista social há um encolhimento do público e do ponto de vista econômico um alargamento

do privado; d) os conflitos e contradições são considerados como perigo, desta forma, o remédio consiste na repressão policial e militar para as camadas mais pobres, pois, em muitas circunstâncias a sociedade auto-organizada é vista como perigosa; e) a esfera da opinião pública é bloqueada, o consenso é visto como unanimidade, conversão esta realizada pela mídia de forma eficiente, a discordância é vista como ignorância; f) a naturalização das desigualdades econômicas e sociais, assim como das diferenças étnicas, de gênero, religiosa, além da naturalização de todas as formas de violência.

Na era das finanças, como bem nomeou Iamamoto (2008), contamos ainda com os valores como individualismo e consumismo¹¹ que indissociáveis do processo de acumulação em curso, assumem importante papel de legitimação da ordem. O individualismo procura sustentar que tanto o êxito como o fracasso dos sujeitos assume um caráter meramente individual. Tanto que as seqüelas da questão social por vezes são remetidas para o campo individual dos sujeitos.

De tal modo, tais considerações nos levam a concluir que a violência está imbricada não apenas com o modo de produção capitalista mas com a peculiaridade da estrutura brasileira que reafirma sua presença a partir do modo como se constitui. Para Minayo (2003) a maior característica da sociedade brasileira, hoje, no que se refere aos eventos violentos, consiste em seu caráter apolítico, diferentes de outros momentos históricos. Constata-se que, na atualidade, a grande densidade de crimes cometidos tem sua raiz no modo de produção de riqueza.

Diversas expressões da violência afetam a vida dos sujeitos, seja por meio de suas manifestações no contexto urbano ou no campo privado familiar, seja contra determinados seguimentos geracionais, motivada por questões de gênero ou contra determinadas etnias. Tais manifestações apresentam-se em diferentes dimensões e carecem de específicas e aprofundadas análises de forma a buscar meios para o seu enfretamento, na perceptiva de potencializar a construção de sujeitos mais livres, responsável e autônomo.

O contexto contemporâneo desafia-nos no enfretamento cotidiano das mais variadas manifestações da violência (da mais particular, a mais

¹¹ “[...] no vocabulário de Arendt, *consumo quer dizer abreviação do tempo de utilização das coisas*. A rapidez com que adquirimos e nos desfazemos dos objetos faz do ato de comprar algo imaginariamente similar ao consumo de alimentos, os únicos objetos que de fato consumimos. Assim, o consumismo seria uma prática social fundada no acordo tácito entre produtor e comprador para que todos usem os produtos industriais como se fossem alimentos.[...] Não basta haver produção em larga escala para que haja consumo. Os indivíduos consomem, porque aprendem a associar consumo à felicidade” (Costa, 2005, p. 137).

universal). Ao mesmo tempo em que atos e ações de violência são geradas e/ ou potencializadas, por esta sociedade, esta mesma sociedade exige respostas efetivas para o seu enfrentamento.

Procurou-se até o momento fazer uma síntese, das manifestações da violência a partir do ponto de vista macrossocial considerando, sobretudo, certas características do atual modelo de sociabilidade. A escolha por apontar as considerações apresentadas, logo no início do trabalho, deu-se de forma intencional na tentativa de mostrar nossa preocupação com as bases fundantes de um modelo de sociabilidade que através de suas determinações pode gerar/potencializar diversas manifestações da violência, assim como influenciar suas formas de enfrentamento. Tal abordagem, em nosso ponto de vista, consiste em base necessária para a compreensão das diversas expressões da violência na cena contemporânea.

Nesta perspectiva, propomos, ainda, abordar o Serviço Social, enquanto uma especialização do trabalho, destacando, sobretudo, a prática do assistente social e alguns de seus dilemas, entre os quais os inscritos no enfrentamento de diferentes manifestações da violência.

SEÇÃO 2

2 A VIOLÊNCIA, O CAMPO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O SERVIÇO SOCIAL

*Tudo em nós está em nosso
conceito do mundo; modificar o
nosso conceito do mundo é
modificar o mundo para nós, isto é,
é modificar o mundo, pois ele
nunca será, para nós, senão o que
é para nós.*

(Fernando Pessoa)

2.1. A luta pelos direitos da criança e o adolescente: um espaço contraditório de atuação profissional

Diante da gama de possibilidades de discussão a respeito da violência realizamos, aqui, um recorte de cunho metodológico, no qual optou-se pela aproximação dessa categoria a partir do campo da criança e adolescente, tendo em vista a particularidade da pesquisa aqui apresentada.

Debater a questão da violência que afeta a população infanto-juvenil brasileira requer considerar, também, os diferentes determinantes que afetam as condições de vida dessa população em uma dada sociabilidade, fato que não nos permite segmentar esses sujeitos sociais. Sposati (2007) lembra que a tendência de segmentar os sujeitos a partir de suas necessidades restringe a visibilidade das demandas e necessidades coletivas de classe, favorecendo a focalização e desconectando-as com as relações sociais que as constituem.

Como assinala Faleiros (1998), a construção da infância se inscreve no sistema cultural, imaginário e simbólico a partir de processos históricos, produto das relações sociais vigentes em um período determinado das relações de classes e interclasses. Nem sempre a infância foi entendida como uma fase específica da vida, pois, nem sempre essa população foi considerada enquanto sujeitos de direitos. Aliás, há pouco tempo que esta fase foi definida pela incapacidade, pela necessidade de tutela, pela menoridade e obrigações de obediência e submissão. O autor salienta a importância da compreensão da infância

como produtos das relações e representações sociais, sendo necessário caminhar na direção de defesa dos direitos desse seguimento populacional, na oposição à submissão da criança e adolescente, enquanto objeto de decisão dos adultos.

A violência que afeta a criança e o adolescente se materializa freqüentemente por meio de relações de poder, quando há a apropriação não apenas de seus destinos, do discernimento e da decisão livre, mas, sobretudo, de sua pessoa. Esse poder que se expressa através da repressão, do autoritarismo, da coisificação da infância e da adolescência pode estar presente, tanto na esfera familiar, quanto em distintos contextos institucionais, como escola, igreja, mídia, entre outros (Faleiros, 1998).

Observamos que esse poder alicerçado em contra-valores como o machismo, o patriarcalismo, o adultocentrismo, o patrimonialismo, fortemente arraigado na sociedade brasileira, favorecem à incidência da violência que de forma mais aguda em determinados segmentos como a mulher, o idoso, a criança e o adolescente. Atualmente, esses contra-valores tão presentes nas relações sociais, produzem, se reproduzem e combinam-se a novos referenciais construídos por meio do apelo ao consumo, ao individualismo, à competitividade, ao narcisismo, que corroboram para a construção da identidade dos sujeitos, afastando-os de relações sociais mais coletivas investida de sentido e de civilidade.

Para Faleiros (1998) as crianças são também vistas como consumidoras, como herdeiras, responsáveis pela continuidade do patrimônio financeiro e econômico das famílias. O autor pontua que a representação da criança e do adolescente, na atualidade, está associada a padrões consumistas, opondo-se ao que se convencionou chamar de paradigma da proteção integral e de respeito a seus direitos. E, neste sentido, a família e a escola constituem redes fundamentais na formação da identidade, proteção e socialização da criança. Na relação de ensino/aprendizagem, os adultos são responsáveis pela formação das capacidades de decisão, discernimento e de sobrevivência da criança e do adolescente, em oposição à uma perspectiva de subalternização, inferiorização e naturalização da infância e da adolescência.

Demarcamos ainda que a violência contra a criança e adolescente pode ocorrer no âmbito público, assim como no contexto privado, apresentando-se como exemplo de violadores tanto a família, quanto o Estado. Para Passetti (1995, apud Borba, 2007) o Estado passa a ser considerado como um violador, ao não preencher as lacunas deixadas pelo mercado, expressas através do desemprego, da falta de

escolaridade, do não acesso aos direitos fundamentais. De tal forma, o Estado não cumprindo suas responsabilidades, ensaja também a prática da violência.

A violência no campo privado, familiar, geralmente pode ser representada pela omissão quanto aos cuidados da criança ou adolescente, pelo emprego de abusos físicos, psicológicos e sexuais; são expressões da exploração e de forças desiguais em situações concretas que são articuladas tanto a relações sociais gerais quanto a específicas (FALEIROS, 1998). Essas manifestações da violência estão inseridas em um processo de violência estrutural, sendo alvo da influência desta última, o que requer a prestação de serviços qualificados de caráter universal (BORBA, 2007).

O rompimento com esta forma de violência implica em um processo de reflexão que questione certos valores presentes na sociedade; que perpassa pela reconstrução do significado que esse segmento populacional assume, tanto no âmbito da sociedade, da família e do próprio Estado; requer assegurar os direitos fundamentais não só desse segmento, mas, sobretudo, garantir o acesso aos direitos à saúde, à habitação, à educação, ao trabalho protegido da família como um todo.

O século XX testemunhou crescente preocupação com os direitos da criança e do adolescente tanto na esfera nacional, como na internacional. O primeiro documento internacional com relação à criança é a Declaração de Genebra de 1924, intitulada “Direitos das Crianças”, que foi aprovada pela Liga das Nações e proclamada como “Carta da Liga sobre Crianças”. Trinta e cinco anos após, em 1959, a Organização Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração dos Direitos da Criança num esforço de que fosse reconhecido mundialmente o direito desse segmento populacional. Enquanto que a Declaração de Genebra (1924) considerava a criança como sujeito passivo, na Declaração de 1959 as crianças passam a ser reconhecidas como sujeitos de direitos, capazes de gozar de determinados direitos e liberdade (DOLINGER, 2003).

Em comemoração aos vinte anos da Declaração de 1959, a ONU proclamou o ano de 1979 como Ano da Criança, oportunidade em que a Polônia propôs a elaboração de um tratado internacional que transformaria em termos jurídicos os princípios estabelecidos na Declaração de 1959. Tal iniciativa foi aceita pela Assembléia Geral da ONU, que encarregou a Comissão de Direitos Humanos de preparar a Convenção dos Direitos da Criança, sendo esta aprovada em novembro de 1989. Em 1990, a Convenção sobre os Direitos da Criança entrou em

vigor, e em 1996 na celebração do cinquentenário do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) foi proclamado que a partir desta data todas as atividades em prol da criança seriam pautadas em conformidade com a Convenção (DOLINGER, 2003).

No Brasil, no final da década de 1980, vivia-se um clima de efervescência diante do processo de transição político-democrático, com movimentos na luta pelos direitos civis, políticos e sociais. No campo da infância ocorreu uma ampla mobilização nacional que visava à defesa de direitos de crianças e de adolescentes, na luta por mudanças no Código de Menores de 1979. Defasado para sua época, o Código de Menores constituía o prolongamento da filosofia menorista do Código Mello Mattos (1927). Quando, em 1979, comemorava-se o Ano Internacional da Criança, nascia o Código de Menores que não contemplava a discussão realizada internacionalmente. Tal legislação, respaldado na Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBM), pautado no paradigma da “situação irregular”, não correspondia aos interesses das crianças e adolescentes, nem da sociedade civil (SILVA, 2005).

O Código de Menores de 1979 delimitou sua ação na assistência, proteção e vigilância a “menores” até 18 anos que se encontravam em “situação irregular”. Tal legislação sintetizava a dicotomia entre pão e palmatória e estabeleceu legalmente o critério que define a pessoa de até 18 anos como criança e adolescente ou como “menor”. Nesta perspectiva, o “menor” era definido em “situação irregular” quando privado de condições necessárias a sua subsistência, ainda que eventualmente. Ao considerar as razões de tais privações, estrategicamente, omitiu-se o Estado de suas responsabilidades, figurando os pais e/ou responsáveis como possíveis causadores destas irregularidades (PEREIRA, 1992).

No final da década de 1980, como reflexo do processo de mobilização nacional, se processava a discussão em torno na falência do Código de Menores e da PNBM, tanto que organismos nacionais e internacionais faziam severas críticas ao Código. Organismos como o Fundo Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), da Secretaria de Ação Social (SAS) e o UNICEF estimulavam e financiavam a implementação de experiências alternativas, que deram origem ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), uma importante referência na contramão do paradigma da “situação irregular” (NETO, 2005).

Como resultado do processo de debate e mobilização, a Constituição Federal Brasileira de 1988 e o Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA) - Lei 8069/90, demarcara um novo lugar da infância da adolescência no Brasil, conferindo um tratamento especial a partir da Doutrina de Proteção Integral. A nova Constituição Federal, promulgada em 1988, incorporou os princípios da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em substituição à lógica contida no segundo Código de Menores.

O Estatuto trouxe as diretrizes gerais para a política de proteção integral, reconhecendo esse segmento populacional como sujeitos de direitos, estabelecendo a articulação entre Estado e sociedade, e criando os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direitos. Houve a descentralização da política, por meio da criação desses conselhos em nível estadual e municipal, além de prever a prioridade absoluta desse segmento quanto ao acesso às políticas sociais. Tal norma estabeleceu medidas de prevenção e uma política especial de atendimento e acesso digno à justiça (VERONESE e COSTA, 2006).

Assim, a partir da Constituição de 1988, registra-se um novo marco acerca dos direitos da população infanto-juvenil, na medida em que a sociedade passa a considerar essa população enquanto de sujeito de direitos com absoluta prioridade. Tal concepção coloca o segmento criança e adolescente em pauta na agenda pública, o que passa a exigir maiores responsabilidades de todos os segmentos da sociedade. Nessa perspectiva, o Estado assumiu a responsabilidade pela execução de políticas sociais de proteção, no sentido de oferecer serviços públicos essenciais para o pleno desenvolvimento desse segmento geracional.

Na década de 1990, o movimento da sociedade civil em defesa dos direitos de crianças e adolescentes pautou a temática da violência, reivindicando e estimulando os governos a construir políticas públicas que pudessem dar respostas a tal problemática.

Em decorrência do I Congresso Mundial contra Exploração Sexual e Comercial de Crianças realizadas em Estocolmo, capital da Suécia, em 1996, o Brasil assumiu compromisso político de construir políticas públicas de modo a atender a demanda de crianças e adolescente em situação de risco social e pessoal. E na mesma perspectiva o governo federal aprovou, em 2000, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto- Juvenil com objetivo de estabelecer um conjunto de ações articuladas que permita intervenção técnico-política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2007).

No que se refere à política de enfrentamento da violência sexual contra a criança e adolescente no contexto brasileiro, torna-se oportuno

mentonar que, em 1996, foi proposto pela então Secretaria dos Direitos e Cidadania, o Plano de Ação do Ministério da Justiça, que procurou implementar as diretrizes do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA) para a promoção e defesa dos direitos da criança. Com esta medida atribuiu-se ao Departamento da Criança e Adolescente a responsabilidade pela execução, em âmbito nacional, da política de defesa dos direitos humanos da população infanto-juvenil. Dentre as diretrizes da referida política tem-se como objetivo “apoiar campanhas, ações e programas de atenção a crianças e adolescentes explorados sexualmente”. Diante de tal problemática, em 1999, a diretoria da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos reuniu representantes dos grupos regionais *End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes* (ECPAT), para discutir o esboço do Plano Nacional de Combate a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes que foi aprovado no ano de 2000 (MATOS et al., 2007).

Em 2001, iniciou-se o processo de implantação do Programa Sentinela em vários municípios brasileiros. Programa que inscrito no âmbito da Política de Assistência Social (PNAS), a partir de 2004, passou a ser considerado “serviço” de ação continuada¹². Em 2005 passou a fazer parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como um serviço de proteção especial de média complexidade. Posteriormente chamado de Serviço de Enfrentamento da Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Criança e Adolescente, apresenta como objetivo assegurar proteção imediata e atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes vítimas de violência (física, psicológica, negligência grave), abuso ou exploração sexual comercial, bem como a seus familiares. Para tanto, oferece acompanhamento técnico especializado, desenvolvido por uma equipe multiprofissional que mantém articulação com a rede de serviços sócio-assistenciais e das demais políticas públicas, bem como com o Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2009).

Assim, a questão da violência contra criança e adolescente, de acordo com o paradigma estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a ser assumida enquanto questão social, objeto de políticas sociais públicas. Entretanto, no contexto de tais políticas,

¹² De acordo com a Lei nº 8.742 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) Entende-se por serviços assistências atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, votadas para as necessidades básicas, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecida nesta lei.

amplios desafios vêm sendo postos na perspectiva de se viabilizar serviços que garantam de forma efetiva os direitos fundamentais de milhares de crianças e adolescentes brasileiras e de suas famílias.

Para Marques (2008), a política para a infância e adolescência pressupõe um Estado robusto, de modo que seja possível fazer o enfrentamento das situações que assolam grande parcela das crianças e adolescentes brasileiras, sejam ameaçados pela fome, pelas múltiplas expressões da violência, pelas fragilidades dos vínculos de pertencimento e socialização.

Marques (2008) ainda aponta que o projeto neoliberal tem dado três respostas às questões da criança e do adolescente: a) a fragilização das políticas estatais que com a estratégia da focalização dirige atenção apenas a grupos mais vulneráveis, distanciando-se do princípio da universalização, tornando-se as ações cada vez mais pontuais e compensatórias. Neste contexto, para proteger, o beneficiário precisa estar com o direito comprovadamente violado (usuário de droga, violado sexualmente, etc.); b) a mercantilização dos serviços destinado à população infanto-juvenil, uma vez que os serviços sociais são deslocados para o mercado e vendidos ao consumidor (creches, escolas, serviços de esporte, lazer e cultura, etc.); c) refilantropização das repostas às questões da criança e do adolescente, pois, o Estado vem transferindo sua responsabilidade para as organizações sociais.

Liduína de Oliveira Silva (2005) faz uma leitura crítica do surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente localizando o documento nos marcos do paradigma neoliberal, tentando desmistificar a visão de que o Estatuto fez a “ruptura” com o projeto de sociedade presente no Código de Menores. Considera que o Estatuto nasceu em resposta ao esgotamento histórico jurídico e social do Código de Menores de 1979. Considera o Estatuto como sendo processo e resultado, uma vez que é fruto da construção histórica de lutas sociais dos movimentos pela infância, dos setores progressistas da sociedade política e civil brasileira frente à “falência mundial” dos direitos de justiça menorista, mas também expressão das relações globais internacionais que reconfiguraram-se frente ao novo padrão de acumulação flexível do capital.

Silva (2005) ainda argumenta que a conjuntura internacional entre as décadas de 1970 e 1980 passou por transformações substanciais na configuração de uma fase evoluída do capitalismo conhecida como globalização. Período que foi palco de mudanças fundamentais processadas na relação entre capital e trabalho, em que o modelo de

produção fordista deu lugar ao toyotismo e como resposta para a solução da crise do capital, o neoliberalismo indicava um Estado mínimo. Tais transformações associadas à revolução tecnológica provocaram a “reestruturação produtiva” e com isso, o desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho e outras tantas transformações e suas conseqüências. A autora aponta que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi uma conquista tardia, uma vez que nasceu nos marcos do neoliberalismo, contexto, no qual, os direitos são constantemente ameaçados, precarizados e reduzidos.

Assim, persiste o desafio de garantir os direitos legalmente reconhecidos a partir da consolidação de serviços de defesa de direitos e de políticas pública consistentes. Para Silva (2002 apud VERONESE e COSTA, 2006 p.59).

[...] o mundo legal reconhece a criança e o adolescente como sujeito de direitos e o mundo real traz uma gama de violações desses direitos. Neste contexto, há o imperativo de que se consolidem serviços que atuem na defesa desses direitos assegurados e políticas públicas voltadas para o seguimento infanto-juvenil, com caráter protetivo e emancipador [...]

Assegurar um verdadeiro Sistema de Garantias de Direitos pressupõe enfrentar as mais diversas expressões da violência¹³ que afeta este segmento geracional e suas famílias. Como já mencionado, a Constituição Federal de 1988, por meio de seu artigo 227, regulamentado com promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), demarca:

É dever da família, da sociedade, e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao

¹³ Cabe ressaltar que não pretendemos aprofundar diversas expressões da violência que afetam a criança e o adolescente, como por exemplo, a violência urbana, o trabalho infantil, a violência física, sexual ou psicológica, sobretudo porque há um significativo acúmulo a respeito do tema, seja na literatura brasileira ou internacional. Nos deteremos à categoria violência em uma perspectiva mais ampliada com intuito de nos aproximarmos da prática profissional do assistente social na atuação junto a um serviço específico que tem como principal destinatário a população infanto- juvenil.

respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Diante das responsabilidades da família, da sociedade e principalmente do Estado, no sentido de assegurar à população infanto-juvenil seus direitos fundamentais, desafios são desenhados no campo das políticas sociais na perspectiva de conferir proteção à criança e ao adolescente. Considerando que o assistente social ocupa espaço privilegiado no campo das políticas sociais, esse profissional é também provocado a oferecer respostas qualificadas diante de distintas expressões da questão social que afeta a população infanto-juvenil, e entre elas, diferentes manifestações da violência.

É no espaço da política social que o assistente social desenvolve seu processo de trabalho e, em muitas circunstâncias, o objeto imediato de sua ação profissional se apresenta por meio de situações de violência. Tanto o objeto como o próprio processo de trabalho do assistente social é atravessado por múltiplas determinações, sendo no espaço contraditório e dinâmico da política social que o assistente social sistematiza dados da realidade, constrói e reconstrói seu objeto de intervenção, define seus objetivos profissionais e seus instrumentos de trabalho. Este processo de trabalho envolve dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, e a partir das quais são construídas as respostas profissionais frente às requisições que são demandadas a este profissional.

2.2. A prática profissional do assistente social e os desafios de deciframento da realidade no enfrentamento da violência

Considerando que o objeto deste estudo versa sobre a prática profissional do assistente social no enfrentamento da violência, torna-se oportuno levantar alguns elementos necessários para a compreensão das particularidades dessa especialização do trabalho. Inicialmente é fundamental situar o Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, o que remete à necessidade de compreensão do significado social da profissão, que só pode ser entendida a partir de sua inserção neste modelo de sociedade.

Como menciona Yazbek (2009), a análise da profissão, suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem desvelar a

lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. Dessa forma, é preciso situar o Serviço Social no contexto de relações mais amplas que constitui a sociedade capitalista, no âmbito das respostas construídas pela sociedade e pelo Estado, frente às questões sociais e suas manifestações, no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo características peculiares.

De tal modo, a compreensão da profissão a partir de sua inserção na sociedade capitalista pressupõe considerar o modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais neste modelo de sociabilidade. Nesse sentido, a reprodução das relações sociais reúne a reprodução da vida material, o modo de produção, a reprodução espiritual da sociedade e as formas de consciência social. Com isso, constata-se que reprodução das relações sociais é reprodução do modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas, além do modo como as idéias se produzem nessa sociedade (YAZBEK, 1999).

O Serviço Social se institucionaliza e se legitima no Brasil, através da mobilização do Estado e do empresariado, com apoio da Igreja Católica, no enfrentamento e regulação das diferentes expressões da questão social, a partir do momento que suas manifestações ganham caráter político. Como salienta Yazbek (1999), a questão social é matéria prima e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social como especialização do trabalho. Dessa forma, na década de 40, o Serviço Social assume a execução das políticas sociais emanadas pelo Estado, e a partir disso tem seu desenvolvimento vinculado aos aparelhos estatais e às políticas sociais.

Como bem salienta Iamamoto (2003), o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas, sobretudo na realidade. O que significa que as análises da realidade são partes constitutivas da configuração do trabalho do assistente social, o que torna absolutamente necessário a compreensão do movimento de produção e reprodução das relações sociais.

Iamamoto e Carvalho (1982) na publicação *“Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”* apresentam a tese de que o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão na divisão social e técnica do trabalho, em meio ao desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, tais processos apreendidos sob o ângulo de novas classes sociais emergentes (constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial). Neste contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro no Brasil, é que emerge sob novas formas

a chamada “questão social” que torna-se base de justificação desse tipo de profissional especializado.

Para Iamamoto (2003) a questão social é apreendida como conjunto das expressões das desigualdades na sociedade capitalista madura. Como que sendo desigualdade é também rebeldia, na medida em que envolve sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. Deve-se decifrar a gênese das desigualdades uma vez que são indissociáveis da concentração de renda, da propriedade e do poder que estão no verso da violência, da pauperização e das formas de discriminação e exclusão.

É nesta tensão entre produção de desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situando nesse terreno movido por interesses sociais distintos, nos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (Iamamoto, 2003, p. 28).

Apreender o Serviço Social inserido no contexto da produção e reprodução social implica em considerar dois fatores que para Iamamoto (1982) são indissociáveis e interdependentes. Um deles se refere à realidade vivida e representada pela consciência dos profissionais que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional. O outro fator refere-se à atividade social determinada pelas circunstâncias objetivas que dão certa direção ao exercício profissional. Tais considerações chamam a atenção para as implicações políticas do exercício profissional, uma vez que se desenvolve como prática polarizada entre os interesses de classe. Ademais, possibilita apreender as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional. Presume também a necessidade de considerar as determinações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais sobre o exercício profissional e o modo como o profissional constrói sua intervenção, como atribui significado, como confere finalidade e direção (YAZBEK, 1999).

Para Guerra (2007), o modo de “aparecer” do Serviço Social manifestado pelo “fazer” dos profissionais são redefinidos ao longo do processo histórico da profissão, processo este complexo e contraditório, gestados no confronto das classes sociais onde a intervenção profissional se polariza. Dessa forma, o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses do capital, quanto das respostas a

necessidades e interesses da classe trabalhadora, o que demarca seu caráter contraditório.

A questão social entendida como base de fundação sócio-histórica do Serviço Social assume um caráter também contraditório, o que permite reconhecer as dimensões contraditórias das demandas postas à profissão, uma vez que a questão social é afetada por forças decorrentes tanto do movimento do capital quanto dos direitos, valores e princípios que fazem parte do ideário dos trabalhadores (Iamamoto, 2008).

É no contexto de produção e reprodução das relações sociais que são determinadas as condições em que se realizam as ações profissionais. Ademais, o assistente social apesar de ser qualificado como profissional liberal, perde tal característica a partir de sua vinculação de assalariamento, dada a relação de compra e venda de sua força de trabalho e de sua vinculação com as políticas sociais, meio pelo qual oferece respostas a diferentes expressões da questão social. De acordo com Yazbek (1999, p. 93),

O Serviço Social vai inserir, neste processo como mediador, obtendo legitimidade no conjunto de mecanismos reguladores, no âmbito das políticas socioassistenciais, desenvolvendo atividades e cumprindo objetivos que lhe são atribuídos socialmente e que, ultrapassam sua vontade e intencionalidade. Essa inserção que inscreve o assistente social em uma relação de assalariamento e o integra ao mercado como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas engendradas no âmbito do Estado e voltadas ao atendimento de seqüelas da questão social, vai conferir um caráter não liberal ao exercício profissional apesar de seu reconhecimento como profissional liberal[...]

O assistente social enquanto trabalhador assalariado é contratado pelo Estado e pelo empresariado para atuar junto a vários segmentos de trabalhadores, por intermédio das políticas sociais. Tais políticas sociais estão geralmente articuladas à órbita do poder econômico, político e cultural, por meio das quais são recriados os interesses divergentes. Estas indicações são necessárias para compreender as implicações políticas do exercício profissional, sendo que esse exercício se desenvolve no contexto de relações complexas e contraditórias. De tal forma, o assistente social, embora considerado como profissional liberal não dispõe de controle das condições materiais organizacionais de seu processo de trabalho. O que não significa que o assistente social deva se render ao imobilismo, negando sua autonomia profissional.

Diante do contexto onde se insere seu processo de trabalho, o assistente social apresenta-se como mediador da relação entre Estado, instituição e classe trabalhadora. Isso porque as políticas sociais constituem-se como espaços conflitantes, onde ocorre o controle dos sujeitos, mas também onde ocorre a luta por direitos (YAZBEK, 1999). Ademais, o assistente social desenvolve sua prática através da vinculação com a instituição que contrata seu trabalho, assim como a população a que o profissional presta serviço. Tais condições levam a constatar o caráter contraditório dessa especialização do trabalho coletivo.

Os apontamentos até o momento levantados são fundamentais para o debate do exercício profissional no atendimento das expressões da violência na atualidade, na medida em que as ações profissionais são atravessadas por mediações que afetam todo o processo de trabalho do assistente social, interferindo significativamente tanto na forma de realização do trabalho, como nos seus resultados.

Cotidianamente os assistentes sociais são desafiados a intervir em questões complexas e contraditórias. Tais questões que se apresentam no campo da imediatez, são mediadas por determinações que exigem do profissional o seu deciframento. Dentre tais questões, múltiplas expressões da violência (manifestadas de diferentes formas e níveis de complexidade), se apresentam aos assistentes sociais, em seus diversos espaços sócio-ocupacionais.

O Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993) enquanto referência normativa para o exercício profissional, instrumento que oferece respaldo às decisões e atitudes profissionais (PAIVA e SALES, 2007), elege como um de seus princípios fundamentais a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”. Este princípio articulado aos demais indica que os assistentes sociais devem se posicionar contra todo o tipo de abuso de autoridade, torturas, violência doméstica, grupos de extermínio, o que demonstra a vinculação histórica da profissão com a luta em favor dos direitos humanos (PAIVA e SALES, 2007).

Desta forma, temos que um dos principais instrumentos normativos da profissão atenta para a necessidade do posicionamento profissional diante de diferentes manifestações da violência. Longe de se limitar ao campo do discurso, os princípios éticos que norteiam o exercício da profissão exigem dos assistentes sociais não apenas posicionamento contrário às formas de violação dos direitos humanos, mas, sobretudo requer um esforço desse profissional no deciframento de

tais manifestações, o que é absolutamente necessário para construção de ação prático-crítica que combatam a violência.

No cotidiano do exercício profissional o assistente social é desafiado a dar respostas qualificadas às diferentes expressões da violência, expressões estas muitas vezes legitimadas como demandas de seu trabalho especializado, (seja pelas instituições, pela população e por outros profissionais). Os sujeitos, usuários dos serviços prestados pelo assistente social, se colocam muitas vezes frente ao profissional em estado de sofrimento, aparente passividade ou revolta, desacreditado ou esperançoso de possíveis soluções para situações singulares que vivenciam (FÁVERO, 2004).

Assim, tanto as refrações da violência estrutural (materializadas no desemprego, ou no trabalho precarizado, na ausência de políticas públicas redistributivas e universalizantes), quanto as expressões da violência interpessoal (como a violência doméstica, contra criança e adolescente, mulher, idoso, entre outros) aparecem cotidianamente ao assistente social, imbricando-se, se materializando em experiências concretas de violação de direitos.

De tal modo, diversas expressões da violência, sejam elas de caráter universal e/ou singular se particularizam e se apresentam ao cotidiano profissional, requerendo respostas dessa especialização do trabalho. Tais respostas só podem ser construídas a partir de um rol de conhecimentos e posicionamentos que são constitutivos da competência profissional, que, como argumenta Rios (2006), é composta das dimensões éticas, técnicas e políticas.

Ademais, como anteriormente apontado, o objeto de trabalho do assistente social (questão social), assim como o espaço em que o seu processo de trabalho se realiza (políticas sociais) são mediados por contradições que interferem decisivamente no resultado de seu trabalho, uma vez que tal processo é constituinte e constituído pela realidade social.

O deciframento da realidade é indispensável na medida em que tal movimento possibilita ultrapassar o campo da imediatez na busca pela compreensão de mediações determinantes na constituição dos fenômenos sociais. Como assinalam Paiva e Sales (2007, p.188): “As respostas profissionais devem ser construídas na imediatez dessas demandas, não podendo, contudo se resumir ao enfrentamento de fatos isolados, estanques e absolutizados”.

Assim, pensar as diversas expressões da violência enquanto objeto de intervenção profissional requer a (re) construção desse objeto,

para assim, direcionar a ação profissional. Nessa perspectiva, as teorias e os conceitos devem ser visitados e revisitados, uma vez que nos auxiliam a transcender a singularidade.

Para Pontes (2000 p. 46), a rede de mediações que dá concretude à compreensão dos fatos/problemas muitas vezes parece desconexa e indeterminada. O objeto da intervenção profissional visto exclusivamente do âmbito da singularidade não permite ultrapassar as demandas institucionais. Assim, pontua que para o processo de ultrapassagem da factualidade é necessário compreendê-la a partir dela (factualidade) para visões amplas e complexas do real. Portanto a ação profissional prescinde da apreensão do real e da interpretação do que é apreendido. Silva (2008) nos lembra que a violência assume expressões particulares que imbricam-se no exercício profissional e exigem um posicionamento teórico, político e prático, o que requer do profissional clareza teórica analítica e solidez interventiva.

As manifestações da violência que se apresentam, enquanto demanda imediata à intervenção profissional, também assumem um caráter contraditório por se tratarem de expressões da questão social. De tal modo, é necessário realizar a totalização da leitura da realidade de modo a evitar o aprisionamento em explicações que consideram esse fenômeno social como fatos independentes e isolados.

Assim, a investigação e a pesquisa são exigências fundamentais para a intervenção profissional. Como salienta Battini (2009), coloca-se como exigência da própria intervenção profissional do assistente social a atitude investigativa, pois ela aguça o espírito de descoberta, tornando-se condição para ultrapassagem do aparente, evidenciando a essência dos fenômenos nos seus nexos e conexões. Imbricada na intervenção profissional, a referência teórico-metodológica baliza os caminhos para a construção do concreto pensado e subsidia decisões e estratégias no exercício profissional, contribuindo para a prática crítica.

Destarte, a atitude investigativa é parte imprescindível do processo de trabalho do assistente social, e é a partir dela que pode ser realizado o desvendamento dos fatos sociais, que são colocados de forma pontual e fragmentados no cotidiano do trabalho profissional. De tal modo, Battini (2009) assinala que a dimensão investigativa pressupõe a relação sujeito do conhecimento/objeto. Essa relação manifesta a necessidade de sistematização e operacionalização crítica de elementos que compõem o objeto de investigação. Ao tratar da violência doméstica que afeta crianças e adolescentes, por exemplo, os elementos percebidos no campo do imediato (senso comum) devem ser

decodificados em conceitos, variáveis e teorias. O processamento de tais elementos possibilita a reconstrução do objeto de intervenção, indicando a dinâmica e a estrutura dos fenômenos sociais, permitindo ao profissional se posicionar criticamente diante das demandas que lhe são colocadas.

Para o descortinamento de dadas expressões da questão social, entre elas a violência, partimos da realidade (imediata e aparente) com uma dada concepção dela. Contudo, a sistematização e operacionalização de teorias, conceitos, e instrumentos, num movimento permanente de aproximação e distanciamento com o objeto de intervenção, nos permite retornar à realidade com outra percepção dela conferindo novo significado, sob o qual nos permite projetarmos e atribuímos direção e finalidades a ação profissional.

Desse modo, a atitude investigativa é integrante do exercício profissional, pois, é condição necessária para que respostas profissionais superem o colocado no campo do aparente. A realidade trazida pelos sujeitos, usuários das políticas sociais, representam frações da realidade, e compete ao profissional decifrá-la na perspectiva de construir respostas qualificadas através de uma prática teórico-crítica. Assim, desenha-se o desafio de apreender e decifrar a questão social na sua gênese, relacionando-os com contextos mais genéricos, sem, contudo, desvinculá-la das situações singulares posta no cotidiano profissional.

Assim, o assistente social deve pensar para além de suas fronteiras considerando as determinações econômicas, políticas, culturais e sociais, concomitantemente situar-se a partir das condições materiais e objetivas na qual realiza sua intervenção profissional (Guerra, 2009).

O que pretende-se demarcar é que o enfrentamento das diversas refrações da questão social, e entre elas da violência, não pode prescindir do questionamento da realidade. O Serviço Social, assim como outras áreas do saber, preocupadas em dar respostas à questão social são desafiados a decifrar a realidade de forma ética e responsável. Em tempos de fragmentação, individualismo, de alheamento em relação ao outro, essa tarefa se torna cada vez mais imprescindível, pois, a tendência que ora se apresenta é naturalizar a violência, fazer dela um problema do outro, autonomizando-a da sociedade que a gera e a potencializa.

SEÇÃO 3

3 APRESENTAÇÃO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

*Há um tempo em que é preciso
abandonar as roupas usadas, que
já tem a forma do nosso corpo, e
esquecer os nossos caminhos, que
nos levam sempre aos mesmos
lugares. É o tempo da travessia: e,
se não ousarmos fazê-la, teremos
ficado, para sempre, à margem de
nós mesmos.*

(Fernando Pessoa)

Com os apontamentos auferidos na Seção 1 e 2 buscou-se levantar elementos que pudessem contribuir para o alcance dos objetivos propostos por este estudo. Nesta seção fazemos a apresentação, a descrição e a análise dos resultados da pesquisa aqui proposta, cujo objetivo central consiste em problematizar a contribuição da intervenção do assistente social no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente.

Delineamento da análise

Para responder aos objetivos da pesquisa definimos três Eixos de Análise: **Primeiro Eixo:** o significado atribuído pelo assistente social acerca das expressões da violência no contexto do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE. **Segundo Eixo:** a particularidade da intervenção do assistente social na política pública municipal de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente. **Terceiro Eixo:** respostas profissionais diante das demandas de violência contra criança e adolescente.

Os eixos anteriormente citados foram construídos tendo como base o questionário (Apêndice B) aplicado aos assistentes sociais, sujeitos da pesquisa, cujos depoimentos foram reagrupados. Convém

esclarecer que as unidades de referências, constituem elementos destacados dos depoimentos profissionais, os quais possibilitaram levantar “apontamentos de análises” que nortearam a lógica das considerações realizadas ao longo dessa Seção. A tabela a seguir ilustra a sistematização dos dados auferidos nesta pesquisa.

Tabela 4: Delineamento da pesquisa			Continuação
Eixo Analítico		Unidade de Referência Seleção e Descrição de Relatos/Depoimentos	Apontamentos de Análises
Eixos de Análises	3.1- Primeiro Eixo Analítico	<p><i>Violência definida como violação de direitos; definida como poder usado contra uma pessoa; vista como uma relação estabelecida entre vítima/ agressor; violência doméstica definida como resultado de outras formas de violência, que se constrói no contexto histórico;</i></p> <p><i>Caracterizada a partir da violência física, psicológica, negligência, sexual contra a criança e o adolescente;</i></p> <p><i>Violência associada a estrutura social; sociedade capitalista;</i></p> <p><i>Estado visto como perpetrador da violência por conta de sua deficiência quanto a oferta de políticas públicas; família vista como instituição perpetuadora da violência contra criança e adolescente;</i></p>	A definição e caracterização da violência
	3.1.1 Significado atribuído as expressões da violência no contexto do Serviço de Enfrentamento da Violência		

Tabela 4: Delineamento da pesquisa

Continuação

Eixo Analítico		Unidade de Referência Seleção e Descrição de Relatos/Depoimentos	Apontamentos de Análises
Eixos de Análises	3.2 Segundo Eixo Analítico:	3.2.1 A particularidade da intervenção do assistente social na política pública de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente.	Objetivos profissionais e objetivos institucionais
			Objetivos Profissionais Garantir de direitos; criar novas possibilidades; oferecer recursos para a família sair da situação de violência; conseguir mudar a situação vivida da criança; atender a demanda colocada pelos usuários; melhorar as condições familiares, promover espaço de mudança; garantir a proteção da criança; trabalhar com as famílias; não focar só na violência. Práticas de “apagar incêndio”; não conseguimos romper com o ciclo da violência, mas minimizar; posicionamento ao lado do usuário; Objetivos Institucionais: Não caminham para a mesma direção; política pública como forma de controle; políticas públicas paliativas; intensa pressão; limites institucionais; Tentativa de conciliar os objetivos profissionais e institucionais; crítica à política pública focada na violência; Assistente social como mediador.
			Instrumentos
			Resultados
			Particularidades
			Os objetivos profissionais do assistente social no contexto da política pública de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente.
			Os instrumentos técnico-operativos do assistente social na particularidade do serviço de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente.
			Os resultados do trabalho do assistente social identificados pelos profissionais neste campo sócio-ocupacional;
			A particularidade da atuação do Serviço Social diante da demanda de expressões da violência contra criança e adolescente.

Tabela 4: Delineamento da pesquisa			Conclusão
Eixo Analítico		Unidade de Referência Seleção e Descrição de Relatos/Depoimentos	Apontamentos de Análises
Eixos de Análises	3.3 Terceiro Eixo Analítico: 3.3.1 Respostas profissionais no diante das demandas de violência contra criança e adolescente.	<div>Formação Profissional</div> <p>A graduação oferece conhecimento generalizado; graduação contribuiu pouco; outros cursos contribuíram, como especialização; o processo de formação possibilita conferir grau de cientificidade as ações; Considera falha da graduação quanto a questão da violência; mesmo não tendo uma formação específica sobre violência, considera que a formação torna o profissional apto para enfrentar essa situações;</p> <p>Na graduação aprendeu a fazer uma boa leitura da sociedade, entretanto, intervenção em Serviço Social muito pouco; aprendeu na prática mais que na teoria; necessidade de formação continuada.</p>	<p>A contribuição da formação do assistente social para o enfrentamento das expressões da violência.</p>
	Desafios profissionais	<p>Romper com o que está posto; profissional mais pesquisador e criativo; assistente social presente na execução e planejamento das políticas públicas; violência que afeta os próprios profissionais; estrutura; cultura e concepção da violência; prevenção; intensificação da proteção básica; efetivação dos direitos fundamentais; pouca importância dada a Política de Assistência Social por parte dos gestores; falta de recursos para oferecer às famílias; gestão; falta de capacitação profissional; falta de profissionais; rede de atendimento pouco eficaz; demanda difícil; má remuneração; terceirização.</p>	<p>Desafios profissionais para intervenção do assistente social diante das demandas de violência contra criança e adolescentes</p>
	Contribuição do Assistente Social no enfrentamento da violência	<p>Contribuição do assistente social a partir da orientação; o assistente social contribuiu por meio da busca ao acesso e garantia de direito; contribui a partir do olhar ampliado; das habilidades de fazer entrevista; contribui ao considerar a família detentora de direito;</p>	<p>As percepções dos assistentes sociais acerca da contribuição de sua intervenção para enfrentamento da violência contra criança e adolescente.</p>

Elaboração própria

3.1. Primeiro Eixo Analítico – O significado atribuído pelo assistente social às expressões da violência no contexto do Serviço de Enfrentamento da Violência contra Criança e Adolescente

Dando continuidade a este estudo apresentamos o Primeiro Eixo Analítico, o qual denominamos: O significado atribuído pelo assistente

social às expressões da violência no contexto do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE. Neste eixo buscamos descrever, categorizar e analisar, por meio da narrativa dos assistentes sociais, as concepções destes profissionais acerca das expressões da violência que se apresentam como demanda de seu processo de trabalho no contexto específico de três Serviços municipais de Enfrentamento da Violência contra a Criança e o Adolescente.

Com isso, a partir das unidades de referência expressas nas falas dos profissionais foram construídas categorias de análises que serviram de base para aproximação dos dados apresentados. Tais categorias correspondem à **definição e caracterização das expressões de violência** que se apresentam como demanda do trabalho do assistente social.

Definição e caracterização da violência: percepções dos assistentes sociais atuantes no Serviço de Enfrentamento da Violência contra a Criança e o Adolescente dos municípios de Florianópolis/SC, São José/SC e Palhoça/SC.

Ao nos debruçarmos sobre o material empírico coletado, buscamos inicialmente apreender da narrativa das assistentes sociais as percepções acerca das diferentes expressões da violência que chegam como demanda de trabalho desse profissional no contexto da política pública municipal de atendimento a situações de violência contra a criança e o adolescente. Nesta medida, destacamos inicialmente dos depoimentos das profissionais, aspectos que adquiriram relevância no que se refere à definição e caracterização do fenômeno da violência.

Cinco das oito profissionais assistentes sociais entrevistadas entendem as expressões da violência que chega como demanda de seu trabalho como *situação ou estado de violação de direitos* da criança e do adolescente e de suas famílias. Entre as falas que definem a violência como **violação de direitos**, destacam-se três derivações dessa associação: a) a violação de direitos é compreendida como materialização de expressões específicas de violências: física, psicológica, sexual e negligência contra a criança e o adolescente; b) encontramos o entendimento de que a violação de direitos é associada tanto à privação de acesso aos direitos “básicos” da criança e do adolescente como a incidência da violência física, sexual, psicológica e

negligência; c) e a terceira definição de violação de direitos é associada por alguns assistentes sociais a dificuldade de acesso das famílias, destinatária deste serviço, a seus direitos fundamentais.

Inicialmente, apresentamos as narrativas profissionais que associam a violação de direitos a manifestações do fenômeno da violência, como a violência física, sexual, psicológica e negligência. Tais considerações referem-se à violência materializada, sobretudo nas relações intrapessoais, sendo que ao se tratar de criança e de adolescente, o adulto aparece como principal agente de violação, como ilustram as narrativas das assistentes sociais Madalena, Cora e Anita.

Percebo a violência como uma violação dos direitos de alguém, ou ainda, o uso do poder da força contra alguém vulnerável à ação, como por exemplo, a violência do adulto contra a criança, do homem contra a mulher, entre outras. (Assistente Social Madalena)

A violência aparece contra as crianças que são vítimas de algum tipo de agressão. Na verdade, a agressão pode ser física, pode ser verbal. Quando o ser que está sendo agredido, violentado, ele tá em situação de submissão. A violência onde geralmente o adulto, uma pessoa mais forte, que acaba exercendo uma prática inadequada, em que pode machucar a vítima fisicamente ou psicologicamente. (Assistente Social Cora)

Na verdade para gente chega todos os tipos de violência, geralmente violência sexual. Mas chega violência sexual, física, psicológica, negligência. E o que eu entendo por esse tipo de violência!? Entendo como uma violação dos direitos da criança e do adolescente, e daí cada um tem as suas particularidades. Acho que é isso, uma violação de direitos, onde uma criança é vítima e tem aquele adulto que é um agressor [...]. (Assistente Social Anita)

Entendendo a violência como violação de direitos, a narrativa a seguir considera que a violação de direitos deve-se às dificuldades de acesso da população infanto-juvenil aos direitos fundamentais, assim como são construídas a partir das relações interpessoais, sendo

manifestada por meio da violência física, psicológica, negligência e violência sexual. Conforme expressa o depoimento da assistente social Luciana:

Na verdade a violência é uma violação do direito da criança ou adolescente que é o foco de nosso atendimento. Afeta todos os direitos básicos de uma criança [...]. A violência psicológica causa dano a criança, emocional, baixa auto-estima, sofrimentos psíquicos. A física já é mais visível suas conseqüências, geralmente aparecem danos no corpo, e que concomitantemente tem a violência psicológica, porque toda a criança que apanha vai sofrer também emocionalmente. E a sexual, aí é a parte da sexual da criança que é violada. Não necessariamente tem que ter o estupro, mas atos libidinosos. Então esse é um geralzão de tudo que viola os direitos da criança que vem pra nós atender (Assistente Social Luciana).

Através dos depoimentos aqui apresentados constatou-se que o significado atribuído às expressões da violência que se apresentam como demandas do assistente social no SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE são definidas pela maioria dos profissionais de Serviço Social como violação de direitos. Entretanto, ao buscar significado no termo “violação de direitos” junto ao conteúdo das narrativas analisadas, observou-se que para alguns profissionais, a violação de direitos é caracterizada principalmente por meio das relações de poder/dominação sobre a criança e adolescente, onde o adulto aparece como principal agente de violação, constituindo o que é denominado de cultura adultocêntrica¹⁴. Essas relações de poder e dominação se destacam, no campo de socialização primária – na família (embora ocorram também no âmbito institucional), e desafiam os assistentes sociais e a outras áreas do saber, para seu enfrentamento, no

¹⁴ Para o paradigma adultocêntrico a infância é relegada aos menos capazes, naturalizando-se historicamente em papéis sociais subalternos. Para Faleiros (1998, p.1) “A relação de agressão ao outro que lhe causa dano físico, psíquico, moral se inscreve numa rede de poderes/dominação onde um pólo de poder se aproveita ou se beneficia em detrimento do outro”.

sentido de buscar a garantia à convivência familiar livre de qualquer forma de violação dos direitos humanos.

Embora, reconheçamos que a violência assume relevância a partir de suas manifestações no campo das relações interpessoais, corroboramos com Faleiros (1998), que considera que a violência não deve ser entendida como ato isolado, psicologizado, mas deve ser pensada como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo. Dessa forma, o deciframento das expressões da violência que perpassam pelas relações interpessoais prescinde da contextualização dessas relações junto à dinâmica da sociedade, de modo que as respostas a expressões dessa questão social não sejam apreendidas apenas na dimensão das relações entre os indivíduos, embora seja neste campo que por vezes se materializa.

No percorrer do conteúdo das narrativas profissionais, encontramos declarações que consideram que a violação de direitos está associada a situações concretas de privação das famílias, usuárias do serviço, aos seus direitos fundamentais¹⁵, conforme expresso no relato da assistente social Antonieta.

[...] Eu não vejo só, as vítimas de uma modalidade. Para mim violência é desde quando falta a questão do Estado, da alimentação, quando existe forte preconceito. Quando eu atendo minhas famílias eu procuro ver quais os direitos que foram violados da família [...].
(Assistente Social Antonieta)

Neste relato, a profissional apresenta preocupação não apenas quanto à situação de violação de direitos do segmento infanto-juvenil, mas, sobretudo, do grupo familiar ao qual pertence a criança e o adolescente. Por este serviço estar circunscrito no âmbito da Política de Assistência Social, notadamente outras refrações da questão social se colocam como demanda do trabalho do assistente social, uma vez que uma parcela significativa dos destinatários do serviço vivenciam situações concretas de dificuldades ao acesso a condições materiais de existência. De acordo com o relatório estatístico do Sistema de

¹⁵ Os direitos e garantias fundamentais estão expressos entre os artigos 5º e 17º da Carta Constitucional de 1988.

Acompanhamento Qualiquantitativo¹⁶ referente ao Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, operacionalizado pela Secretaria de Estado de Assistência Social Trabalho e Habitação de Santa Catarina, no segundo semestre de 2008, dos 2.587 usuários referenciados nos quadros “*número de usuários segundo renda familiar*”, 49% apresentavam renda familiar de 1 a 3 salários mínimos, 36% apresentavam renda familiar de zero a 1 salário mínimo e 12% dos usuários referenciados tinha renda familiar superior a três salários mínimos.

Tais dados apontam que os usuários deste Serviço no estado de Santa Catarina representam preponderantemente a população com renda familiar de zero a 3 salários mínimos. Evidentemente não pretendemos explicar a incidência das diferentes expressões da violência a partir das explicações econômicas, sobretudo, porque a violência enquanto uma categoria complexa não nos permite explicá-la de forma linear. Entretanto, estamos procurando demarcar que as específicas manifestações de violência que aparecem como demanda do trabalho do assistente social neste Serviço específico devem ser consideradas a partir de uma apreensão histórico crítica da realidade.

Tal constatação nos permite apontar que o rol de violação de direitos, que se apresenta neste campo de atuação, não se limita ao plano das relações interpessoais, mas compõe um mosaico de condicionantes que constituem quadros de diluição de direitos de diferentes naturezas. De tal modo, uma concepção linear acerca da violência que afeta os destinatários deste serviço não dá conta de apreender a complexidade que envolve as questões que atravessam as demandas que se põem neste campo de atuação profissional.

A partir do estudo das narrativas profissionais, no que se refere à definição e caracterização das expressões da violência que chegam como demandas do trabalho do assistente social, observamos que entre as 8 (oito) assistentes sociais entrevistadas, 6 (seis) citam específicas expressões da violência como a violência física, psicológica, sexual, a negligência ou violência doméstica. O significativo do aparecimento das citadas manifestações da violência presentes nas falas dos assistentes

¹⁶ O Sistema de Acompanhamento Qualiquantitativo 2008 consiste em um instrumento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social e Departamento de Proteção Social Especial. Tal instrumento, em Santa Catarina, foi operacionalizado pela Secretaria de Estado de Assistência Social Trabalho e Habitação congrega a somatória dos dados dos municípios que operacionalizam o SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO nesta unidade da federação. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Relatório de Acompanhamento Qualiquantitativo, 2008)

sociais podem expressar, de certo modo, as demandas imediatas que se apresentam ao profissional e que também é foco da ação institucional.

As questões que chegam ao assistente social, por meio do campo institucional, só podem ser desvendadas a partir de conhecimentos técnicos, teóricos, através dos quais o assistente social sistematiza e operacionaliza e oferece respostas às necessidades sociais que lhe chegam como demanda profissional (GUERRA, 2009).

A partir da decodificação das demandas imediatas postas ao assistente social, podem ser reveladas diferentes expressões da questão social, que por meio da competência profissional são ressignificadas. Assim, um ato ou ação de violência, por exemplo, deve ser contextualizado em um processo mais amplo de produção e reprodução das relações sociais, assim como situados em dimensões particulares e singulares da realidade, de modo que as resposta profissionais não se sustentem apenas em fragmentos de realidade.

Portanto, do ponto de vista teórico-metodológico quando definimos a violência tendo referência apenas atos ou ações de violência, descolados dos nexos que a compõem, corremos o risco de limitarmos nossa percepção acerca desse complexo fenômeno social. Isso porque, se tomarmos a violência como sinônimo de suas expressões imediatas, teremos dificuldades de vislumbrar sua amplitude, seus meios de produção e reprodução, assim como traçar as estratégias para o seu enfrentamentos tenderão a serem limitadas.

Conforme abordado na primeira seção, as transformações estruturais do capitalismo contemporâneo redundam no aprofundamento da questão social, sendo que algumas de suas resultantes (da questão social), permeiam a vida de expressiva parcela da população brasileira e são defrontadas pelos assistentes sociais em seu exercício profissional (YAZBEK, 2009). Entre tais resultantes, diferentes expressões da violência se apresentam como demanda do trabalho do assistente social exigindo muitas vezes respostas imediatas e emergenciais. Como o referenciado na Seção 2, as respostas profissionais são construídas na imediatricidade das demandas, entretanto, deve superar a imediatricidade apreendendo a realidade para além do aparente, caso contrário a ação profissional pode se alicerçar sobre fatos isolados, estanques e absolutizados.

Diante disto, apontamos como fundamental a perspectiva do contexto sócio-histórico ao nos debruçarmos sobre temas tão complexo como a violência, uma vez que tal perspectiva nos auxilia a nos distanciarmos de abordagens que tomam os fenômenos sociais como

fatos isolados e independentes, destituídos de caráter histórico e social, conforme apontado ao longo deste estudo.

Ainda, no sentido de nos aproximarmos da percepção das assistentes sociais acerca das expressões da violência, destacamos das narrativas profissionais as unidades de referência que denotam, de certo modo, a abrangência em que situam a definição da violência.

Destacamos uma das falas que salienta a perspectiva sócio-histórica da violência, enquanto objeto de trabalho do assistente social. Em sua fala, Clarice situa a demanda de seu trabalho no campo de uma política pública específica, procurando apontar nos nexos entre formas de violência particulares e as diferentes relações implicadas no processo de violação. Veja:

Existem muitas formas de violência que chegam para gente. Se for focar na violência doméstica, que é a violência, vamos dizer assim, dos responsáveis contra criança e o adolescente, é a violência que chega para gente e é o foco da intervenção do Serviço Sentinela. Mas há diversas outras violências que vem junto. A violência do Estado, da sociedade, da sociedade capitalista contra as famílias, com o sistema de classes, a violência do Estado que é a falta de atendimento. E a violência de gênero, a violência urbana que a gente vivencia nesse trabalho. Mas se a gente pensar em violência doméstica, ela está permeada e ela é fruto, ela é resultado de todas essas violências. Ela se constitui no contexto histórico das vivências dessa família ao longo do tempo, na relação que ela constrói com a sociedade e com os diferentes sistemas que ela está relacionada e que interferem diretamente... Normalmente essa violência doméstica ela é uma violência histórica, porque ela vem sendo vivenciada na família por gerações e ela não está restrita a violência física, ou a sexual ou a negligência ou a violência psicológica em si, mas acho que ela se amplia nessas relações [...]. (Assistente Social Clarice)

O depoimento de Clarice é ilustrativo ao revelar o movimento necessário para se pensar a questão da violência, ou seja, a partir dos nexos deste fenômeno social com as condições de produção e reprodução das relações sociais. Com isso, podemos enfatizar que o

atrelamento entre expressões particulares da violência e sua relação com determinações presentes no contexto sócio-histórico torna-se salutar no sentido de superar visões que autonomizam de certas manifestações desse fenômeno de seu sentido histórico social.

Mioto (2003), ao discutir a violência no contexto doméstico, faz crítica a corrente teórica que ancorada no eixo normatividade/estabilidade. Esta linha teórica, com fundamentos no pensamento de Durkheim, se baseia na idéia de que a sociedade é um todo integrado e o consenso ideológico-moral é um pressuposto de existência social do homem. A partir dessa lógica, a violência é entendida como expressão de comportamentos individuais não correspondentes às normas vigentes na sociedade. Assim, a manifestação da violência é decorrente de defeitos no processo de integração social ou de uma ausência de controle dos indivíduos.

A supracitada autora (2003), embora não desconsidere os componentes culturais e psicológicos que envolvem a incidência da violência no contexto doméstico, se apóia na corrente teórica de conflito/ transformação que está circunscrito no processo de resultado de luta e de manutenção do poder, luta esta que envolve a imposição de concepções sobre o bem e o mal, normal e patológico.

Dessa forma a violência é pensada como um processo radicado nas contradições dos sistemas sociais, e é entendida não mais relacionadas aos comportamentos não funcionais em relação às normas, mas como disfuncionais em relação ao funcionamento do sistema social (MIOTO, 2003, p. 100).

Noutras falas algumas assistentes sociais apontam também a conexão de fenômenos particulares da violência a questões macrossociais, como descrito a seguir:

Para mim violência é ao nível macro. Eu não vejo só, por exemplo, as vítimas de uma modalidade. Para mim violência é desde quando falta a questão do Estado, da alimentação, quando existe forte preconceito [...] Porque a violência para mim não é só um tipo de modalidade, existe a violência psicológica, física, sexual, mas para mim violência é um pouco maior [...]. (Assistente Social Antonieta)

Eu acho que violência é muito mais amplo que o que a gente atende aqui. Eu acho que a violência é a questão da educação, que no país não é uma coisa que funcione muito bem; a questão da saúde, que a saúde nossa tá doente. Além disso, as violências em si mesmo... que é a violência física, além da falta de respeito...que faz parte da violência psicológica, eu acho. Além dessas que a gente sabe que é a sexual, física, psicológica. (Assistente Social Cecília)

Os depoimentos de Antonieta e Cecília apontam que o enfrentamento da violência perpassa o acesso a políticas sociais como forma de assegurar direitos. O que revela que as políticas sociais podem ter papel estratégico no rompimento da violência. Tais discursos denotam a relevância dos direitos sociais, levando-nos a supor que quando estes direitos são ameaçados ou violados abre-se um espaço fecundo para a incidência de diferentes manifestações da violência.

Como já mencionado anteriormente a violência que se apresenta, como demanda da intervenção profissional, também assume um caráter contraditório por se tratar de expressões da questão social. E, portanto, a ação profissional não pode abster-se de uma postura investigativa, que como salienta Battini (2009), é inerente à intervenção profissional do assistente social, tornando-se condição para a ultrapassagem do aparente, evidenciando a essência dos fenômenos nos seus nexos e conexões necessários para a construção de respostas profissionais qualificadas.

Desse modo, a partir da aproximação dos relatos dos assistentes sociais atuantes no SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE foi possível apontar que a definição da categoria violência é associada a situações de violação de direitos. Entretanto, o termo violação de direitos aparece nos discursos profissionais de diferentes formas, havendo concepções que vão das mais amplas, às mais restritas.

O que queremos destacar, é que o significado atribuído às diferentes expressões violência que se apresentam ao profissional, em seu campo de atuação, vai influir sobre a forma de seu enfrentamento ao orientar a construção de estratégias técnicas, éticas e políticas, ou seja,

vai dar sentido e direção às respostas profissionais dos assistentes sociais em um campo de oferece tanto limites, como possibilidades.

3.2. Segundo Eixo Analítico: a particularidade da prática profissional do assistente social na política pública de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente

Na perspectiva de situar a particularidade da prática profissional do assistente social do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, levantamos quatro categorias de análises que sistematizam este segundo eixo: a) os objetivos profissionais do assistente social no contexto da política pública de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente; b) os instrumentos técnicos-operativos do assistente social na particularidade do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE; c) os resultados do trabalho do assistente social neste campo sócio-ocupacional; d) a particularidade da intervenção profissional neste campo de atuação.

Os objetivos profissionais do assistente sociais no contexto da política pública de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente

Optamos por discutir os objetivos profissionais, enquanto elemento constituinte do processo de trabalho do assistente social, pois, podem nos revelar a direção do exercício profissional na particularidade desta política social. Para tanto, torna-se inicialmente necessário recuperar que o projeto ético-político profissional que tem como pilares o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei que Regulamenta a Profissão (Lei 8662/93) e as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, instrumentos estes que demarcam a vinculação da profissão com os interesses da classe trabalhadora, na afirmação de seus direitos humanos e sociais.

Pensar em objetivos profissionais, no contexto de um serviço de enfrentamento da violência, exige dos assistentes sociais a reafirmação e reconhecimento da liberdade como valor ético central, a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, o compromisso com a ampliação e consolidação da

cidadania, a defesa da democracia, o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados. Esses e os demais princípios éticos referenciados no Código de Ética Profissional são guias de direção de nosso exercício profissional. Para além dos instrumentos legais que compõe o projeto ético-político da profissão, há, ainda, um arsenal teórico que reafirmam as posições assumidas pela categoria em defesa dos direitos sociais (COUTO, 2009).

Entretanto, a materialização dos princípios éticos através da ação profissional é mediada por dadas condições, tanto inscritas no campo macrossocial, como no campo microssocial, como já assinalado. Para Iamamoto (2002), discutir o projeto profissional, supõe articular de um lado as condições macrossociais e de outro lado as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos profissionais. Sendo em cenários contraditórios que os limites e as possibilidades são apreendidas, analisadas e projetadas pelos assistentes sociais.

No deslinde deste estudo, procuramos captar através da narrativa dos assistentes sociais o delineamento dos objetivos profissionais diante de diversas expressões de violência que se apresentam como demanda do trabalho do assistente social.

O depoimento da assistente social Madalena assinala o caráter político dos objetivos profissionais alinhado com o dos interesses dos usuários.

Eu acho que é essencial para profissão da gente sempre se posicionar ao lado do usuário. Ao lado da clientela, porque nessa história toda de sociedade civil e Estado, você faz um opção ao lado de quem que você está... Porque, eu acho que os objetivos do Serviço Social estão muito voltados... O objetivo do Serviço Social do assistente social, particularmente o meu objetivo, é sempre essa questão de estar voltada para os direitos da pessoa, me posicionando ao lado do usuário [...]. (Assistente Social Madalena)

Os pilares do projeto ético político profissional denotam com clareza o posicionamento político da categoria na direção dos interesses da classe trabalhadora. No espaço contraditório da política social de enfrentamento da violência, também evidencia-se a preocupação do

assistente social quanto ao seu posicionamento ético-político, vinculado aos interesses e necessidades dos usuários.

A narrativa da assistente social Antonieta demonstra que os objetivos profissionais se inscrevem na perspectiva da consolidação da cidadania e garantia dos direitos sociais, entretanto, aponta também elementos que desafiam a materialização dos objetivos profissionais.

[...] Meus objetivos estão na ótica da cidadania, da garantia de direitos. É fazer com que eles (usuários) se sintam co-participantes da sua própria ação. Para mim esse é o meu maior objetivo, além de romper com o ciclo da violência. Óbvio que a gente não consegue romper com o ciclo da violência. No máximo que eu vejo, pelo andar da nossa carruagem, a gente consegue minimizar. Dentro das famílias que a gente trabalha aqui, das famílias que vêm e que seguem as orientações, a gente consegue fazer com que aquela pessoa enxergue que aquilo tá errado e que ela não precisa passar por aquilo. Mas, eu acho que o objetivo maior é criar novas possibilidades, até de uma sociedade mais justa. (Assistente Social Antonieta)

Segundo esta narrativa os objetivos profissionais do assistente social, junto a este Serviço, estão inscritos na direção dos interesses dos usuários e no reconhecimento destes enquanto sujeito de direitos.

Entretanto, dilemas são colocados neste campo de atuação. Ao usar a expressão “*mas a gente fica muito no apagar incêndio*” (*sic*), o discurso denuncia a preocupação com a qualidade da prática profissional, revelando obstáculos no enfrentamento da violência, e, portanto, na materialização de direitos sociais. O aprisionamento da prática profissional a ações de caráter meramente emergencial no interior dessa política social corrobora com a tendência de políticas sociais, fragmentadas e pontuais.

Similarmente, a narrativa apresentada pela assistente social sinaliza que o rompimento das situações de violência inscreve-se como objetivo profissional, contudo afirma que no contexto em que está inserido o seu trabalho, apenas consegue “*minimizar*”. Tais afirmações nos levam a supor que o trabalho profissional neste contexto é afetado tanto pelas condições institucionais, assim como pela própria

configuração das políticas sociais no momento presente, tendendo a assumir um caráter emergencial e de minimização das respostas aos problemas sociais.

Diante de tais afirmações, consideramos que embora as condições institucionais e outros vetores afetem o exercício profissional, se faz necessário a construção de estratégias profissionais que visem enfrentar problemáticas como estas. Certamente que situações emergenciais surgem ao profissional, sobretudo, quando se trata de situações de violência que envolvem sofrimento, e em dadas circunstâncias, envolve risco pessoal. Entretanto, as ações profissionais não podem esgotar-se em encaminhamentos, orientações ou procedimentos institucionais pré-estabelecidos com fins em si mesmos, eles devem ganhar sentido no conjunto de todo o processo de trabalho profissional, de forma que não corrobore com práticas burocratizadas, imediatistas e fragmentadas.

Nesta perspectiva, indaga-se: como podem ser sistematizados dados e informações da realidade vivenciada pelos usuários dessa política social, de forma que subsidiem a construção de estratégias profissionais que busquem ultrapassar a ações emergências de enfrentamento da violência? Como articular as demandas individuais de forma a torná-las coletivas dando corpo e movimento a expressões da realidade que de forma direta e indireta potencializam e/ ou geram a violência? Como romper com ações do tipo “*apagar incêndio*”? Como ultrapassar a lógica da minimização da violência e buscar patamares mais elevados no acesso aos direitos humanos e sociais? Que direção deve seguir o exercício profissional? Que propostas são articuladas pelos trabalhadores assistentes sociais, em conjunto com as demais categorias, no sentido de romper com a lógica da minimização? Será que o rompimento com esta racionalidade depende unilateralmente da instituição?

Enfrentar essas questões parece-nos ser salutar a uma profissão que ocupa espaço importante da política social que, embora contraditória, pode assumir caráter estratégico na defesa dos direitos humanos e sociais, e, portanto, capaz de enfrentar a violência.

Superar ações profissionais que se limitam a usuários/atendimento, fortalecendo iniciativas de coletivização das demandas apresentadas pelos destinatários deste Serviço, pode contribuir como uma contra-tendência à fragmentação que invade vários setores das políticas sociais.

Certamente os atendimentos e encaminhamentos individuais são importantes, seja para captar a realidade vivenciada pelos sujeitos,

garantir um espaço de escuta e de promoção de reflexão ou viabilizar acessos a outros serviços, considerando a singularidade das necessidades demandadas por cada usuário. Todavia, a coletivização de certas demandas possibilita abrir espaços para potencializar e buscar o reconhecimento do sujeito a partir do outro.

Ademais, o SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA, assim como outros serviços inscritos no campo das políticas sociais, constituem um celeiro empírico riquíssimo, ao oferecer dados e informações valiosas da realidade. Um trato rigoroso de tais dados e informações tem a capacidade de fundamentar ações e estratégias de lutas contra práticas de violência que afetam os destinatários desse Serviço.

O discurso da profissional, a seguir, demonstra preocupação quanto às demandas institucionais não atendidas. A assistente social Luciana ainda pontua que seus objetivos profissionais estão inscritos no atendimento às famílias, a partir da viabilização de recursos às mesmas, visando à superação das situações da violência. Reconhece os limites, tanto institucionais como profissionais, mas parece pouco claro a relação entre as demandas institucionais e as demandas profissionais.

Gostaria de atender todas as demandas, todas as denúncias que a gente sabe que chegou no Conselho (Tutelar) e que nem chega até nós. Ou porque ficou parado na fila de espera, ou porque não são levadas a sério pelos órgãos competentes, ou porque não são levadas a frente pelos órgãos que tem acesso. Então o meu objetivo profissional é conseguir atender e, quanto atender, conseguir dar os recursos pra essas famílias sair daquela situação de violência. Porque a gente sabe que os limites institucionais, e que tem os limites profissionais também... que não nos faz conseguir isso. Então o meu objetivo profissional era conseguir atender completamente as denúncias, essa demanda. A criança chega violentada conseguir modificar a realidade familiar, conseguir mudar a situação vivida dessa criança para que ela não sofra mais aquela violência. (Assistente Social Luciana)

Já a assistente social Cora considera que o objetivo profissional é definido a partir das demandas colocadas pelos usuários. Desse modo, considera que o objetivo profissional é levar ao rompimento da situação de violência a partir do acesso a rede de serviços e das mudanças nas relações familiares por meio da promoção de espaço de reflexão.

O objetivo profissional é atender a demanda colocada pelo usuário. Então procurar entender qual é a demanda daquela família, que necessidades, por exemplo, de melhorar as relações familiares, de fazer com que a família acesse a rede de serviços. Para que possa sair de uma situação de violência. O objetivo profissional é poder promover esse espaço, e refletir junto com a família possibilidades de mudança. (Assistente Social Cora)

Ao abordar objetivos profissionais, o conteúdo das narrativas levanta aspectos relevantes acerca das demandas que chegam ao profissional, de modo que seja necessário fazer uma breve abordagem sobre a questão.

De acordo com Guerra (2009), a própria sociedade na qual o assistente social intervém, e a dinâmica, interesses, objetivos, metas e finalidades das instituições onde se realiza o trabalho profissional, determinam os limites da intervenção do assistente social. A profissão recebe requisições da população que reclamam por atendimento de suas necessidades, o que faz as instituições incorporarem, em alguma medida, as necessidades da população, transformando-as em demandas institucionais a serem atendidas por assistentes sociais e outros profissionais. Assim, as demandas que chegam ao profissional são mediadas pela instituição, uma vez que sua missão, suas metas, seus objetivos e interesses formatam as demandas institucionais que são colocadas como demandas à profissão.

Como trabalhador especializado, o assistente social deve apresentar propostas profissionais que vislumbrem soluções para além da requisição da instituição, cujas demandas são apresentadas na versão burocratizada e do senso comum, destituídas da tradução ético-política ou da interpretação teórico-metodológica. Portanto, cabe ao assistente social responsabilidade de imprimir

na sua ação os saberes acumulados pela profissão, ao longo do processo de elaboração das demandas a ele encaminhadas (PAIVA, 2000, p. 81).

É a partir do conteúdo teórico-crítico do profissional que essa demanda é redimensionada e ganha novo sentido. Para Yolanda Guerra (2009), mesmo a demanda imediata apresentada pelo usuário nem sempre é a demanda real, pois, na maioria das vezes é o veículo que conduz o assistente social à busca da demanda real, da essência, assim, a demanda imediata manifesta e esconde a demanda real.

Na primeira seção fizemos referência do homem quanto ser social, tendo em vista sua vinculação com determinada sociedade. O que nos permite supor que nenhuma situação pode ser considerada apenas em sua singularidade, pois, senão corre-se o risco de se perder de vista a dimensão social da vida humana. De tal modo, qualquer situação que chega ao Serviço Social deve ser analisada a partir de duas dimensões: a da singularidade e a da universalidade. Portanto, é necessário que o assistente social tenha um conhecimento teórico profundo sobre as relações sociais fundamentais de uma determinada sociedade (universalidade), e como elas se organizam naquele determinado momento histórico, para que possa superar o senso comum do cotidiano que muitas vezes mascaram as reais causas e determinações dos fenômenos sociais. É na relação entre a universalidade e a singularidade que se torna possível apreender as particularidades de uma determinada situação (Souza, 2008).

Buscar o que está por trás da aparência exige uma postura crítica, questionadora, que não se contente com o aparente. É a partir do desvendamento da realidade que se pode construir e reconstruir objetivos, metodologias e utilizar de forma potencializadora os instrumentos e técnicas de intervenção social.

Esta referência nos auxilia a situar que as demandas colocadas à instituição quando chegam ao profissional precisam ser reconfiguradas. Quando a profissional fala que “*meu objetivo é atender toda a demanda*” convém perguntar: Que demanda? A demanda colocada pela instituição, ou a demanda identificada a partir de seu processo de trabalho?

Para Couto (2009), há a necessidade de se ter clareza do projeto de trabalho profissional. Ao ser contratado há o profissional precisa fazer o reconhecimento daquilo que lhe compete, rompendo-se com a idéia que o assistente social reproduz o projeto institucional. Evidentemente, o projeto institucional compõe o rol de conhecimento a

ser levando em conta pelo assistente social, mas é preciso assumir no espaço de atuação aquilo que a profissão tem a oferecer para o atendimento das demandas de responsabilidade da instituição.

No que tange à “fila de espera” de que trata a profissional Luciana, entendemos que essa é de responsabilidade institucional, responsabilidade do Estado, conforme expresso no artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁷. Entretanto, a apreensão e sistematização de dados e informações acerca dessa demanda “não atendida” pela instituição, pode se tornar instrumento de caráter ético-político estratégico e fundamental na luta pela garantia de acesso dos usuários a este serviço público.

Dessa forma, as demandas que se apresentam de imediato ao profissional, como, por exemplo, uma situação específica de violência, exige que o assistente social responda a requisições emergenciais com a realização de procedimentos necessários à proteção do usuário em situação de risco. Entretanto, faz-se necessário que o profissional compreenda o sentido e o significado destas demandas em dado contexto sócio-histórico, identificando-as, apropriando-se delas e reconfigurando-a através de uma leitura teórico-crítica, para assim construir respostas qualificadas diante das exigências de seu trabalho.

A declaração da assistente social Clarice demarca que o objetivo profissional visa à proteção da criança a partir de sua condição de sujeito de direito, a partir do acesso das famílias aos direitos humanos e sociais. A profissional aponta preocupação quanto a concepções restritas acerca da violência contra a criança e o adolescente, considerando ser fundamental considerar as necessidades sociais dos grupos familiares onde estas crianças e adolescentes estão inseridos.

Passa pelos meus objetivos profissionais neste trabalho a garantia da proteção da criança. Nesse momento, enquanto trabalhando nessa área de proteção à infância e adolescência, buscar, oportunizar da melhor forma possível que essas crianças tenham condições de se desenvolver num ambiente saudável, num ambiente com boas condições. Só que esse trabalho, na minha opinião, é um objetivo meu. Trabalhar com a

¹⁷ Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza em seu artigo 3º: “È dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária.

família para que essa família possa oportunizar essas garantias. Que ela consiga também ser sujeito, não só criança ser sujeito de direitos, mas que a família também consiga. Que esse pai, que essa mãe, que ele consigam se vislumbrar enquanto um ser com capacidades, com possibilidades, para se inserir nessa sociedade e acessar direitos, ser sujeitos mesmo. Então nesse trabalho o que eu busco é ampliar para contexto da família o trabalho que a gente desenvolve. Não focar numa situação, não focar numa situação de violência. Mas ver quais são as necessidades que vêm dessa família e que a gente pode intervir, não restrito ao foco da violência. (Assistente Social Clarice)

Nesta narrativa fica expressa de certa forma um movimento de releitura da demanda que é colocada institucionalmente ao profissional. Isso porque há um esforço do profissional de fazer uma leitura mais ampliada da realidade e das condições sócio-históricas onde as situações de violação de direitos se materializam. Violação de direitos estas que parecem não se restringir à ação ou ato de violência contra a criança e o adolescente - embora estas não devam ser desconsideradas. Entretanto, a profissional considera que neste campo de atuação outras violações estão também circunscritas nas condições objetivas de vida dos usuários do Serviço.

Desse modo, consideramos que as demandas colocadas ao profissional via instituição precisam ser ressignificadas, para que assim possam ser construídos os objetivos profissionais que corroboram para o enfrentamento da violência.

Yolanda Guerra (2000) ao falar sobre a instrumentalidade do Serviço Social, pontua que tal conceito está relacionado à determinada capacidade, qualidade ou propriedade da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico. Tal instrumentalidade possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. E por meio da instrumentalidade os assistentes sociais modificam transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais no nível do cotidiano. Sendo que ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam sua intervenção, modificam, os meios e os

instrumentos existentes, convertendo-os em condições, meios e instrumentos para o alcance de seus objetivos profissionais.

Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adéquam as condições existentes para a objetivação das suas intencionalidades, suas ações passam a ser portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condições necessárias de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser de todo o trabalho (GERRA, 2000, p. 53).

Trazemos esta referência no sentido de situar que o assistente social no espaço sócio-ocupacional é requisitado a responder a demandas imediatas; contudo, estas demandas representam expressões de uma totalidade e exigem mais que ações imediatas. Implicam em escolhas que requerem um olhar crítico e a vontade dos sujeitos. As ações profissionais precisam estar conectadas com os projetos profissionais (GERRA, 2000).

Portanto, pensar a atuação profissional nesta e noutras políticas sociais e no enfrentamento da violência implica em renunciar ações que tenham fim em si mesmas, implica em fazer escolhas, sistematizar dados, realizar análises críticas e não se limitar ações que respondam apenas às requisições institucionais. Sabemos que como trabalhador assalariado, o assistente social atua no campo das políticas sociais passando a desempenhar papéis que lhes são colocados e com isso, a intencionalidade do profissional passa a ser mediada pela lógica da institucionalização, pela dinâmica da instauração do Serviço Social e pela estrutura em que a profissão se insere. Nesse sentido é que Guerra (2000) sublinha a importância da instrumentalidade do Serviço Social, como possibilidade de resgatar a natureza e a configuração da política social, enquanto espaço de atuação que atribui forma, conteúdo e dinâmica ao exercício profissional.

Ao nos debruçarmos ainda sobre os objetivos profissionais, dialogamos com os assistentes sociais acerca da relação entre objetivos profissionais e os objetivos institucionais, conforme apresentado a seguir.

A assistente social Antonieta reconhece que tais objetivos não caminham na mesma direção. Pontua que as políticas sociais apresentam um caráter paliativo, diferente dos objetivos profissionais. Entretanto, reconhece que por vezes o que direciona o trabalho são os objetivos

institucionais, embora destaque a autonomia como campo importante do agir profissional.

Eu acho que não caminhamos talvez na mesma direção. Eu penso que do jeito que tá posto este serviço, ele não atinge um fim. Eu acho que eu quero uma coisa, a instituição diz que quer, mas não é bem isso. É como ontem nos estávamos falando na aula¹⁸ a política pública vem como uma forma de controle, e o Serviço Social não é pra isso... O Serviço Social nasceu de outra base... a base da justiça da equidade, da cidadania e da luta pelos direitos. As políticas que estão postas elas são paliativas e só esse fato de ser paliativa, não pegar o globo, é que não faz com que a gente tenha o mesmo objetivo. Óbvio, eu to mudando muito, minha cabeça ta mudando muito...em relação ao agir profissional, porque quando a gente se afasta a gente vai no mecanicismo, e aí você vai fazendo o objetivo que é da instituição, e não é da gente enquanto profissional. Mas nós temos a autonomia, para dentro da sala do atendimento fazer o que o real objetivo do Serviço Social. Não penso que hoje do jeito que as políticas públicas estão postas é para formar cidadãos e realmente uma sociedade mais justa. (Assistente Social Antonieta)

A assistente social Cecília reconhece que a instituição determina de certa forma as condições para o exercício profissional, através de normas e regras, contudo aponta que determinadas questões institucionais são causadoras de angústia ao profissional.

[...]eu tento da melhor forma possível conciliar os dois. Porque não adianta, tu tens que seguir normas, regras e eu não sou uma pessoa muito difícil de ta seguindo normas e regras, sabe? Lógico que as vezes eu fico um pouco revoltada, angustiada com as questões que aparecem

¹⁸ Neste trecho a profissional faz referência ao Curso de Supervisores de Estágio promovido pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina no primeiro semestre de 2010.

institucionais, mas acho que eu consigo lidar bem. (Assistente Social Cecília)

Ao fazer menção à interface entre os objetivos profissionais e institucionais, convém situar que a inserção dos assistentes sociais nas instituições interfere nas formas e resultados desse trabalho especializado. Embora o assistente social disponha de certa autonomia, as instituições detêm o poder de normatizar as atribuições e competências requeridas pelos funcionários, além de definir as relações de trabalho e as condições de sua realização. Proporcionam também recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos para a realização do trabalho. Assim sendo, oferecem condições para o processamento das ações profissionais, e também condicionam a possibilidade de realização do trabalho projetado (IAMAMOTO, 2002).

No campo de atuação profissional os interesses dos usuários entram no embate com os interesses institucionais, sendo que neste terreno de tensões e contradições que se insere a atuação do assistente social. Portanto, as condições e relações de trabalho onde se inscreve o assistente social são atravessadas por um conjunto de mediações que interferem na ação e nos resultados projetados (IAMAMOTO, 2002).

Neste sentido, as narrativas dos profissionais anteriormente apresentadas expressam de certa forma a tensão e a contradição entre os objetivos profissionais e institucionais. Sublinhamos que a própria configuração das políticas sociais limita e ao mesmo tempo potencializa a ação do assistente social. Quanto mais tais políticas assumem um caráter fragmentado e pontual, mais condicionam as intervenções profissionais a ações pontuais, focalistas, imediatistas, burocráticas, repetitivas, pragmáticas e instrumentais, exigindo do assistente social ações que respondem apenas a demandas imediatas. Entretanto, a localização do assistente social na estrutura das políticas sociais e a construção de sua funcionalidade no espaço das mediações entre as classes sociais e o Estado dão à intervenção um caráter político. E esse caráter político que assume a ação profissional pode-se redimensionar o alcance e estabelecer os limites da sua intervenção, assim como, definir estatuto de seus objetivos, objetos e técnicas (GERRA, 2009).

Como citamos na Seção II deste estudo, a condição de assalariamento com a qual vincula-se as instituições contratantes de sua força de trabalho também interfere no nível de autonomia profissional. Na particularidade da pesquisa aqui apresentada, de acordo que o levantamento de dados acerca do universo da pesquisa, registra-se que

entre os 31 profissionais, assistentes sociais, inseridos neste campo de atuação, 41,9%, pertencem ao quadro de servidores municipais, com vínculo de trabalho estatutário¹⁹, 25,8% dos assistentes sociais que atuam neste serviço são celetistas²⁰ e 32,2 % tem seu vínculo de trabalho estabelecido por meio de contrato temporário.

Deste modo, tais dados revelam que menos da metade dos assistentes sociais vinculados a este serviço público tiveram sua vinculação empregatícia por meio de concurso público. Esse quadro acompanha a tendência nacional que, de acordo com dados acerca dos municípios brasileiros realizados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009²¹ (MUNIC) do Suplemento da Assistência Social, constatou que 44,6% dos trabalhadores do SUAS que atuam em nível municipal não possuem vínculo permanente junto a Política de Assistência Social. Esta condição pode denotar certa fragilidade tanto ao próprio serviço público, tendo em vista uma série de condicionantes que afetam a qualidade dos serviços prestados, (como por exemplo, a rotatividade de profissionais), como revela desdobramentos nas próprias condições de realização do trabalho profissional (jornada de trabalho, salários, e demais direitos e benefícios). Como revela a fala da assistente social a seguir.

Isso, porque infelizmente a gente trabalha com uma demanda que é muito difícil, e nós que não somos ainda efetivas, tem essa dificuldade. Então eu to aqui hoje, amanhã eu não sei, em setembro não sei que se o meu contrato vai ser renovado, e eu vou ter que a partir do mês de agosto ir atrás de outras coisas pra mim. Acho que isso também, como é que eu vou me concentrar tanto naquele trabalho sabendo que amanhã ou depois você não tá lá. Até pra você se organizar com teu plano de

¹⁹ Funcionário estatutário entendemos por servidores públicos contratados sobre Regime Jurídico Único, que rege a contratação de servidores públicos.

²⁰ Celetistas são funcionários contratados pelas prefeituras sob o Regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

²¹ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) consiste em uma pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal e se insere entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos destinado à escala municipal. A oitava edição do MUNIC tem como 2009 o ano de referência da pesquisa, obtendo informações de 5.565 municípios brasileiros. Esta edição é acompanhada do Suplemento Assistência Social que levantou junto aos municípios informações sobre a gestão municipal de Assistência Social (IBEGE, 2009). Dados apresentados pela MUNIC 2009 sobre municípios brasileiros revelam entre os anos de 2005 e 2009, o número de trabalhadores nos SUAS tiveram acréscimo de 30,7%.

intervenção. Eu acho que isso dificulta, quando tu não és efetivo, não tem aquela certeza. Eu acredito que se fosse a maioria dos profissionais efetivos, ficaria mais tranqüilo; até para fazer um plano de intervenção. Sem contar para as famílias... (Assistente social Anita)

A profissional com cargo de coordenação considera haver dificuldades na relação entre objetivos profissionais e institucionais, reconhecendo que o assistente social quando no espaço de coordenação de uma política social desempenha a função de mediação.

Entendo que um objetivo está totalmente vinculado ao outro. A dificuldade está na condução dos objetivos profissionais quando estes não vão de acordo com os objetivos institucionais. Enquanto assistente social de campo e hoje na qualidade de coordenadora dos serviços, sempre busquei conciliar estes fatores (por vezes antagônicos). Penso que o Estado e as políticas públicas são conduzidas por nós, técnicos, e nossa tarefa (mesmo com a alternância de gestores) é qualificar e humanizar as ações, desta maneira nos posicionamos sempre ao lado do usuário da Assistência Social e com profissionalismo enfrentaremos os obstáculos institucionais que sempre apareceram atuando nos órgãos públicos ou privados. A gente tem sempre que achar um meio, as vezes pode ser bem difícil, porque tu trabalhar uma política pública é bem difícil, porque os gestores, os administradores eles tem um foco, um foco na política. É o que eu faço aqui, essa relação bem contraditória eu de alguma maneira sirvo a política, tendo um cargo da política, mas eu nunca perco de vista os meus objetivos pessoais e profissionais dentro da política. Então, o que eu faço muito aqui... mediação... Eu faço muita mediação... Entre o patamar dos gestores, os técnicos, o usuário, a questão do controle social. Enfim, eu vivo o meu cargo hoje muita a questão da mediação. Vejo o assistente social como mediador. (Assistente Social Madalena)

Como já assinalado na Seção II, o assistente social enquanto profissional que atua por intermédio das políticas sociais, apresenta-se como mediador da relação entre Estado, instituição e classe trabalhadora. Assim, o espaço que se insere esta especialização do trabalho, no campo da política social, constitui-se em um espaço contraditório onde ao mesmo tempo em que se procura o controle dos sujeitos também ocorre a luta por direitos. Desse modo, o assistente social desenvolve sua prática por meio da vinculação com a instituição contratante, assim como tem vinculação com a população. É neste contexto de contradições e tensões que fica evidente a necessidade de clareza do profissional no que se refere aos objetivos profissionais e a seu projeto-ético político.

E ao ocupar espaços de cargos de coordenação, aos quais se refere a narrativa da assistente social anterior, o profissional participa da esfera da formulação e gestão de políticas, o que exige competência para propor e negociar com a instituição ocupando assim espaços estratégicos no campo da política social.

Ao referir-se à relação entre objetivos profissionais e institucionais, a assistente social Cora considera que a condução dos objetivos institucionais, depende dos gestores. Todavia, reconhece que as limitações institucionais podem interferir no alcance dos objetivos profissionais.

Acredito que objetivo institucional é mais, não sei se pode se dizer que é mais amplo. O objetivo institucional ele para prestar o atendimento para aquela família. Agora depende dos gestores, de como está sendo conduzido esse trabalho dentro da Secretaria, enfim, dentro da instituição que você tá trabalhando. Cabe ao profissional ver o ideal. O ideal é que a gestão, que os técnicos tenham sempre um relacionamento aberto, que haja uma troca. Mas eu entendo que na instituição que eu to trabalhando, o objetivo realmente é atender a demanda da população. A proposta é estar realizando um trabalho efetivo, de comprometimento, de comprometimento ético. Igualmente os técnicos, do profissional. Eu vejo assim, só que a instituição às vezes tem algumas

limitações, de questão orçamentária, de limite de técnicos, espaço físico. Às vezes não dá pra atingir aquele objetivo que você quer, por total. Às vezes, proporcionar oportunidades para aquele usuário, além do atendimento em si, depende de orçamento.
(Assistente Social Cora)

Diante deste discurso profissional não parece ser muito clara a diferença entre os objetivos institucionais e profissionais; entretanto, essa clareza é fundamental, uma vez que por vezes o enfrentamento da violência que afetam os usuários do serviço requer ações profissionais que questionem certas atividades burocráticas e rotineiras que presidem as instituições, e requer do profissional ir além das rotinas institucionais de forma a viabilizar espaços de acesso a direitos da população usuária.

A narrativa da profissional que segue é ilustrativa ao demarcar as divergências entre objetivos institucionais e profissionais. Aponta que institucionalmente o Serviço tem como foco violência, contudo, não oferece suporte às famílias de superação, sendo que o profissional individualmente que acaba buscando outra direção.

Eu penso que os objetivos profissionais são complicados, porque aqui no Sentinela acho que tem um objetivo institucional seria focar na violência doméstica, no atendimento à violência, às suas causas e consequências para a criança que sofreu a violência. Não vejo, institucionalmente, uma visão ampliada de intervenção, o objetivo é que se atenda ao foco da violência, as consequências e atendendo isso, está resolvido. Além disso, eu acho que ampliando do Sentinela para Prefeitura, os objetivos são fornecer o atendimento, cumprir com a tabela de atendimentos. Existe um demanda para atender... porque é o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o Juizado a Infância ele exige que se atenda. Então se atende aquilo ali, da maneira que é possível, entendendo que é uma medida de proteção e portanto, as famílias tem que cumprir. Não é a Prefeitura que tem que possibilitar suporte, possibilitar apoio pra que as famílias repense as suas condições de vida e possa cumprir um caminho diferente, tanto nos

cuidados com as crianças, quanto também na relação com a sociedade, no sentido de possibilitar o acesso as suas necessidades, ao direitos que ela tem. Então institucionalmente, é cumprir com o atendimento minimamente, porque é uma medida, e a família tem que dar conta de resolver o seu problema, ela foi culpada por ter agredido o seu filho, e ela tem que responder ao atendimento. [...] não vem pra nós, pelo menos em nível de recursos, condições para atender essa família de outra forma. É o técnico que vai fazer diferente de acordo com os seus objetivos.
(Assistente Social Cecília)

Tal fala mostra a divergência entre os objetivos profissionais e institucionais, quanto ao enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente no contexto de um serviço específico. A declaração de Cecília nos permite considerar que a instituição tem um propósito de prestar o atendimento específico e pontual, mas é a partir da decodificação das demandas colocadas ao assistente social que vão se descortinar outras demandas, sendo que é a partir delas que o profissional vai projetar os resultados de seu trabalho.

Desse modo, considerando-se os desafios colocados aos assistentes sociais neste e noutros espaços sócio-ocupacionais não podemos renunciar a uma análise crítica da realidade a partir de um referencial teórico consistente que possibilite dar sustentação à ação profissional.

Precisamos apreender e sistematizar as ricas informações e dados, implícitas e explícitas neste espaço sócio-ocupacional, na construção e fortalecimento de estratégias que respondam aos interesses dos usuários desta política social. Por vezes um posicionamento nesta direção pode significar o questionamento de critérios e normas institucionais de forma que possam ser alargadas as possibilidades de acesso aos direitos por parte dos usuários. O que exige clareza das demandas profissionais e das condições concretas de realização do trabalho, permitindo assim que os objetivos profissionais sejam construídos de forma clara e consistente.

Os instrumentos técnicos-operativos do assistente social na particularidade do Serviço de Enfrentamento da Violência contra a Criança e o Adolescente

Com o intuito de seguir buscando elementos para o debate da contribuição da prática do assistente social no enfrentamento da violência, procuramos dialogar com os profissionais sobre os instrumentos mais utilizados em seu processo de trabalho.

A peculiaridade do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE exige esforços profissionais e institucionais na proteção à criança e adolescente em situação de risco ou violência, requerendo, sobretudo, significativo empenho na potencialização das famílias de modo a garantir a convivência familiar e comunitária, conforme legalmente consagrado. Diante disso, é evidente a complexidade que envolve as respostas profissionais. E a partir dos desafios colocados pela própria realidade é que o profissional fará a escolha por seus instrumentos de trabalho. E tal escolha cumpre além de uma função técnica e operacional, uma função política e ideológica (SANTOS e NORONHA, 2010) uma vez que não está desconectada de objetivos e projetos profissionais. Ademais, os instrumentos estão orientados por uma teoria o que os confere intencionalidade, conforme salienta Sarmento (1994, p. 245).

O instrumento é sempre orientado por um determinado conhecimento, uma teoria social, ou seja, é sempre utilizado intencionalmente. É através do instrumento que vamos experimentando a teoria social, na medida em que permite que se vá objetivando as categorias da realidade.

Quando fizemos a escolha por discutir os instrumentos utilizados na particularidade da prática do assistente social naquele contexto, os entendemos como unidade constitutiva da ação profissional, fazendo parte de uma unidade orgânica indissociável de outros elementos da prática do assistente social. De tal modo, os instrumentos e técnicas utilizadas pelo profissional devem ser definidos a partir dos objetivos profissionais. Da mesma forma, os objetivos devem ser construídos a partir do conhecimento da realidade social sobre a qual sua ação vai se desenvolver.

Entretanto, dada a complexidade e heterogeneidade da realidade social, o uso dos instrumentos, assim como o alcance dos objetivos são condicionados por fatores diversos que vão constituir limites e possibilidades à prática do assistente social. Desse modo, o reconhecimento dos limites e possibilidades circunscrito no campo de atuação, torna-se fundamental para que o profissional não assuma uma postura fatalista, acreditando que a realidade está dada, ou assuma uma postura messiânica acreditando que vai transformar todas as relações sociais (IAMAMOTO, 2003). Para Souza (2008), tal compreensão torna-se importante para localizarmos o lugar ocupado pelos instrumentos de trabalho utilizados pelo assistente social em seu exercício profissional.

Considerando que os objetivos profissionais são definidores dos instrumentos e técnicas de intervenção, conclui-se que o instrumental técnico-operativo é construído a partir das finalidades estabelecidas pelo assistente social, demarcando “para quê fazer”, para depois se definir “como fazer”. Logo, o profissional ao manusear seus instrumentos de trabalhos não pode desvincular-se dos objetivos de sua ação, uma vez que os instrumentos devem contribuir para responder as demandas que lhes são requisitadas no cotidiano de seu processo de trabalho (SOUZA, 2008).

Desta forma, além de utilizar os instrumentos convencionalmente usados pela profissão, o assistente social pode fazer uso de sua capacidade criativa para criar outros instrumentos que o auxiliem ao alcance dos resultados projetados.

No que concerne aos instrumentos utilizados pelos assistentes sociais no contexto do serviço de enfrentamento da violência, os profissionais revelam utilizar de instrumentos como a visita domiciliar e institucional, entrevistas, relatórios, contatos telefônicos, abordagens. Entretanto, não aparece na maioria das falas a vinculação desses instrumentos aos objetivos profissionais.

Para gente trabalhar a violência a gente utiliza a questão da entrevista, das visitas domiciliares, dos contatos telefônicos, visitas institucionais, os relatórios que a gente faz, os registros. Na questão da coordenação da mesma forma, os registros são bem importantes, os documentos que a gente emite para fora, acho que seria isso. (Assistente Social Cora)

São os atendimentos individuais, os atendimentos familiares e as visitas domiciliares. Que são os recursos, os instrumentos técnicos que a gente mais usa aqui no trabalho. Além dos contatos por telefone, que como a gente tem poucos recursos, principalmente de vale transporte para possibilitar a família vir. A gente acaba usando o contato telefônico, como um meio de manter o vínculo com a família, como um meio de estar sabendo qual a situação da família, como ela vai caminhando no dia a dia. Os instrumentos mais usados são esses, o atendimento individual, familiar, a visita e também os contatos institucionais com a rede de atendimento que prestam outros atendimentos à família. (Assistente Social Cecília)

Eu acredito que é essa primeira entrevista, que é a principal, para estar tentando estabelecer vínculo com aquela criança, com aquela família. Visita domiciliar, é bastante utilizada aqui, os atendimentos psicossociais na sede depois que a gente dá continuidade. (Assistente Social Anita)

O depoimento a seguir expressa a fala de um profissional que ocupa um cargo de coordenação ao referir-se aos instrumentos profissionais no enfrentamento da violência situa aqueles utilizados no atendimento direto ao usuário, como as visitas domiciliares e relatórios.

Bom, eu quando estava, eu estou um pouco afastado do atendimento. Mas o profissional que trabalha nessa área principalmente na questão violência, ele vai utilizar o instrumental que já vem da sua bagagem, claro que ele vai aprimorar esse instrumental. A abordagem individual, familiar, institucional; as visitas in loco, o relatório de diagnóstico e acompanhamento, enfim, o profissional que atuam nesta área sai qualificado para atuar em qualquer instituição. É importante ressaltar que a intervenção no enfrentamento da violência é extremamente difícil, pois é como transitar por um campo de areia movediça onde qualquer erro pode causar danos irreparáveis às vítimas. A capacitação dos

técnicos deve ser uma constante. (Assistente Social Madalena)

A declaração da assistente social Madalena aponta os instrumentos utilizados na intervenção direta a situações de violência, entretanto, os instrumentos profissionais utilizados no espaço da coordenação da política social, não são identificados. Embora o assistente social reconheça o campo da gestão e coordenação da política social como espaço estratégico de atuação do profissional, os instrumentos neste âmbito parecem não receber o mesmo reconhecimento, uma vez que apenas são referenciados quando relacionados à ação de intervenção direta com a família. Entretanto, no espaço de gestão e coordenação pode-se tanto utilizar instrumentos consagrados pela profissão, como se valer da criatividade para a emprego de novos instrumentos.

Souza (2008) aponta que no, surgimento do Serviço Social, o assistente social atuava nas políticas sociais com funções meramente executivas, também chamadas de funções terminais, sendo que a concepção e o planejamento das políticas sociais eram assumidas por outras categorias profissionais ou por agentes governamentais. Neste contexto, o Serviço Social cabia apenas executá-las, na relação direta com os usuários dos serviços sociais públicos. Assim, tem-se a clássica separação entre trabalho intelectual (quem pensa as políticas sociais) e trabalho manual (quem executa as políticas sociais). Entretanto, o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social criticou duramente essa divisão, e proporcionou um aprofundamento teórico-metodológico que possibilitou à profissão romper com esse caráter meramente executivo e conquistar novas funções e atribuições no mercado de trabalho, sobretudo do ponto de vista do planejamento e administração das políticas sociais.

Com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662 de 07/06/1993) essa dicotomia foi formalmente superada no âmbito profissional, e expressa no artigo 4º, Inciso II, que prevê a coordenação, execução, avaliação de planos, programas e projetos no âmbito de atuação do Serviço Social (CFESS, 2002). Competências que requerem o domínio de um instrumental técnico-operativo, que possibilite a viabilização da intervenção profissional. Seja no âmbito da execução de políticas sociais, seja no âmbito da gestão ou coordenação dessas políticas, os objetivos profissionais, formulados a partir de um leitura

teórico-crítica da realidade, é que vão determinar os instrumentos utilizados na prática profissional conferindo a eles inteligibilidade.

Nos depoimentos que seguem os assistentes sociais destacam a importância da entrevista e da visita domiciliar, como instrumentos necessários à modificação das situações de violência, destacando ainda os encaminhamentos para instituições diversas.

Entrevista, esse é o nosso maior instrumento de trabalho, a entrevista mesmo pessoal. Você vai até aonde a criança está. Ela vem até a sede, a gente vai conversar, uma, duas, três, quatro vezes, como for a necessidade dessa criança, conseguir falar. Essa criança cria vínculo com a gente. Não temos um período estanco, a gente vai de acordo com o desenvolvimento da criança, com a aceitação da criança em falar sobre as situações vividas. A gente também faz os encaminhamentos que é um instrumental, para rede, encaminhamento para saúde, pra escola, creche, projetos, aprendiz. A gente vai fazendo tudo isso visando a modificação da situação de violência. (Assistente Social Luciana)

A visita domiciliar é muito importante. Inclusive, voltando a anterior a questão do objetivo, a Paula²² (estagiária de Serviço Social) me trouxe um texto sobre visita domiciliar que ela fala sobre a questão de marcar, agendar com a família já para romper com a questão do controle. Para ver como os objetivos são meio deturpados. A visita é importante, a entrevista, para questão da violência, os relatórios são importantes. A visita institucional também é importante na maioria dos casos, é extremamente importante, é a questão do trabalho em rede, de vários olhares sob a família, os relatórios, os termos de comunicação. Nossos instrumentais mesmos, tem outros, mas o que eu mais utilizo são esses. Tem outros que eu não vou me lembrar...(Assistente Social Antonieta)

²² Nome fictício.

Compete-nos apontar que a relação entre o profissional o objeto de sua ação é intermediada pelos instrumentos. Pela via institucional temos contato com nosso objeto de trabalho que neste contexto podem se apresentar como extratos da realidade que manifestam situações de violência. Esses extratos de realidade precisam ser decodificados e convertidos em demanda profissional e esse processo é possível uma vez que é mediado por instrumentos e técnicas que são orientadas por um determinado conhecimento, uma teoria e uma intencionalidade, que vão direcionar o manuseio de instrumentos e técnicas profissionais. Assim, o enfrentamento da violência prescinde em tomar os instrumentos de trabalho do assistente social como potencializador da ação, não tornando-os autonomizados da finalidade que dá sentido à prática profissional.

Algumas narrativas demonstram certa incerteza ao citar os instrumentos profissionais utilizados em sua prática profissional.

Instrumentos? Entrevistas? Eu acredito que é essa primeira entrevista, que é a principal, que tu aí tá tentando estabelecer vínculo com aquela criança, com aquela família. Visita domiciliar, que muito visita domiciliar é bastante utilizada aqui, os atendimentos psicossociais na sede depois que a gente dá continuidade [...]. Os contatos telefônicos, muito, que não sei se seria instrumento, mas que a gente utiliza pra isso, porque muitas vezes a gente chega a fazer atendimento pelo telefone. Não seria a forma mais correta, enfim, mas a vezes acontece. Mas acho que é isso. Não sei se teria mais algum instrumento agora não me vem na cabeça...(Assistente Social Anita)

Quando a família chega para gente a gente preenche uma anamnese, e tem o prontuário que são as anamneses dos três profissionais²³. A gente faz as evoluções, e aí a gente faz o relatório. O relatório é feito pelos três profissionais, e os encaminhamentos, de auxílio concreto, de vaga...(Assistente Social Maria)

²³ Aqui a assistente social faz referência aos profissionais de outras áreas com que atua.

As entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, reuniões, observações entre os outros instrumentos citados podem ser utilizados por psicólogos, pedagogos, administradores, assistentes sociais e outros tantos profissionais, porém cada qual guarda princípios e características que dependem de objetivos previamente definidos. Evidentemente, pode haver a contribuição mútua e troca de experiência na utilização dos instrumentos entre diferentes áreas dos saberes, contudo, os objetivos e princípios de cada um devem ser respeitados para que não se caia no ecletismo (VASCONCELOS, 2009). Esses e outros instrumentos técnico-operativos podem contribuir para a construção de espaços de conscientização, capacitação, politização, para a construção de novas relações, livres de repressão e dominação e, portanto, podem ser fundamentais para o enfrentamento de diferentes expressões da violência que afetam crianças e adolescentes, e suas famílias.

Dentre as narrativas apresentadas percebemos a ausência de instrumentos como a reunião e a observação que nos chamam atenção. A mesma ausência percebe-se quanto à utilização de instrumentos como pesquisas e levantamentos de dados, fontes importantes para o conhecimento da realidade, onde se desencadeiam situações de violência das mais diversas naturezas.

Como vimos no item anterior, os objetivos profissionais na maioria das narrativas dos profissionais que atuam neste serviço público estão inscritos na direção dos interesses dos usuários, na perspectiva de assegurar os direitos humanos e sociais como forma de enfrentamento da violência; desse modo a escolha dos instrumentos e as técnicas para sua utilização devem ser definidos a partir de tais objetivos.

A escolha e a utilização dos instrumentos devem obedecer ao trato rigoroso articulado a todo o processo de trabalho profissional, pois, os resultados de sua utilização podem caminhar tanto para sua ampliação e garantia de direitos, como para o cerceamento dos mesmos corroborando com a manutenção da violência.

Tais constatações nos possibilitam afirmar que os instrumentos profissionais são parte constitutiva da atuação do assistente social, e só ganham sentido quando articulado a uma teoria e aos objetivos definidos por seus agentes. A escolha e a manipulação dos instrumentos profissionais constitui-se em elementos que poderão contribuir ou não para o enfrentamento das diferentes expressões da violência.

A percepção dos assistentes sociais quanto aos resultados de seu trabalho no contexto do Serviço de Enfrentamentos da Violência contra a criança e o adolescente

Após fazer menção aos objetivos e instrumentos profissionais do assistente social no enfrentamento da violência contra criança e adolescente buscamos, através do conteúdo das narrativas, dar relevância às percepções dos profissionais quanto aos resultados de seu trabalho nesse campo sócio-ocupacional.

Convém situarmos que uma atividade humana se inicia com um resultado ideal, uma finalidade, que guiará os atos dirigidos a um objeto, com intuito de transformá-lo, terminando com um resultado real. Desse modo, a consciência intervém a partir de um resultado ideal em um objeto real (SARMENTO, 1994).

Se tomarmos esta referência para pensarmos o processo de trabalho do assistente social na particularidade do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA, podemos inferir que o objeto de trabalho do assistente social pode, inicialmente, se apresentar ao profissional por meio de expressões da violência que afetam um segmento populacional. Desse modo, a ação profissional se realizará na realidade em que se expressa esta questão social com a finalidade de transformá-la. Tais finalidades se inscrevem como objetivos profissionais que mediados por instrumentos, técnicas e estratégias, chegarão a um resultado real. É sobre o resultado do trabalho do assistente social na particularidade do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA que pretendemos dar relevância a seguir.

As declarações das assistentes sociais Cecília e Luciana supõem que o resultado do trabalho do assistente social, no campo do enfrentamento da violência, estaria vinculado estritamente a mudanças no espaço privado da família, mudanças nas relações familiares dos sujeitos usuários dessa política social. Igualmente, destacam-se dificuldades por parte do assistente social em identificar os resultados de seu trabalho frente a situações de violência, isso porque não perceberem alterações significativas nestas relações.

Poucas vezes (vê os resultados), porque as vezes você está intervindo numa família que é completamente desestruturada. Você trabalha com essa família seis meses, então como é que vai conseguir alguma mudança. Que normalmente as

mudanças tem que ser radicais. Como que você vai conseguir uma mudança em tão pouco tempo? E para nós do diagnóstico eu acho que é mais complicado... Se eu fosse acompanhar a família durante mais tempo eu acho sim, que teria uma possibilidade maior de ter uma mudança. Mas, enquanto diagnóstico eu acho que é muito pequena. Lógico, não tem que generalizar, às vezes agente vê uma mudança na família. Mas a maioria é bem difícil. (Assistente Social Cecília)

A gente consegue pouco, infelizmente. Não sei se porque na equipe de diagnóstico tem outro viés que é responder uma denúncia, diferente de quando você faz o acompanhamento em longo prazo com essa família. Mas mesmo, assim eu acho que a gente consegue bem pouco. As famílias estão estruturadas num conceito de educação, bem cultural mesmo que é muito difícil de modificar. A gente consegue momentaneamente, na hora, no ápice da violência, da denúncia, a gente modifica, pelo menos inibe. Mas, te dizer que ela vai modificar para sempre, não consigo visualizar, esses ganhos na profissão nessa área do Serviço Sentinela (Assistente Social Luciana)

Percebemos a partir das narrativas profissionais que as ações parecem estar bastante direcionadas à família e com, isso, os resultados são identificados nas mudanças processadas no contexto familiar.

Tanto que uma das narrativas usa o termo “família desestruturada”, indicando certa percepção acerca das famílias atendidas por este Serviço. Este referencial acerca da família fortalece a idéia de que os atos de violência são produtos de comportamentos individuais deslocados do contexto de uma sociedade em transformação.

Para Miotto (2003), muitos estudos sobre grupos com comportamentos violentos, por um lado, se fundamentam na idéia do papel funcional e institucional da família e dos atos violentos como comportamentos individuais, deslocados da discussão de família na sociedade. Por outro lado, fortalecem a visão de que a família é

produtora de comportamentos patológicos. Está idéia estaria embutida, por exemplo, na categoria “família desestruturada”, servindo para designar as famílias que falharam na suas funções institucionais de cuidado e proteção de seus membros e, como vimos anteriormente, se ancora na linha teórica com fundamentos durkheimianos que entende que a sociedade é um todo integrado. Sob esta lógica a violência é entendida como expressão de comportamentos individuais descolados das normas vigentes na sociedade.

As falas que seguem ainda apontam que a relação com o usuário do serviço permite identificar os resultados do trabalho do assistente social no campo do serviço público aqui referenciado.

No momento que a gente tá trocando com a pessoa que tá sendo atendida, trocando com informações, que tá tendo um diálogo, eu já consigo avaliar e perceber o efeito da atuação. Pela... quando a pessoa participa, tira dúvidas com você. Já dá pra perceber quando você, a questão da confiança já dá pra perceber quando você tá em contato com a pessoa diretamente. Agradecimentos que as famílias fazem, as mudanças que a gente vê em longo prazo no comportamento de crianças, as reflexões que os adultos fazem conosco mesmo, falando ah! Antes eu pensava de uma forma, agora eu penso de outra. Conforme você vai tendo as orientações, você vai tendo o retorno dessa mudança. A família vai te dando um retorno automaticamente. (Assistente Social Cora)

O profissional a seguir também destaca que as mudanças, no que se referem às relações dos adultos com as crianças no interior dos grupos familiares, podem ser identificadas como produto do trabalho profissional do assistente social, entretanto, estas mudanças nem sempre são perceptíveis ao profissional, ou nem sempre correspondem às expectativas profissionais.

Os resultados são identificados ao longo dos atendimentos. A família nos traz isso. São mudanças algumas vezes mínimas, mas que é possível identificar no discurso da família que ela traz em relação a educação dos filhos, a forma como estão vendo eles. Nas mudanças que ela

traz práticas em relação às crianças. Porque essas crianças também apresentam (mudanças) no desenvolvimento escolar, na frequência em projetos de desenvolvimento extra-escolar. Então os resultados eles são vistos ao longo do atendimento em pequenas mudanças que a gente percebe que a família está fazendo, ou não no caso. Não há um resultado imediato, eles são processuais. Eu acho que nunca pode se dizer que não muda nada... porque que talvez para gente aquilo que a família conseguiu apreender da nossa intervenção não seja uma mudança, mas talvez para ela já seja. Talvez muitas vezes a gente não consegue perceber esses resultados porque eles não são aqueles que a gente espera. Que essa família de conta, que seja tudo dentro do que a lei preconiza pro atendimento a criança e o adolescente. (Assistente Social Cecília)

Essa é uma boa pergunta... Então eu tive sorte, eu tive famílias que mesmo sem vale transporte vinham. Das 25 famílias que eu estou atendendo tive algumas que eu posso dizer que esse atendimento foi eficaz. Mas assim, em nível geral, eu acho que a gente é uma areinha no meio de uma duna. Eu acho que é bem válido. Que o Serviço Social é mais válido nesse sentido, porque eu acho que a gente consegue que a família enxergue os direitos e deveres. Existe uma eficácia.... Nas minhas famílias eu sempre consegui identificar os resultados [...]. (Assistente Social Antonieta)

Nesta última fala, aparece um dos condicionantes que interferem nos resultados do trabalho profissional, ou seja, recursos que possibilitem o acesso da família ao serviço. Além disso, aponta que os resultados do trabalho parecem estar materializados na conscientização da família quanto a seus direitos e deveres.

Evidentemente discutir os resultados da ação profissional não é uma tarefa fácil, visto que o assistente social intervém na realidade que é complexa e atravessada por múltiplas determinações. Como mencionamos ao longo deste estudo, o objeto de trabalho profissional,

assim como as condições materiais e subjetivas onde se constrói a prática profissional precisam ser decodificadas. A partir desse trato rigoroso da realidade, norteado por uma teórica social consistente, é que se poderá construir objetivos profissionais, utilizar instrumentos de forma inteligível e avaliar os resultados alcançados.

Ao se considerar que a violência é fruto das relações sociais e permeada por essas relações, seja no campo privado familiar, seja no campo público institucional, podemos indicar que o enfrentamento da violência não pode se restringir à relação profissional/ usuário. Requer que os assistentes sociais, além de prestar atendimento à população, manipule mecanismos que possibilitem a essa população o acesso a direitos. Dessa forma, os resultados da ação profissional podem ser reconhecidos em outros campos e não se limitando nas relações familiares, que são parte da realidade onde se deu seu processo de trabalho.

No atendimento aos usuários há possibilidade de captar indicações dos avanços quanto ao enfrentamento de determinadas situações de violência, entretanto, dados e pesquisas que expressem os desafios e conquistas frutos de nosso processo de trabalho precisam ser sistematizados de forma a fortalecer nossa ação, assim como avaliar os desafios que nos são colocados. Para tanto, buscar coletivizar as estratégias e ações profissionais é fundamental, de forma a quebrar a lógica da individualização, que fragiliza as lutas no campo dos direitos sociais.

No item que tratou dos objetivos profissionais, os assistentes sociais participantes da pesquisa apontam que tais objetivos estariam inscritos na direção dos interesses dos usuários e na garantia de acesso aos direitos humanos e sociais. Todavia, ao tratar dos resultados da intervenção profissional não registra-se a relação entre os objetivos projetados e os resultados alcançados. Não há referência de indicadores que demonstre limites e possibilidades de acesso aos direitos humanos e sociais da população atendida. Se a violência está relacionada com a violação de direitos humanos sociais, e se os objetivos profissionais estão inscritos no campo de acesso aos direitos enquanto estratégia de superação da violência, como podemos sistematizar informações que nos apontem as conquistas e desafios postos aos profissionais neste campo?

A sistematização de dados e informações sobre os resultados das ações profissionais faz-se necessário para afirmar a importância da profissão neste espaço sócio-ocupacional, além de revelar os limites e

possibilidades, os avanços e retrocessos em direção aos objetivos e finalidades projetados. Portanto, a apropriação de um referencial teórico, ético e político são fundamentais para prever, projetar e conseqüentemente realizar um trabalho que rompe com práticas conservadoras e de dominação (VASCONCELOS, 2009).

Entendemos ser necessário pensar o Serviço Social neste serviço como uma unidade, uma área do saber específico com grande importância no trato das expressões da questão social que afetam os usuários de serviço público. A consolidação de uma unidade do Serviço Social dentro do serviço pode fortalecer os profissionais, superando a individualização das ações que tendem a aprofundar a fragmentação da política social que já assume um caráter fragmentado e fragmentador. Nesta medida, a articulação política entre os próprios assistentes sociais, assim como, com outros trabalhadores que atuam no campo social é de fundamental importância para o avanço das políticas sociais numa perspectiva de universalidade.

A particularidade da atuação do Serviço Social diante da demanda de expressões da violência contra a criança e o adolescente

Após a discussão de alguns elementos do processo de trabalho do assistente social, no espaço do serviço de enfrentamento da violência, procuramos dialogar com os profissionais acerca da particularidade do Serviço Social no referido contexto.

O levantamento de dados preliminares para a realização da pesquisa nos possibilitou observar a preponderância do Serviço Social na composição das equipes técnicas que compõem o SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE dos municípios referenciados, o que pode revelar a relevância e a funcionalidade dessa especialidade do trabalho no enfrentamento da violência. De acordo com o levantamento de dados realizado junto aos serviços municipais *lócus* da pesquisa, temos: dos profissionais de nível superior que compõem o SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE do município de Florianópolis/SC, 56,4 % são assistentes sociais, e 43,5% são outros profissionais, tais como psicólogos e pedagogos; No serviço de enfrentamento do município de São José/SC, 66% da equipe que compõe o serviço é formada por assistentes sociais e 33% de psicólogos. Já em Palhoça/SC, 48,8% dos profissionais que atuam no serviço de enfrentamento são

assistentes sociais e 57,1% da equipe é formada por psicólogos e pedagogos.

O fato de este serviço estar inserido na Política de Assistência Social, espaço privilegiado de atuação do assistente social, pode também ter influência sobre a expressiva presença predominante do profissional de Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional, dado o protagonismo histórico da profissão referida política social. Ademais, tais dados levam-nos a supor que essa especialização do trabalho assume um papel relevante no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente.

Neste contexto adverso de atuação profissional buscou-se levantar elementos para debater sobre a particularidade do Serviço Social no enfrentamento da violência. Inicialmente, convém assinalar que partimos do entendimento que existem particularidades do Serviço Social. De acordo com Montanõ (2007), existem particularidades do Serviço Social e não especificidades²⁴. Ocorre que tais particularidades decorrem dos desdobramentos da inserção da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho e de suas características históricas, como: a intervenção de campo como atividade mais recorrente, a ação imediata nas refrações da questão social, a manipulação de variáveis empíricas, o conhecimento fundamentalmente instrumental, as políticas sociais como campo mais freqüente de atuação, o Estado como espaço privilegiado de emprego, a forma de organização da categoria, a identificação com certas bandeiras de luta (NETTO, 1996 apud Montanõ, 2007).

²⁴ De acordo com Montanõ (2007, p.120) temos: “O conceito de “especificidade” refere-se à qualidade que certa espécie possui e pela qual esta última se torna especial, diferente das outras. Assim, o caráter de específico de alguma coisa atribui duas condições que devem estar presente em todos os membros desta espécie, tendo dimensão inclusiva; em segundo lugar, ela não pode existir em membros de outras espécies, o que mostra sua dimensão exclusiva; quer dizer: o que nos diferencia dos outros e o que nos identifica como corpo”. Argumenta ainda o autor: “[...] a necessidade de estabelecer essa tal “especificidade” é a procura obsessivamente devido a crença de que recai nela a razão de ser da profissão, sua legitimidade, podendo-se observar ornamentos paranóico por estar ligada à necessidade de fechar as fronteiras aos profissionais de fora, caindo numa “endogenia” do Serviço Social;” não invadir para não ser invadido”, como forma de garantir os espaços profissionais e ocupacionais, sem a necessidade de elevar o nível de qualificação do Serviço Social, dada a ausência de concorrência (nos campos de trabalho “específicos) com outros profissionais. Esta estratégia comodista (conformista) encontra o seu fundamento na idéia de que há especificidade(s) no Serviço Social; efetivamente, se todos os assistentes sociais e exclusivamente eles depositários de certas funções, métodos, teorias etc. nenhum outro profissional poderá invadir este “quintal” sem que isto atente contra o princípio da preservação da “propriedade privada”, alma do sistema social na qual se desenvolve. E se para isto a condição de “não sermos invadidos” é “não invadir”, a troca parece-lhes justa. Nada mais positivista, nada mais subalternista, nada mais conformista e comodista do que este princípio” (MONTANÕ, 2007, p.128)

Conforme afirma Montanõ (2007, p. 155)

Não tendo especificidade, todas as profissões da área social possuem particularidades. Particularidades, no seu sentido real, não como exclusividade/inclusividade, mas medida pela inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho, medida pela sua significação social, pela sua funcionalidade, pela sua inclusão universal. Particularidade dada pela sua história – portanto, histórica, não imutável – pela sua gênese e processo inserido no desenvolvimento social mais amplo.

Considerando tais referências que sinalizam, de forma mais geral particularidades que a profissão assume na divisão sócio-técnica do trabalho, procuramos destacar outras particularidades que a profissão adquire ao estar presente no espaço sócio-ocupacional do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.

Além da particularidade que já citamos anteriormente, acerca da inserção dessa especialização do trabalho no serviço público municipal que compõe a Política de Assistência Social, uma particularidade ainda mais geral que assume a profissão consiste na presença histórica do Serviço Social no campo da criança e do adolescente²⁵, uma área que é objeto de atenção do Serviço Social desde o início do processo de legitimação social da profissão.

Ao fazer uma aproximação da profissão neste campo de atuação, a própria demanda de trabalho do assistente social particulariza a atuação neste espaço sócio-ocupacional. Diante das demandas colocadas ao assistente social neste serviço específico, podemos assinalar que as manifestações da questão social chegam ao profissional por meio de

²⁵ Iamamoto e Carvalho (1982) ao abordar o campo de ação e prática dos primeiros assistentes sociais no Brasil aponta que na década de 1940, em São Paulo, a demanda do setor público se centraliza no Departamento de Serviço Social do Estado e em algumas funções especializadas como inspetores de trabalho de mulheres e menores e Juizados de Menores. Inclusive um decreto estadual 9.744 de novembro de 1938, reorganiza o Serviço Social de Menores: cargos de subdiretor de vigilância, de comissários de menores e de monitores de educação passam a ser privativos de assistentes sociais. No Rio de Janeiro o Juízo de Menores e o Serviço de Assistência ao Menor são os primeiros no setor público a inserir assistentes sociais. Em Santa Catarina, em 1972, a inserção do assistente social no Judiciário se deu com a criação de dois cargos na então Vara de Menores (PIZZOL e SILVA, 2001).

situações objetivas de violência contra a criança e o adolescente, e representam por vezes expressões agudas de violação de direitos humanos se constituindo como ponto de partida e de chegada da prática profissional, constituindo uma particularidade da prática profissional neste serviço específico.

Como veremos a seguir, tanto os dados acima apresentados quanto as narrativas dos profissionais entrevistados, expressam, ainda, uma outra particularidade que assume a profissão neste espaço de atuação profissional que consiste nas relações interdisciplinares que partilham os assistentes sociais. A complexidade das demandas que incidem sobre este campo de atuação profissional exigem respostas que não se esgotam em uma única área do saber.

Demarcamos ainda que tal *lôcus* de trabalho exige dos profissionais e instituição a proximidade com o sistema de Justiça e com órgãos encarregados pela proteção da população infanto-juvenil. Além disso, várias falas apresentadas neste estudo sublinham outra característica que refere-se à prática profissional voltada à com grupos familiares.

Essas são algumas das características mais gerais que a profissão assume ao estar presente neste espaço sócio-ocupacional de um serviço público municipal que propõe o enfrentamento da violência contra crianças e adolescente. Ao nos debruçarmos sobre as narrativas dos profissionais participantes da pesquisa, no que concerne à funcionalidade particular do profissional de Serviço Social para o enfrentamento da violência, dois depoimentos apontam que a importância deste profissional na composição das equipes técnicas é atribuído fundamentalmente pela sua capacidade de realizar análises de realidade. A fala da assistente social Antonieta é ilustrativa ao fazer tal referência:

[...]Eu acho que nós somos extremamente gabaritados para trabalhar com essas questões porque a gente consegue analisar contexto. Porque para mim a violência não pode ser analisada com o fato, mas tem que ver o contexto... Então o Serviço Social está, porque além de conseguir ter esse olhar, desde que a gente entra numa comunidade agente já vai olhado, até para poder perceber aonde agente tá pisando e como a gente vai trabalhar com aquela forma de violação de direito. Porque a gente tem esse conhecimento de quais são as leis para

acessar, de que forma eu vou conseguir talvez, com qual medida eu vou conseguir romper com aquela modalidade de violência [...]. Então o Serviço Social é perfeito pra trabalhar, não só com a violência, óbvio, mas nesse espaço. Porque a gente consegue enxergar o todo, e do todo ir para as especificidades. Da questão da família, dos órgãos de proteção, das leis, do acesso à equidade à justiça [...]. (Assistente Social Antonieta)

Da mesma forma a assistente social Luciana destaca que a capacidade de fazer uma ampla leitura de realidade confere uma particularidade da ação profissional neste campo sócio-ocupacional.

O Serviço Social é uma área que tem um entendimento bem amplo. Porque não adianta só a violência da criança. Ele analisa também o contexto na qual a criança vive, as relações familiares e também, são só familiares, mas também escolares, sociais. A gente tem um olhar geral, que é essencial o profissional de Serviço Social trabalhar com essa questão. (Assistente Social Luciana)

Como vimos, as assertivas profissionais destacam a capacidade profissional de realizar análise de realidade, o que é salutar para não cairmos na imediatez que é apenas ponto de partida de nossa atuação profissional e como um movimento de resistência às armadilhas que tendem à compreensão de atos e ações violentas, entendidos como fatos isolados destituídos de seu caráter universal.

Na continuidade com a aproximação dos depoimentos, as assistentes sociais Madalena e Clarice destacam o compromisso com a consolidação dos direitos, que também constitui-se como uma particularidade da prática profissional do assistente social, não apenas neste campo de atuação.

Em qualquer campo de atuação do Assistente Social a especificidade está na busca e garantia dos direitos do cidadão, no caso do PAEFI Sentinela, a criança e o adolescente que sofreram violência e que necessitam de medida de Proteção (Assistente Social Madalena).

A assistente social Clarice destaca ações direcionadas à família e o trabalho voltado para acesso aos direitos sociais como uma particularidade da prática do assistente social.

Mas eu penso que nesse campo de atuação, em famílias com situações de violência, nosso trabalho consiste na orientação principalmente em relação aos papéis, da família, do pai, da mãe do responsável, das crianças. No acesso aos direitos de educação, de saúde, de alimentação a partir da inserção na rede de atendimento pra garantia desses direitos [...]. Eu penso que nós, enquanto assistentes sociais, precisamos estar fazendo essas mediações da família com essa rede de atendimento com o movimento da comunidade onde ela está inserida. Porque entendo que é uma coisa que a gente consegue fazer muito pouco. [...]. Então essa mediação não só com a rede de atendimento, mas também com essa rede familiar que ela tem, e que ela pode buscar, [...], principalmente nessa busca do atendimento do Estado, via da política pública. Porque acho que uma coisa que a gente tem que atuar bem é nesse apoio e nessa orientação. E o apoio ele passa pelo acesso aos recursos que possibilitem à família a construção de melhores condições. São os benefícios, o emprego, algumas coisas que possibilitem a ela a mudança, na melhoria na qualidade de vida. Não só a família fazendo a parte dela, como pai, mãe, desenvolvendo um papel, mas também como que ela pode acessar melhores condições. (Assistente Social Clarice)

A narrativa de Clarice também aponta que a particularidade do Serviço Social está relacionada ao compromisso com a consolidação dos direitos dos destinatários deste serviço. Além disso, destaca que a garantia dos direitos é mediado por uma série de iniciativas que garantam condições materiais e subjetivas necessárias para que as famílias possam superar as situações de violência que as atinge.

Entretanto, tanto Clarice como Anita apontam dificuldades de definir uma funcionalidade particular do Serviço Social no contexto desta política social. Entendem que a participação em equipe multidisciplinar dilui de certa forma certas características da prática

profissional, sobretudo, no que diz respeito às atribuições da Psicologia e do Serviço Social.

[...] Eu penso que hoje deveria ter uma construção metodológica diferente. Porque eu vejo hoje o Serviço Social atuando muito com a psicologia e se perde um pouco a nossa intervenção enquanto Assistente Social. (Assistente Social Clarice)

[...] Fica tudo muito parecendo o que é da psicologia, e o que é do Serviço Social. Eu ainda não tenho muito claro isso para mim, qual que é a especificidade do Serviço Social. Claro que a gente sabe que a parte do Serviço Social também é essa parte dos benefícios, de estar fornecendo esses benefícios, na inserção no mercado de trabalho, alguma situação de escola da criança, que não está na escola [...]. Acredito que está muito junto. Acho que isso poderia ser a especificidade do Serviço Social, não que a psicologia não pudesse fazer, mas que a gente acaba fazendo porque é mais da nossa área, da área social, mesmo. Mas, acredito que as coisas acabam se misturando muito, porque o atendimento é psicossocial [...]. (Assistente Social Anita)

O trabalho do assistente social neste espaço de atuação prevê o partilhamento de atividades com outras profissões, sobretudo com a psicologia e a pedagogia (quadro nº 3). Entretanto, ao apontar a particularidade do Serviço Social no referido espaço sócio-ocupacional, os discursos profissionais citados demonstram haver dificuldades quanto à preservação de particularidades de cada especialização do trabalho.

Para Iamamoto (2002), é preciso desmistificar a idéia de que a equipe cria uma identidade entre seus membros a ponto de levar a diluição de suas particularidades²⁶ profissionais.

²⁶ Segundo Iamamoto (2002, p. 42) temos: “Importa afirmar enfaticamente que tratar as particularidades de uma profissão na divisão social e técnica do trabalho não significa uma regressão aos velhos dilemas presentes na busca de uma suposta especificidade profissional aprisionada nos muros internos da profissão, em geral reduzida à dimensão dos “métodos e técnicas do Serviço Social”, tal como o estabelecido pela tradição conservadora da profissão. Não se pode confundir o debate sobre os espaços, atribuições e competências profissionais, tal

São as diferenças de especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças. Em outros termos, *a equipe condensa uma unidade de diversidades*. Nesse contexto, o assistente social, mesmo realizando atividades partilhadas com outros profissionais, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação dos mesmos processos sociais e uma competência distinta para o encaminhamento das ações, que o distingue do médico, do sociólogo, do psicólogo, do pedagogo etc. Cada um desses especialistas, em decorrência de sua formação e das situações com que se defronta na sua história social e profissional, desenvolve sensibilidade e capacitação teórica metodológica para identificar nexos e relações presentes nas expressões da questão social com as quais trabalham e distintas competências e habilidades para desempenhar ações propostas (IAMAMOTO, 2002, p. 41).

Desse modo, para a autora, a partilha de atividades com outras especialidades não supõe a diluição de competências e atribuições, mas exige maior clareza no trato das mesmas e o fortalecimento da identidade profissional, como requisito para potencializar o trabalho coletivo.

Assim, o modo com que o assistente social apreende as diferentes expressões da violência, o sentido que dá à realidade sobre a qual atuará, através dos fundamentos próprios da profissão, darão direção às ações profissionais de forma particular. Convém ressaltarmos que o objeto de trabalho do assistente social é a questão social, entretanto, não é de atenção exclusiva do assistente social uma vez que outras áreas do saber se dedicam ao tema. Todavia, o assistente social tem como objetivo a consolidação dos direitos individuais e coletivos, o que requer articulações que ataquem as causas do sofrimento do usuário. Alguns entrevistados tentam definir a particularidade do Serviço Social nesta

como o aqui efetuado, com aquela noção de especificidade que esvazia o exercício profissional das relações sociais em que se realiza, no contextos dos organismos empregadores, das relações e condições de trabalho e de suas implicações teóricas, metodológicas e ético políticas presentes no conteúdo e no processamento do trabalho. É o conjunto dessas múltiplas determinações, de caráter sócio-histórico e profissionais, que atribuem particularidade a uma profissão na divisão social e técnica do trabalho”.

política social por meio das atividades que realiza neste espaço sócio-ocupacional.

Normalmente a gente atende numa equipe multidisciplinar. Eu acho que o papel do Serviço Social é estar orientando. No nosso caso faz o diagnóstico da situação, e orientando as famílias, para proteção da criança especificamente. (Assistente Social Cecília)

Na prática que até então eu venho desenvolvendo, as intervenções, elas são bem complexas. O Serviço Social ele pode fazer o acolhimento tanto da vítima quanto da família a meu ver, tem o primeiro contato. Ouvir a situação, prestar informações acerca das consequências da violência, orientar, tanto a vítima quanto os familiares. Esclarecer a forma de tratamento pra aquilo, por exemplo, o que vai ser necessário pra que aquela situação causa uma mudança na dinâmica, na rotina da família, da vítima e tudo mais. Então o Serviço Social vai estar conhecendo, ouvindo das famílias e da vítima, como foi que aconteceu a violência. O que a família tá passando naquele momento em virtude da situação da violência, para prestar as orientações, fazer os encaminhamentos, trabalhar em cima até da superação. Juntamente com a psicologia, mas o Serviço Social tem como trabalhar, as questões de encaminhamentos de orientações. (Assistente Social Cora)

As ações citadas nas falas dos profissionais como orientação, acolhimento, encaminhamentos, por exemplo, são realizadas por assistentes sociais neste espaço de atuação, entretanto, não são de exclusividade do Serviço Social, uma vez que outras áreas podem também realizar tais atividades. O que de fato pode caracterizar a particularidade da profissão neste contexto consiste no saber especializado acerca de dada realidade, que mediada pelos fundamentos

teórico-metodológicos, ético-políticos e técnicos-operativo vão dar sentido a está realidade, para assim projetar ações no enfrentamento das questões que afetam os destinatários do serviço, entre elas diversas situações de violência que requerem respostas profissionais consistentes que visem à garantia de direitos fundamentais.

A particularidade que assume a prática do assistente social neste espaço de atuação vai depender das condições objetivas e subjetivas de trabalho, assim como da capacidade profissional de dar respostas às demandas que lhe são requisitadas. Por tanto, tal particularidade da atuação neste campo, vai definir-se a partir do conhecimento que o assistente social possui da realidade, da definição de seus objetivos, da habilidade na manipulação dos instrumentos e técnicas e na avaliação dos resultados de sua ação. Elementos estes guiados por uma teoria social que confere sentido a todo o processo de trabalho.

A contribuição da formação (em nível de graduação) do assistente social para o enfrentamento das expressões da violência

Após dialogarmos com os assistentes sociais acerca dos objetivos profissionais, dos instrumentos de trabalho, dos resultados da intervenção profissional no enfrentamento da violência, e discutirmos a particularidade da atuação do assistente social neste espaço sócio-ocupacional, buscamos, agora, extrair das narrativas profissionais expressões que revelam a contribuição da formação, em nível de graduação, atuação do assistente social no enfrentamento de expressões da violência.

Ao observarmos as tabelas 1 e 2, anteriormente apresentadas notamos que tanto o grupo de assistentes sociais que compuseram o universo da pesquisa quanto o grupo que constituiu a amostragem, apresentaram expressiva diversidade quanto ao tempo de formação profissional em nível de graduação. Tal dado revela que a formação profissional do assistente social neste campo sócio-ocupacional teve a influência de diferentes momentos da formação profissional, incidindo diferentes diretrizes curriculares²⁷.

²⁷ Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que formaliza a reforma educacional em curso, o currículo mínimo passou a ser denominado de diretrizes curriculares. Destacamos que as diretrizes curriculares são portadoras de direção intelectual e

Assim, este campo do exercício profissional apresenta-se como espaço sócio-ocupacional heterogêneo no que se refere ao quesito tempo formação profissional, uma vez que temos um universo composto tanto por profissionais que se formaram no início da década de 80, como aqueles que tiveram a formação mais recentemente, entre os de 2008 e 2009. Embora as falas apresentadas a seguir revelem a preocupação de relacionar a contribuição da formação em nível de graduação para o enfrentamento da violência, tais narrativas tem como referência o processo de formação de cada profissional em dado momento histórico.

No que concerne à contribuição da formação do assistente social para atuação no enfrentamento da violência, a declaração de Antonieta valoriza o caráter generalista do curso de graduação. Embora destaque temas como família e políticas públicas.

[...] a graduação traz para gente um conhecimento maior, generalizado mesmo, e depois tu vai aprofundar aqui no teu campo... Mas ela é muito importante sim, porque te ensina coisas primordiais, de como trabalhar com uma família, de como acessar políticas públicas, de como conhecer as políticas públicas [...].
(Assistente Social Antonieta)

A assistente social Cecília considera que sua graduação, por não fazer referência direta ao tema violência, não contribuiu para sua prática profissional na área onde atua. Apontou ainda que no período de sua formação não contava com instrumentos legais, como o Estatuto da Criança e Adolescente e que, de tal forma, apenas após o curso de graduação, com outras iniciativas de aperfeiçoamento, contribuíram para sua atuação no enfrentamento da violência.

Na graduação pouco, porque não se fala em violência na graduação. Na minha o ECA nem existia, então é uma coisa que não é nova, mas não era familiar, só passou a existir depois que eu me formei. Então eu acho que pouco influenciou. Mas, na parte dos cursos que eu fiz depois. E na minha especialização que foi em terapia em

ideopolítica, e como componente do projeto profissional, constitui-se como base para projetos pedagógicos dos cursos de graduação do Serviço Social, indicando os fundamentos para a formação profissional (Koike, 2009).

família... Então eu acho que aí sim, aí contribui bastante. (Assistente Social Cecília)

As falas das profissionais Luciana e Anita destacam a importância de disciplinas com conteúdo ligado à criança e ao adolescente, para atuação no enfrentamento da violência no campo sócio-ocupacional que ocupam.

Olha! É bem falha a graduação pra essa temática... Eu tive uma, duas, disciplinas, outras eu fui buscar no direito. Criança e adolescente com Josiane Petry. Bem pouco, eu acho que qualquer outra... quanto a demanda do Serviço Sentinela, na atuação profissional é bem falha a graduação. A gente vai buscar através de estudos pessoais, depois especialização. Eu acredito que a minha vontade de trabalhar com isso iniciou na graduação, mas por minha escolha. Qual foi a área que eu me identifiquei? foi essa! Todos os meus trabalhos na graduação eu já foquei pra isso. Então, eu me sinto um pouco mais instrumentalizada, como uma pessoa que faz a graduação e começa a trabalhar com criança. Eu sempre trabalhei com isso mais foi por minha escolha. E não teve muito incentivo da graduação não. (Assistente Social Luciana)

Entretanto, Luciana considera haver “falha” na graduação no que tange à questão da violência; Anita entende que a graduação contribui para a intervenção profissional neste campo de atuação, com destaque também para conteúdos relacionados à área da criança e do adolescente.

Da formação? Eu acredito que claro tem um contribuição, óbvio, porque a gente não faria quatro anos de universidade. Mas, seu acho que é muito além disso. Porque o que a gente tem? Criança e adolescente, acho que isso ajuda um pouquinho, aquele todo o histórico da criança e adolescente, esse papel que a criança tinha na sociedade. Todo esse papel que a criança tinha na sociedade, acho que tudo isso ajuda, tu ter um início de entendimento. Mas, acho que é bem pra além disso, acho que tu tem no mínimo que fazer

o LACRI²⁸, acho que tu tem que ler, nem precisa fazer(o LACRI), mas ler, ter esse conhecimento. Ler Maria Amélia²⁹, o Furniss³⁰. Acho que é a partir disso que a gente consegue ter essa propriedade. E assim, acho que a gente tem sempre que estar se reciclando. Porque também achar que ah! já li isto, fiz o LACRI! Não é por aí, acho que vai muito além da Universidade. (Assistente Social Anita)

De acordo com os depoimentos aqui apresentados, percebemos que ao fazerem uma reflexão sobre a contribuição da formação para prática profissional diante de manifestações da violência contra a criança e adolescente, os assistentes sociais destacam disciplinas que apresentam como tema central, família e criança e adolescente. Temas como a questão social que é considerado como eixo central, da formação recente, não ganha relevância. Da mesma forma que temas como as políticas sociais, o processo histórico de formação do povo brasileiro, o processo de trabalho do assistente social estão ausentes dos discursos apresentados.

Dessa forma, disciplinas mais específicas relacionadas com o campo de atuação é que ganham maior relevância. Fato que pode representar desafios à prática do assistente social no que se refere à leitura de realidade, à leitura do fenômeno violência e, portanto, ao próprio processo de trabalho profissional. Como vimos argumentando, ao longo deste estudo, que para o enfrentamento da violência precisamos captar os nexos que compõe esse fenômeno social em dada realidade.

Portanto, a apreensão de temas que nos levem à compreensão de aspectos macro como microsociais são extremante fundamentais na medida em que possibilitam realizar a mediação entre o singular e o universal.

Já as profissionais Clarice e Madalena revelam a importância da graduação, no que se refere a leitura da realidade e a visão de homem e de mundo construída, no período de formação profissional. Todavia,

²⁸ LACRI, Laboratório de Estudos da Criança e Adolescente que oferece Telecurso de Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (Telelaci), sendo este último criado em 1994.

²⁹ A profissional refere-se à Maria Amélia Azevedo, Profª Dra. Coordenadora do LACRI, autora de publicações no campo da violência contra crianças e adolescentes.

³⁰ A assistente social também faz referência a Tillmann Furniss, autor do livro “Abuso sexual da criança”, publicado em 1993, pela editora Artes Médicas.

Clarice considera insuficiente os conteúdos relacionados à intervenção do assistente social, destacando a importância do aperfeiçoamento constante ao longo do exercício profissional, o que também é assinalado pela assistente social Madalena.

Então eu me formei há algum tempo, então eu sempre digo que na graduação eu aprendi a fazer uma boa leitura de sociedade (risos). Intervenção em Serviço Social muito pouco. Então eu penso que o que eu aprendi sobre a intervenção do Serviço Social em situações de violência foi construído ao longo desse tempo, não foi um conhecimento que eu trouxe da universidade ou conteúdo que eu vi na minha graduação, eu não vi esse conteúdo, violência doméstica, ou a intervenção do Serviço Social em situações de violência doméstica. Então foi um conteúdo que eu apreendi ao longo desse tempo, fazendo outros cursos, estudando de outras formas. Claro que existe a contribuição, eu não aprendi nada... não, eu aprendi a fazer visitas domiciliares, quais os objetivos que se vai pra uma visita. Fazer um atendimento, no sentido assim... os instrumentos do Serviço Social, instrumentos técnicos... Agora como utilizar isso na intervenção em situação de violência, eu aprendi ao longo do tempo...(Assistente Social Clarice)

Contribuiu na medida em que me fez ter uma leitura de homem e de mundo, de teoria e de prática, que procuro seguir tanto no aspecto profissional quanto pessoal. A universidade te abre um leque de entendimento e a partir daí te dá o suporte para atuar. A prática vai validar ou não tudo aquilo que aprendemos no mundo acadêmico. Assim, não só na área da violência mais em todas as áreas é fundamental o suporte recebido. Porém, a busca pela qualificação deve ser constantes através de especializações, mestrados, doutorados, etc. (Assistente Social Madalena)

A maioria dos depoimentos apresentados ressalta a importância da formação continuada como condição necessária ao exercício da

profissão. Tais indicações reforçam um dos princípios fundamentais do Código de Ética profissional que reafirma o compromisso profissional com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. Ao fazer considerações sobre o tema de entrevista realizada para esta pesquisa destacamos narrativas profissionais que sublinham.

Se um pudesse fazer... ou alterar de alguma maneira esse estado de coisas que estão acontecendo hoje, eu diria que as Universidades, elas se preocupassem mais com a questão prática da profissão. Nós ainda estamos voltados, nossos estagiários, nossos profissionais que estão saindo da universidade, com uma teoria que está bem longe da prática. Acho que a Universidade deveria ter uma linha direta e maior com a política pública municipal. Que a gente pudesse fazer mais fórum de discussão. Que a universidade promovesse maiores discussões a respeito da política. Pra gente fazer um pouco essa discussão entre Universidade e Gestor e tudo mais. E o que eu vejo é que a Universidade se distancia cada vez mais da prática? Entendeu, e aí causa um desilusão muito grande aos profissionais que estão saindo agora e estão atuando. Ainda está com um discurso... Uma retórica além do que a gente vive hoje, entendeu? E outra coisa os profissionais tem que se capacitar mais... O que eu vejo é que as pessoas fazem à crítica e não correm atrás pra pensar em engrandecimento da profissão. Hoje os profissionais têm que saber de tudo um pouco, mas a maioria dos profissionais que eu encontro e que agente participa das reuniões, ainda estão muito bitolados naquele viés da política. Se eu só trabalho com a violência, eu só tenho que entender da violência, se eu só trabalho com habitação... Mas eu acho que tem mais envolvimento entre as políticas públicas, os profissionais teriam que ter mais envolvimento. Tenho certeza que assim agente vai poder se resguardar mais enquanto profissional. (Assistente Social Madalena)

A atuação profissional no enfrentamento da violência, assim como no enfrentamento das demais expressões da questão social, requer a construção de competência profissional, entendida como a articulação das dimensões, técnica, ética e política, dimensões estas indissociáveis de um fazer profissional prático-crítico. De tal modo, a construção de tal competência constitui-se em um processo que se não finda na graduação, uma vez que é construída cotidianamente, como salienta Rios (2004, p. 79),

A competência não está estabelecida de uma vez por todas. Não é algo estático, na qual se deva ajustar o comportamento dos indivíduos, em um modelo prescrito num Código. Ela é construída cotidianamente e se propõe a um ideal a ser alcançado. Pode-se constatar isso quando procuramos, em qualquer espaço de atuação profissional, fazer um elenco de características “definidoras” da competência, uma espécie de concretização do *fazer bem* para cada categoria profissional. Descobrimos que se trata de um conjunto de requisitos que não fazem parte em sua totalidade do desempenho dos indivíduos. Entretanto, verificamos que *podem fazer* – e sua possibilidade é verificada na própria realidade. Se existem um real como possibilidade pode vir a se tornar no futuro, na prática concreta dos profissionais. Assim, vamos *nos tornando* competentes, realizando o ideal que atende as exigências – históricas sempre - do contexto que atuamos.

Na fala da profissional Maria é relevante a questão teoria e prática e embora a assistente social considere importante essa relação, pontua desafios para o enfrentamento da questão.

Como que ela contribuiu? Eu acho que tu traz muito da teoria para prática, mas tu tem que fazer uma análise... tu acha que tu vai chegar na prática e tu vai colocar tudo que tu viu na faculdade, parece que tu vai pegar aquele modelo dos textos, dos livros e vai colocar na prática, e na verdade não é assim, não acontece dessa forma. Então eu acho que muita coisa eu tive que rever da faculdade, muita coisa mesmo, e na

prática eu aprendi mais do que na teoria. Então é uma coisa que você deve sempre buscando, sempre voltando, para tu não fugir do que a academia ensinou, porque eu acabo me perdendo, aí eu tenho que voltar para teoria para não fazer como vinha sendo feito há tantos anos, para romper com essa lógica. Mas tem momentos que é bem difícil tu colocar a teoria em prática, é bem complicado. (Assistente Social Maria)

Forti e Guerra (2010, p. 5) nos auxiliam a enfrentar esta questão ao apontar:

[...] cabe esclarecer que a idéia de que “na prática a teoria é outra”, se sustenta basicamente, na concepção de que a teoria tem possibilidade de ser implementada na realidade social e/ ou tem a capacidade de dar respostas imediatas para suas questões.

As autoras consideram que o falso dilema teoria/ prática está imbricado a uma racionalidade que parte como premissa de que o valor da teoria está condicionado exclusivamente a sua capacidade de responder imediatamente à realidade, o que demonstra excessiva preocupação com resultados. Como sustentam Forti e Guerra, a prática por si só não é capaz de suscitar saber, ela precisa ser guiada por fundamento teórico que lhe confira sustentação. Apenas a partir da permanente e dialética articulação entre teoria e prática é possível realizar a práxis profissional.

Konder nos auxilia no debate ao se dedicar ao estudo da práxis.

A práxis é atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva, e para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmo. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais conseqüente, precisa de reflexão; a teoria que remete a ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-o com a prática (KONDER, 1992, p. 115).

Tais indicações nos levam a pontuar que as respostas do assistente social diante de situações de violência precisam ser

construídos a partir da práxis profissional, investida de capacidade criadora, fato que está condicionado à superação do falso dilema teoria versus prática.

3.3. Terceiro Eixo Analítico: respostas profissionais do assistente social diante das demandas de violência contra criança e adolescente: limites e possibilidades

Com o intuito de atingir os objetivos propostos por este estudo, seguimos dialogando com os assistentes sociais participantes da pesquisa, sobre suas percepções acerca da contribuição da intervenção do assistente social no enfrentamento da violência.

Para tanto, o Terceiro Eixo de Análise está articulado a partir de duas categorias que guiam a nossa lógica de argumentação: a) as percepções dos assistentes sociais acerca da contribuição de sua intervenção no enfrentamento da violência contra criança e adolescente; e b) desafios para intervenção profissional do assistente social diante das demandas de violência contra criança e adolescentes.

As percepções dos assistentes sociais acerca da contribuição de sua prática profissional para enfrentamento da violência contra criança e adolescente

Na perspectiva de nos aproximarmos das respostas profissionais quanto ao enfrentamento da violência, buscamos, através da narrativa das assistentes sociais, apreender as percepções acerca da contribuição da intervenção profissional neste campo de atuação.

Os depoimentos da assistente social Luciana e Anita consideram que a leitura crítica da realidade e a percepção ampliada acerca dos fenômenos sociais, entre eles a violência, consiste em uma importante contribuição da profissão para enfrentamento das manifestações dessa questão social.

Ela (a profissão) contribui porque tem esse olhar do todo. Hoje a gente não consegue separar a violência da família, da sociedade. [...] eu acho que o Serviço Social, esse terceiro olhar, que é importante, aguçar e despertar. E a gente tem

todos os atributos e habilidades para fazer entrevista, para fazer prevenção, divulgar. Acredito que o Serviço Social é essencial para essas, e para outras questões que são ligadas ao social. (Assistente Social Luciana)

Eu acho que pela própria forma de ver as coisas. Eu acredito que entra muito a especificidade, do assistente social. Eu acho que a gente [...] buscou o curso (de graduação) é porque a gente busca fazer algum tipo de diferença na sociedade, porque você tem esse olhar diferenciado [...]. Eu acho que a tua formação contribui muito para isso. Que não poderia ser qualquer profissional, não poderia ser um administrador de empresas, que não teve essa formação toda, com matérias que a gente estudou. Psicologia I, psicologia social II, a história de família, criança e adolescente [...]. Os profissionais capacitados para isso, são os assistentes sociais, psicólogos e pedagogos também. Essa área humana que é voltada para esse outro olhar, esse olhar diferenciado (Assistente Social Anita)

Deste modo, as assistentes sociais supracitadas argumentam como contribuição importante do Serviço Social neste campo sócio-ocupacional a busca em apreender a realidade a partir de uma perspectiva de totalidade. A assistente social Luciana considera ainda, que a habilidade no manuseio de certos instrumentos, também favorece a intervenção profissional neste campo de atuação. Ademais a assistente social Anita avalia que a formação profissional oferece elementos importantes à prática profissional em situações de violência.

Como vimos discutindo neste estudo, consideramos que o processo de descortinamento da realidade não é um processo simples, sobretudo, porque a lógica que predomina este modelo de sociabilidade, afeta também as políticas sociais: é a lógica da fragmentação, de respostas imediatas e de caráter focalizado. Assim, visões sobre a violência descoladas do sentido histórico social, remetidas à responsabilidade, meramente individual, tornam-se funcionais à racionalidade hegemônica pela qual são construídas as respostas aos problemas sociais.

Nesse sentido, e se não estivermos atentos no processo de apreensão da realidade, apreendendo a violência a partir de seu caráter sócio-histórico, tendemos a reproduzir essa racionalidade, que de forma direta ou indireta corrobora à manutenção de situação violentas. Dessa forma, a ação profissional prescinde de uma postura investigativa que procure compreender os nexos dos fenômenos sociais como condição necessária para a construção de respostas profissionais emancipadoras.

Entretanto, uma leitura crítica da realidade por si só, não dá conta de enfrentar os desafios que são colocados à profissão diante das requisições que lhe são direcionadas, sobretudo porque o Serviço Social possui caráter interventivo. Como pondera Konder (1992, p. 123):

O sujeito só pode se libertar das armadilhas de uma continuidade hipostasiada se assumir uma postura crítico-prática que lhe permita identificar as rupturas necessárias e ajudá-las a se concretizar.

Portanto, além da postura investigativa diante da realidade, o profissional precisa empreender em seu processo de trabalho práticas criadoras, seja na execução, planejamento ou gestão das políticas sociais. Práticas capazes de negar soluções superficiais às distintas expressões da questão social. Dessa forma, o fortalecimento da competência profissional, composta pela articulação de dimensões técnicas, éticas e políticas (RIOS, 2006), é indispensável, sobretudo, em cenários em que se opõem os princípios e valores neoliberais, negadores de direitos. Assim sendo, ao identificarem a necessidade de leitura ampliada da realidade, as assistentes sociais, sujeitos da pesquisa, reconhecem o caráter ampliado dos fenômenos sociais a partir dos quais irão construir/reconstruir seu processo de trabalho.

Clarice, além de apontar que a atuação profissional subsidiada por uma leitura ampliada de realidade ao referir-se à contribuição do assistente social no enfrentamento da violência, sublinha o compromisso da profissão com ampliação e consolidação de direitos.

Eu penso que a nossa contribuição é exatamente desfocar a violência doméstica de uma atuação pontual entre pais e filhos, ou entre responsáveis e filhos. Entre pessoas que convivem num ambiente e que empreende a violência contra outras pessoas. Mas, ampliar no sentido de que ela é uma violência construída historicamente,

socialmente, culturalmente na sociedade. Para que a gente não fique exatamente focado nesse tema em si, e reduza tudo a agressão de um adulto contra uma criança. Eu acho que à medida que a gente amplia e vê essa família como um sujeito de direitos; que tanto esse pai, como essa criança precisam de proteção, a gente vai em busca disso, e pode garantir uma mudança talvez de pensamentos, de consciências, onde adulto pode parar, romper o ciclo de violência. Que essa criança também não se torne um sujeito violento no futuro, ou com seus filhos, ou em outras violências. Porque a gente tem que assegurar direitos, assegurar que sejam todos sujeitos. E que eles possam ter acesso a condições que possibilitem se entender como pessoa, como cidadão. Buscar a garantia direitos, do trabalho, da educação, de saúde que é o que a gente tem muito precariamente na nossa sociedade. E que muitas vezes leva com que essas situações continuem ocorrendo de forma tão freqüente. Talvez nunca se extinga a violência, mas que ela se torne mínima possível. Índices mínimos para gente possibilitar acessos. (Assistente Social Clarice)

Como pontuado no primeiro eixo analítico, significativa parcela dos usuários do serviço de enfrentamento da violência vivenciam condições concretas de privações, e tal fato não pode ser desconsiderado. Deve se constituir como dado de realidade imprescindível para a construção de estratégias de enfrentamento da violência e das demais expressões da questão social que afetam o usuários desta política social³¹.

³¹ Apesar de vislumbramos que o enfrentamento da violência deve se dar a partir principalmente do acesso aos direitos, como discutido ao longo desse trabalho, não isentamos os sujeitos violadores (seja ele Estado, as organizações não governamentais ou membros familiares) da responsabilização por atos e ações violentas que culminam na coisificação do outro. A responsabilização consiste em um eixo importante para quebra dos ciclos da violência, seja como uma das formas de reparar o direito violado, seja como forma de combate a impunidade, que alimenta os circuitos de violência. Aliás, o próprio Plano Nacional de enfrentamento Violência Sexual Infanto-Juvenil, por exemplo, estabelece um conjunto de diretrizes para a luta contra a violência sexual que afeta a criança e o adolescente, apresentando seis eixos estratégicos, entre eles há o eixo de defesa e responsabilização. Entretanto, como também indicado pelo Plano, embora, não possamos prescindir da perspectiva de responsabilização, ela por si só não dá conta de dar resposta a este complexo fenômeno social.

Em um serviço público onde as demandas aparecem como manifestações da violência, em que os sujeitos são agudamente coisificados, pergunta-se: como prever, captar e priorizar demandas na direção de assegurar aos usuários dessa política, *status* de sujeito ético, sujeito de direitos? Como podemos apreender nas expressões da realidade, onde se desenvolve o trabalho do assistente social, possibilidades de ações que dêem materialidade aos objetivos profissionais? Como agir na direção de viabilizar ao usuário condições objetivas para que se reconheça, e seja reconhecido enquanto sujeito de direito? Essas e tantas outras questões desenhadas e redesenhadas no cotidiano do fazer profissional exigem respostas profissionais consistentes, que só pode ser possível através do aprofundamento teórico, da habilidade técnica, e do compromisso com a materialização do projeto ético-político, em um contexto avesso à garantia de direitos humanos e sociais.

Evidentemente tal tarefa não é fácil, uma vez que requer apreender a realidade de forma crítica, reflexiva de modo a construir respostas profissionais em contextos tensos. Para tanto, o enfrentamento das diferentes manifestações da violência requer do assistente social clareza das condições em que se inscreve a atuação profissional, para assim decifrar as demandas, construir seus objetivos, instrumentos e técnicas de trabalho, de modo que o espaço da política social de enfrentamento da violência se constitua em um espaço da não-violência, num espaço democrático e de potencialização de sujeitos éticos, de sujeitos de direitos. E não um espaço capaz de controlar e adaptar comportamentos, de moldar subjetividades, mas da defesa da universalidade de acesso aos bens e serviços, aos direitos humanos e sociais. Nesta medida, Guerra (2000) assinala a relevância da instrumentalidade do Serviço Social, como possibilidade de resgatar a natureza e a configuração da política social, como um espaço que atribui forma, conteúdo e dinâmica ao exercício profissional.

Na continuidade do diálogo realizado com os profissionais participantes da pesquisa, a declaração da assistente social Madalena destaca também a contribuição do assistente social no que se refere à efetivação de direitos, e levanta a questão da responsabilidade do assistente social tendo em vista as decisões que este profissional pode

tomar em seu processo de trabalho, e que incide diretamente sobre os usuários do serviço.

O assistente social tem papel fundamental na questão da efetivação dos direitos. É um profissional que tem uma grande responsabilidade, pois ele faz o atendimento, o levantamento dos fatores de risco, dos fatores de proteção e indica as medidas de proteção adequadas. Assim, temos um “poder” (às vezes pouco avaliado pelos próprios profissionais) de modificar totalmente a vida das pessoas. A partir das nossas intervenções, pautamos decisões judiciais, exemplos: crianças serão afastadas da convivência familiar, serão adotadas, os pais sofreram processos. Mas, ao mesmo tempo estaremos salvando inúmeras vítimas de violências cruéis, abusos sexuais, entre outros. Podemos contribuir para o fortalecimento dos vínculos, para mudanças de padrões sociais violentos, etc. O papel social da nossa profissão é extremamente complexo e necessário dentro do atual momento histórico mundial. (Assistente Social Madalena)

Como já apontamos, anteriormente, neste espaço sócio-ocupacional o assistente social por vezes tem como ponto de partida de sua ação certas manifestações de violência contra a criança e o adolescente. Em dadas circunstâncias ao se deparar com situações de sofrimentos, de dor, de risco, é chamado a tomar decisões que vão influir significativamente na vida de diferentes sujeitos. Nesta perspectiva perguntamos: Como fazer com que as decisões profissionais não se esgotem nelas mesmas? Como fazer com que “escolhas” ou “decisões” não se tornem escolha de Sofia³², e sim se constituíam como parte de um processo de trabalho, que consiga avançar na luta contra a violência? Como fazer com que estas decisões não (re) alimentem os ciclos de violência? Tais questões perpassam o cotidiano profissional e

³² Trata do dilema de "Sofia", uma mãe polonesa, filha de pai anti-semita, presa num campo de concentração durante a Segunda Guerra e que é forçada por um soldado nazista a escolher um de seus dois filhos para ser morto. Se ela se recusasse a escolher um, ambos seriam mortos. Styron, William. A escola de Sofia. 3.ed. Trad. Vera Neves Pedrosa. Rio de Janeiro: Record, 1979.

desafiam os assistentes sociais na construção de respostas que caminhem na direção da ampliação e consolidação de direitos.

A realidade, na qual o assistente social atua e da qual faz parte, exige uma postura permanente crítica e autocrítica na perspectiva de superar comportamentos reprodutores da violência. Como argumentam Paiva e Sales (2007, p. 185),

A possibilidade de romper com esse conservadorismos, justificador da desigualdade, acena para uma permanente crítica e autocrítica aos comportamentos e pensamentos reprodutores do paradigma da crueldade e da desumanização. Trata-se de empreendermos uma recusa e um combate nos espaços institucionais e nas relações cotidianas, diante de tantas situações que ferem a integridade dos indivíduos e que os submetem ao sofrimento, à dor física e à humilhação. Como contraponto a essa lógica, da perversidade e da omissão, os assistentes sociais devem se imbuir, pelo que Código de Ética sinaliza, de um espírito e de uma postura assentados numa cultura humanística e essencialmente democrática.

Entretanto, o cenário de desemprego ou subemprego, de fome, de impunidade generalizada, de morosidade do Judiciário, de corrupção, de encolhimento de investimentos sociais, torna cada vez mais desafiador a luta pelos direitos humanos. Deste modo, estratégias teórico-metodológico e ético-políticas devem ser construídas na contra-mão dos valores e da racionalidade que se sustentam e estruturam atos e ações de violência. E nesse sentido, a funcionalidade da profissão neste campo de atuação específico, os objetivos e instrumentos profissionais, assim como os resultados da prática profissional devem ser submetidos à permanente reflexão, para que as ações profissionais não sejam também reprodutoras de violência.

Como salienta Yolanda Guerra (2000),

Pela instrumentalidade da profissão, pela condição e pela capacidade de o Serviço Social operar transformações, alterações nos objetos e nas condições (meios e instrumentos), visando alcançar seus objetivos, vão passando elementos progressistas, emancipatórios, próprio da razão dialética. Pressionado a profissão, tais forçar

progressistas (internas e externas) permitem que a profissão reveja seus fundamentos e suas legitimidades, questione sua funcionalidade e instrumentalidade, o que permite uma ampliação das bases sobre as quais sua instrumentalidade se desenvolve (GERRA, 2000, p. 61).

Deste modo, a permanente reflexão sobre a instrumentalidade da profissão em dado espaço sócio-ocupacional consiste em medida necessária para atuação no enfrentamentos da violência, possibilitando a profissão qualificar para novas competências, novas legitimidades no interior desse campo atuação.

A declaração da assistente social Cora revela que, por meio das competências teórico-metodológico e técnico-operativo, o Serviço Social contribui no espaço do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE buscando a “mudança” na situação de violação de direitos, através, principalmente, do trabalho realizado junto às famílias.

O Serviço Social [...], acho que ele tem um papel de estar trabalhando em cima das garantias de direitos, com referencial teórico e os instrumentos do Serviço Social, estar intervindo para que haja uma mudança na situação de violação de direito. Principalmente mostrar a importância dessa reflexão, dessa garantia de direitos, não impor uma coisa, não trabalhar com a família de uma forma imposta, mas construir junto com a família. A questão de eles (usuários) entenderem a garantia de direitos. O porquê é importante estar participando de um programa de atendimento. Para que aquilo possa trazer ganhos. (Assistente Social Cora)

Como vimos no primeiro eixo analítico desta seção, a maioria dos assistentes sociais entrevistados entende a violência como a violação de direitos. A maioria dos profissionais destaca que a superação de tais violações se dá via acesso ao direito. Entretanto, os assistentes sociais manifestam posições distintas sobre o que consideram como violação de direito, bem como sobre as formas do enfrentamento da violência que afeta seu campo sócio-ocupacional.

A profissional Cora entende que o assistente social, ao voltar sua intervenção para as famílias destinatárias da política social, está contribuindo no enfrentamento da violência, na medida em que favorece a constituição de espaços de reflexão sobre o acesso e a garantia de direitos.

Tal declaração nos leva a supor que os espaços de atendimento, onde se dá a relação profissional/usuário, podem se constituir como espaços reflexivos de construção de conhecimentos e de transmissão de informações³³ sobre direitos humanos e sociais, fazendo parte do processo de fortalecimento dos sujeitos de direitos. O espaço do atendimento, quando garantidor de princípios como respeito, democracia, participação, podem representar vivências de relações sociais avessas ao autoritarismo, à opressão, tornando-se referência que se opõe à cultura da violência. Ademais, a partir destes espaços é possível se aproximar da realidade vivenciada pela população e captar as demandas que provem dela.

Entretanto, embora seja imprescindível garantir o espaço de atendimento individual e familiar no enfrentamento das diferentes manifestações de violência, outras estratégias devem ser construídas na perspectiva de alargar a possibilidade de acesso aos direitos humanos e

³³ Aliás, o artigo 5º do Código de Ética Profissional sublinha o acesso da informação como dever do assistente social e direito do usuário, demarcando que a informação e o conhecimento são mediações importantes para o acesso aos direitos.

Artigo 5º - São deveres do Assistente Social nas suas relações com os usuários:

- a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais resguardados os princípios deste Código;
- c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- d) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro áudio-visual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h) esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional;

sociais, e de modo a enfrentar diferentes manifestações da violência. O que queremos dizer é que os atendimentos, como uma das diversas estratégias de enfrentamento da violência, não pode ter fim em si mesmo. Este espaço consiste ponto de partida e também de chegada da ação profissional, e é parte de um processo que envolve diversos atores, diferentes áreas do saber, distintas instituições e um realidade bastante complexa.

Nesta perspectiva, os assistentes sociais por meio de suas competências profissionais podem lançar mão ainda de outras estratégias que contribuam para a ruptura de circuitos de violência. O campo da política social nos permite explorar a realidade que nos cerca e da qual fazemos parte. Por meio da competência profissional é possível construir novas possibilidades. No campo institucional, a coletivização das demandas consiste em uma das medidas fundamentais para o enfrentamento da violência. Nesta dimensão, as denúncias de violação de direitos, por exemplo, revelam-se como ponto de partida importante para a ação profissional.

O desvendamento da realidade que está por de trás das denúncias de violação de direitos, por exemplo, podem oferecer informações e dados que possibilitem a construção de conhecimentos acerca das demandas apresentadas à instituição. Tais demandas, como já mencionadas ao longo deste trabalho, devem ser reconstruídas através da competência profissional e podem viabilizar a formulação de programas, projetos e ações que dêem respostas qualificadas à violência que afeta crianças, adolescentes, suas famílias e a comunidade a qual pertencem.

Ainda no campo institucional rotinas e fluxos de atendimento podem ser submetidos a um processo de reflexão, podendo ser repensados no sentido de qualificar os serviços prestados e ampliar possibilidade de acesso da população aos serviços. Colocar em discussão se procedimentos, normas e rotinas institucionais problematizando se estão favorecendo ou não para o acesso e garantia de direitos dos usuários da política social, também consiste em uma estratégia de enfrentamento da violência.

Entre uma série de medidas, destacamos como fundamental a participação dos profissionais e usuários junto aos Conselhos de Direitos, principalmente os Conselhos de Assistência Social³⁴ e

³⁴ Recentemente o Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis por decisão de seus representantes, tanto da sociedade civil, como governamental, (com protagonismo de diferentes categorias profissionais entre elas o Serviço Social) desconvencionou instituição não-

Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, tendo em vista que estes espaços, embora travem também disputa de interesses, podem se constituir como campo de luta coletiva no enfrentamento da violência que afeta crianças, adolescentes e suas famílias.

A construção e o fortalecimento de relações inter-setoriais são imprescindíveis ao se tratar de violência. Pela complexidade que envolve tal questão social, apenas uma única política social não dá conta de oferecer respostas eficientes às diferentes situações de violência que chegam ao profissional neste espaço sócio-ocupacional. E neste sentido, o assistente social pode contribuir com suas competências técnica, ética e política, em processos de articulação com diferentes setores para garantia e acesso aos direitos da população usuária do serviço.

Ao considerar que a violência como um fenômeno social que produz e se reproduz nas condições sociais de existência, conforme argumentado na Seção 1, constata-se que o seu enfrentamento requer a busca de novos referenciais de sociabilidade. Evidentemente, uma profissão não pode mudar o rumo do movimento histórico, mas o Serviço Social como profissão que atua no campo da política social pode contribuir para construção um horizonte de novas possibilidades de consolidação de direitos.

Desafios profissionais diante das demandas de violência contra criança e adolescente

Ainda ao nos debruçarmos sobre os depoimentos dos assistentes sociais, procuramos captar os desafios colocados à prática profissional diante das demandas da violência. Nesta perspectiva entendemos que a identificação dos desafios colocados tanto no campo institucional quanto extra-institucional possibilita aos profissionais construir estratégias e projetar respostas no sentido de transpô-los, avançando assim, na luta pelos direitos dos usuários da política social.

A declaração de Cecília considera como um dos desafios colocados à prática profissional do assistente social neste campo sócio-ocupacional, a própria natureza da violência, dado sua complexidade. Aponta também que a fragilidade da rede de proteção confere desafios

governamental que foi alvo de denúncias de violação de direitos da criança e do adolescente e de dependentes químicos internados em suas instalações. Consideramos, que medida como estas representam avanços significativos no enfrentamento da violência com repercussão que se estende para toda a sociedade.

no combate à violência, assim como a falta de vontade política no empenho ao enfrentamento das diferentes expressões desse fenômeno social.

Eu acho que a própria violência já é um desafio. Porque trabalhar com violência não é fácil [...] Um desafio grande é o funcionamento da rede de proteção. Porque não é uma coisa sistemática, tem muitas brechas. Acho que não se tem vontade política para que se erradique a violência. Acho que os dois desafios maiores são esses, o funcionamento em rede e a vontade política. (Assistente Social Cecília)

No tocante à violência e suas diversas manifestações, podemos considerar que este fenômeno social representa grandes desafios, não apenas a diferentes profissões, mas, sobretudo ao Estado e a sociedade. Isso porque, como nos mostra Marx (1984), Adorno (1988), Chauí (1998), Minayo (2003) e Silva (2005) a violência está vinculada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. Assim, por mais particular que possam parecer os atos e as ações violentas, suas manifestações estão engendradas em dado modelo de sociabilidade. Buscar os nexos que corroboram para a incidência da violência e traçar ações que tenham como fundamento o reconhecimento destes atos ou ações, como parte de uma totalidade, representa um grande desafio, sobretudo em um tempo em que as expressões da questão social muitas vezes são apreendidas e enfrentadas como problema individual de caráter privado.

O assistente social, enquanto profissional comprometido com a liberdade, com a democracia, com a defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, não pode se abster da busca pelos nexos estruturantes que compõe as diferentes expressões da violência. Isso porque a identificação de tais nexos irá influir na construção de estratégias de enfrentamento das refrações desta questão social no campo contraditório e dinâmico da política social.

Como salienta Iamamoto (2008), as novas configurações da questão social na era das finanças têm como raiz a banalização, a descartabilidade e a indiferença perante o outro. O que corrobora com coisificação dos sujeitos sociais e, portanto, radicaliza diferentes expressões da violência.

Tal constatação reafirma que o trato das demandas apresentadas ao assistente social no interior da política social o desafia cotidianamente, pois, percorremos um tempo avesso à consolidação de direitos e ao fortalecimento dos sujeitos sociais. Nesta perspectiva, tal contexto exige dos profissionais de diferentes áreas, sobretudo das áreas humanas e sociais, investimentos constantes de modo que suas respostas à questão social não sejam aprisionados pelo burocratismo, pela fragmentação e pelo imediatismo. Recusar a esse aprisionamento requer o aprimoramento continuado da competência profissional, na articulação de suas dimensões éticas, técnicas e políticas, sendo mediação necessária no enfrentamento da violência. Dessa forma, identificar os desafios posto neste campo consiste em reconhecer a necessidade de avanço permanente no enfrentamento de expressões da questão social, entre elas a violência, que é multifacetada e que se supera cotidianamente.

Cecília, ao levantar a fragilidade da rede de proteção à criança e ao adolescente, demarca os desafios à implementação do Sistema de Garantia de Direitos, inaugurado com Estatuto da Criança e do Adolescente. Os pressupostos eleitos pela política da infância na atualidade exigem um Estado robusto (MARQUES 2008), contudo, o projeto neoliberal impõe condicionantes que fragilizam as respostas oferecidas pelas políticas sociais frente às diferentes expressões da questão social.

A focalização das políticas sociais; a mercantilização de serviços sociais; a refilantropização das respostas às demandas apresentadas pela população infanto-juvenil (MARQUES 2008) representam refrações de um Estado Mínimo, constituindo da lógica empreendida pelo capital em sua fase mais madura. Dessa forma, as respostas oferecidas pela rede de proteção à população infanto-juvenil, freqüentemente são parcializadas, emergenciais, destituída por princípio de universalidade, e fazem parte dessa lógica, colocando aos profissionais de diferentes áreas recorrentes obstáculos na busca pela consolidação dos direitos sociais. A coletivização das demandas, o fortalecimento coletivo dos profissionais, assim como dos usuários dos serviços, pode constituir-se como algumas das medidas de articulação da rede de atendimento em diferentes níveis, possibilitando colocar na cena pública requisições para a formulação e qualificação de serviços sociais fundamentais.

A assistente social Cecília cita ainda como ponto desafiador a “*falta de vontade política*” de empreender medidas de enfrentamento da violência. Como salientou Yazbek (1999) as políticas sociais

respondem, apenas, em parte das demandas apresentadas pelos usuários, sendo que neste espaço contraditório ocorre tanto o controle dos sujeitos, como também ocorre a luta por direitos. Para Netto (2006, p. 29),

[...] é que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. E que este processo é todo tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dinamizar em toda a ordem societária.

Portanto, a tensão, o conflito, a disputa entre projetos divergentes estão presentes no campo da política social. Deste modo, a ampliação e consolidação de direitos vão receber influência também dos resultados desse jogo de forças que se opera no interior dessa política. Assim, a leitura de tais condicionantes é fundamental a uma prática profissional emancipadora, uma vez que possibilita identificar os limites e possibilidades que se inscrevem no campo de atuação profissional.

A assistente social Antonieta considera como desafios colocados para o enfrentamento da violência, a formação de profissionais propositivos, pesquisadores e criativos que se envolvam não só na execução das políticas sociais, mas, sobretudo, no seu planejamento. A entrevistada ainda valoriza a organização coletiva da categoria como forma de enfrentamento dos desafios colocados à profissão. Ressalta também que a estrutura institucional apresenta dificuldades ao exercício profissional, acarretando consequências na qualidade dos serviços prestados às famílias.

Eu acho que o desafio é romper com o que tá posto... O desafio é ser aquele profissional mais pesquisador e criativo. Nós somos os carinhas, [...] que muitas vezes assinamos o cheque. Os prefeitos precisam dos assistentes sociais para assinar por eles, para executar a política pública. Mas eu acho que os desafios é a gente não estar só na execução, mas no planejamento também, estar no pensar a política pública. Para quem é? Como é? Para o que é? Óbvio que isso é macro, e

nós não vamos salvar o mundo, mas os desafios é ser mais propositivo, pesquisador. Tem pouca pesquisa na área do Serviço Social sobre as questões mais macro na área da violência, a violência não é só isso que está aqui, a violência são várias coisas[...]. E eu acho que os desafios são estes mesmos, para romper com essa estrutura é a união da categoria [...]. Brigando nos conselhos, formando um sindicato, por que não? [...] Nós mesmos como profissionais sofremos a violência... Existem outras coisas também para se brigar, por melhores estruturas, por exemplo, porque não tem como eu atender 25 famílias de uma forma adequada se eu não tiver estrutura. Isso também é uma violência! E não é uma violência só pra mim, mas principalmente para a família [...]. (Assistente Social Antonieta)

Como apontado neste estudo, as condições objetivas em que se realiza o exercício profissional influem tanto no processo de trabalho do assistente social, como nos seus resultados. Isso porque o assistente social não atua sobre a realidade, mas na realidade, fazendo parte dela (IAMAMOTO, 2003). Dessa forma, o caráter residual das políticas sociais próprio do projeto neoliberal afeta todo o processo de trabalho do assistente social. O que requer o fortalecimento das competências profissionais de modo a oferecer respostas consistentes e qualificadas diante do contexto paradoxal onde se realiza a prática profissional. Para tanto, a atitude investigativa, questionadora, assim como a sistematização e operacionalização de dados da realidade são fundamentais no sentido de tentar transpor as dificuldades oferecidas por este campo sócio-ocupacional.

Corroboramos com o depoimento da assistente social Antonieta quanto à necessidade de articulação da categoria na perspectiva de avançar na luta pelos direitos. Entretanto, essa articulação deve estar também aliada à luta dos demais trabalhadores conferindo, assim, fôlego maior diante dos embates colocados em cena.

Como já mencionado neste estudo, além da execução das políticas sociais, é necessário ao assistente social empreender-se na gestão e formulação de tais políticas, reconhecendo este espaço como campo legítimo e estratégico de atuação profissional.

A assistente social Clarice argumenta que um dos desafios profissionais, para o enfrentamento da violência, localiza-se na

dificuldade do serviço oferecer respostas às necessidades materiais das famílias, usuárias do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

[...] Então eu acho que o maior desafio é esse enfrentamento institucional que a gente tem que fazer todo o dia, para poder continuar trabalhando. Continuar tentando fazer diferente do que se pregoa, do que se quer. Trabalhar sem recursos, porque a gente trabalha em grande parte com famílias desprovidas de todas as condições financeiras, de educação. A gente não tem o que oferecer para ela, e isso é um desafio grande. É conseguir fazer um trabalho, para que a família se mobilize para alguma mudança, sem que ela tenha nenhum ganho material, que vai realmente influenciar para ela e mudar a suas condições. Então a família tem que fazer por ela mesma, ela tem que fazer porque ela vai conseguir perceber que é importante ela tratar bem a criança, deixar de ter ações de violência a partir só do nível da consciência. Mas, do nível material, no nível dos recursos a gente não contribui com nada... E o que muitas vezes influencia para que a violência ocorra é exatamente essa falta de recurso, de materiais para ela prover seus filhos. Então são esses alguns dos desafios [...]. (Assistente Social Clarice)

Como já citado neste estudo, dados apontam que a renda familiar de grande parcela das famílias usuárias do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, é inferior a 3 (três) salários mínimos. O que revela privações nas condições materiais dos destinatários deste serviço. Dada a racionalidade que assume as políticas sociais, no contexto do Estado Mínimo, fica cada vez mais evidente o caráter focalizado e de poucos recursos destinados ao campo do social. Ao destacar “*a família tem que fazer por ela mesma*”, Clarice denuncia o caráter individualizante que perpassa a política social.

[...] o mecanismo pelo qual o Estado burguês no capitalismo monopolista converte as refrações da

“questão social” em *problemas sociais*. É com esta conversão que se opera o ressituar do *ethos* individualista, que emerge paradoxalmente fortalecido: o que escapa à consequência da ação pública torna-se-lhe o campo privilegiado de vigência. É assim que as condições que o macro do monopólio estabelece para a intervenção sobre os problemas sociais não destroem a possibilidade para enquadrar os grupos e os indivíduos sociais por eles afetados numa ótica de *individualização* que transfigura os problemas sociais em problemas pessoais (privados) [...]. (NETTO, 2006, p. 36)

A recusa por essa racionalidade é condição fundamental para o enfrentamento da violência. E o assistente social, como um profissional que ocupa espaço privilegiado no campo da política social, tem o papel de realizar uma leitura crítica da realidade de forma que suas ações não corroborem com a lógica de individualização dos problemas sociais.

Ainda ao tratar dos desafios profissionais, as assistentes sociais Clarice e Anita sinalizam que a complexidade que envolve o enfrentamento da violência requer a garantia de suporte emocional dos próprios profissionais que atuam neste campo. Ademais, citam também como desafio no enfrentamento da violência, a necessidade de aprimoramento permanente, nem sempre valorizado pelas instituições contratantes.

Outra questão é a questão da capacitação que a gente não tem, ao longo do tempo, já há muito tempo, a gente não recebe nenhuma capacitação, nenhuma formação para estar atendendo essas situações. O técnico tem que buscar sozinho, não vem nada da instituição para gente em nível de formação, de capacitação. A gente trabalha com as situações extremamente difíceis que mexem emocionalmente, que abalam, a gente também tem que resolver sozinho, não tem nenhum profissional de apoio, nenhum profissional que possa dar uma supervisão [...]. Então tudo o que vem da demanda do trabalho, o técnico é que tem que dar conta e resolver. Esse é um desafio constante, tu persistir com uma demanda de trabalho extremamente difícil, buscando

alternativas, estratégias sem ter um suporte que possibilite ampliar a visão, e estar bem emocionalmente. (Assistente Social Clarice)

[...] Acho que é uma demanda bem difícil, que não é qualquer um que consegue trabalhar muito tempo nessa área [...]. E outro desafio é sempre estar em constante estudo. Não parar porque a dinâmica a da violência que está sempre em transformação. Então você sempre deve procurar se apropriar [...]. (Assistente Social Anita)

Ao tratar de um campo sócio-ocupacional que envolve demandas extremamente complexas, freqüentemente, os profissionais acabam sofrendo com a ocorrência de doenças sócio-ocupacionais³⁵. Deste modo, medidas de prevenção de tais ocorrências são fundamentais para manter a qualidade do exercício profissional desses trabalhadores. Por seu turno, a organização coletiva destes profissionais na luta por melhores condições trabalho pode constituir-se como mediação importante para o enfrentamento da violência, uma vez que tais condições refletem diretamente na qualidade dos serviços prestados.

A capacitação continuada, como mencionada anteriormente, também é condição necessária para a excelência do exercício profissional. Considerando, sobretudo, que a realidade na qual o assistente social atua é dinâmica, e provoca-o cotidianamente. Infelizmente poucos são os espaços sócio-ocupacionais que se preocupam em oferecer ou estimular o aprimoramento intelectual de seus trabalhadores por meio de cursos de diferentes naturezas. Entretanto, este fato não deve imobilizar o profissional na busca pelo conhecimento, já que sem o conhecimento de teorias, técnicas, legislações, o trabalho do assistente social perde sua particularidade, sendo esvaziado de sentido.

Além da falta de investimento na capacitação profissional e da fragilizada rede de atendimentos, a assistente social Maria aponta como

³⁵ Encontramos em Cabral (2004), referências quanto a ocorrência de doenças sócio-ocupacionais junto aos profissionais que atuam no atendimento a situações de violência. CABRAL, Maria Fernanda. **Manter a qualidade de vida enquanto se luta para ganhar vida:** a vulnerabilidade dos técnicos do projeto Acorde à síndrome de burnout. (Trabalho de Conclusão de Curso). UFSC, 2004.

desafios neste campo de atuação, a defasagem de trabalhadores. Já a assistente social Anita pontua que a forma de sua vinculação à instituição interfere de certa forma na prática de seu exercício profissional.

Falta de profissionais, pouca oportunidade de qualificação, a rede ainda não é uma rede eficaz [...]. (Assistente Social Maria)

Lidar com a gestão, acho que isso também é bem importante, ainda mais nós que somos contratadas.[...]. Esse cuidado com a gestão, e acho que tentar da melhor forma, não se comprometer também, mas não deixando de falar o que pensa, colocar o que acredita. Que seja melhor para atendimento daquelas famílias [...]. Porque a partir da gestão que a gente vai conseguir melhorar a forma de atendimento às famílias. (Assistente Social Anita)

Não apenas o número insuficiente de profissionais, mas forma de contratação, como vimos já mencionado nesta seção, assim como a rotatividade de trabalhadores, provocam a sobrecarga de trabalho e ocasionam entraves para o enfrentamento da violência. Outras pesquisas como a de Meurer (2006), Rech (2005) e Borba (2007), realizadas no âmbito deste serviço também fazem tal constatação. E estas condições influem sobre os resultados assim como sobre o próprio processo de trabalho do assistente social. Nesta medida, a precarização do trabalho, próprio da etapa amadurecida do capitalismo, incide também e de forma radical sobre o trabalho do assistente social. E considerar tais condicionantes é imperativo para compreender os limites e possibilidades da ação profissional.

Para a assistente social Madalena, a cultura da violência consiste em um dos grandes desafios a serem enfrentados pelos profissionais que atuam neste campo sócio-ocupacional. Da mesma forma, o investimento na prevenção da incidência da violência torna-se o ponto salutar para o enfrentamento do fenômeno social. Nesta linha de argumentação, salienta a importância de investimento na proteção social básica, enquanto possibilidade de assegurar os direitos fundamentais e, portanto, como forma de prevenção da violência. A assistente social Madalena considera que, atualmente, há mais investimento na proteção social especial, quando já há violação de direitos, se comparado com a

proteção básica. Considera que outro desafio que deve ser transposto refere-se ao grau de importância conferida à Política de Assistência Social por parte dos gestores.

Existem vários desafios que acabamos enfrentando no dia a dia. Um desafio muito grande é mudar essa cultura e essa concepção de violência como uma forma pedagógica de educar. Outro desafio é trabalhar muito com a questão da prevenção. Prevenção é fundamental. Outro fator é que o assistente social tem que ficar muito atento sobre a questão da proteção básica³⁶. A família que foi atendida, lá na proteção básica, que tem seus direitos fundamentais assegurados, ela tem muito mais potencial de resolutividade de seus problemas e não cair na proteção especial. No município de Florianópolis atuamos muito mais na proteção especial, porque não foi feito um trabalho de base. Quer dizer só se investia na questão do direito violado e não nos direitos fundamentais do cidadão, e hoje a grande gama de atendimento, fila de espera acontece exatamente porque não foi trabalhado essa questão. Temos também o desafio que é a conscientização dos gestores sobre a importância da política de Assistência Social. (Assistente Social Madalena)

Nesta perspectiva, o depoimento apresentado pela assistente social Madalena, reafirma as considerações de Marques (2008), isso porque a autora considera que a estratégia de focalização faz com que seja dirigida atenção apenas quando agudizada a violação de direitos, não havendo por outro lado o compromisso com princípio de universalização. Desta forma, muitos serviços sociais acabam por focar

³⁶ A Política Nacional de Assistência Social, por meio de níveis de proteção social. Sendo que a proteção social básica tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É destinada à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e ou fragilização dos vínculos afetivos. A proteção social especial destina-se a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por decorrência de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medida sócio-educativas, situação de rua, de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004).

sua ação em questões emergenciais, não favorecendo efetivamente para mudanças na qualidade de vida da população usuária, sobretudo, no que se refere à consolidação de direitos já consagrados por nossa legislação. E como referenciamos nas seções anteriores, a violência assume ressonância significava nos contextos onde os direitos fundamentais estão fragilizados ou ausentes. Dessa forma, como apontado na narrativa de Madalena, há a necessidade de investimentos concretos no campo das políticas sociais, sobretudo em estratégias de caráter universalizante que favoreçam à efetiva consolidação dos direitos, para o fortalecimento dos sujeitos sociais, e, portanto, prevenindo a incidência de diferentes expressões da violência.

Assim, a narrativa tanto da assistente social Madalena, como de Clarice supõe que o rompimento com a violência perpassa o acesso aos direitos fundamentais que embora assegurados por leis, ainda, encontram grandiosos desafios para serem efetivamente materializados. Tais considerações revelam o Serviço Social como uma profissão que se inscreve no campo de luta em defesa e ampliação da cidadania, tem um papel importante no enfrentamento da violência e, portanto, no fortalecimento dos sujeitos sociais.

Dessa forma, os desafios colocados neste campo sócio-ocupacional, não estão dissociados do movimento posto por este modelo de sociedade que é estruturalmente violenta. A possibilidade de transpor tais desafios se faz em um processo de permanentes avanços e recuos e que, portanto, obedecem ao movimento sócio-histórico de lutas e de embates das quais o assistente social constitui-se em um dos atores.

Diante da apresentação dos resultados da pesquisa aqui referenciada, na qual se elegeu como objetivo central o estudo sobre a contribuição da prática do assistente social no enfrentamento da violência no contexto do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, dos municípios de Florianópolis/SC, São José/SC e Palhoça/SC, procederemos à apresentação das considerações finais. Tais considerações procuram estabelecer o nexo entre uma perspectiva sócio-histórico de violência e a prática profissional do assistente social no enfrentamento das refrações desta questão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrer o trajeto de pesquisa que elegeu como propósito a reflexão sobre a contribuição da prática profissional do assistente social no enfrentamento da violência que afeta a população infanto-juvenil e suas famílias, nos possibilitou tecer algumas considerações. Evidentemente, não temos a pretensão de que tais considerações sejam conclusivas, mas tão somente sejam capazes de suscitar reflexões e estimular a realização de novos estudos acerca do tema.

O percurso realizado nos possibilitou uma aproximação com a prática profissional do assistente social diante do enfrentamento da violência, nos permitindo reafirmar a exigência de excelência em todo o seu processo de trabalho. Contudo, a objetivação de uma prática profissional competente encontra obstáculos concretos, visto que é mediada por determinações que a condicionam, conferindo limites e possibilidades à ação profissional.

Um dos desafios colocados à prática profissional do assistente social consiste em apreender os nexos que envolvem diferentes expressões da questão social, entre elas, as diversas manifestações da violência. Fato que requer um esforço na superação de concepções que se limitam a tomar as distintas expressões da questão social como fatos isolados, desconexos do complexo social e descolados do contexto histórico. Dessa forma, a apreensão à categoria violência requer ultrapassar visões que tomam esse fenômeno social de forma naturalizada e/ou autonomizadas de fatores políticos, sociais, econômicos, culturais. Neste sentido, Marx (1844), Adorno (1988), Chauí (1998), Minayo (2003) e Silva (2008) nos auxiliam na compreensão da violência como um fenômeno social que se revela imbricado às determinações de dado modelo de sociabilidade.

Considerando que o assistente social ocupa espaço privilegiado no campo das políticas sociais, este profissional é também requisitado a oferecer respostas diante de distintas expressões da questão social que afeta a população infanto-juvenil, e entre elas, diferentes manifestações da violência.

É no espaço da política social que o assistente social desenvolve seu processo de trabalho e, em muitas circunstâncias, o objeto imediato de sua ação se apresenta por meio de situações de violência. Entretanto, tanto o objeto como o próprio processo de trabalho do assistente social é atravessado por múltiplas determinações. Portanto, a ação do assistente social ocorre em terreno dinâmico e contraditório, no qual o profissional

sistematiza dados da realidade, constrói e reconstrói seu objeto de intervenção, define seus objetivos profissionais e seus instrumentos de trabalho. Este processo de trabalho envolve dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, a partir das quais são construídas as respostas frente às requisições que são demandadas.

Ao buscarmos o significado atribuído pelo assistente social às expressões da violência que chegam como demanda da ação profissional no contexto do SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE, constatou-se, através das narrativas profissionais, que as manifestações de violência são entendidas como *situação ou estado de violação de direitos* da criança e do adolescente e de suas famílias.

Entretanto, observou-se que há diferentes entendimentos para definição de violação de direitos. Para alguns profissionais, essa noção de violação de direitos é considerada de forma bastante abrangente, como a falta de acesso aos direitos fundamentais, não só da criança e do adolescente mas também do grupo familiar a que pertence. Para outros, a concepção de violência é entendida também como a violação de direito; entretanto, tal violação é associada mais diretamente a algumas expressões específicas de violência, como a violência física, a sexual, a psicológica e à negligência, perpetradas freqüentemente, por um adulto. Diante da preponderância de declarações dessa natureza pudemos auferir que tais narrativas profissionais, ao dar destaque a estas específicas manifestações da violência, sinalizam de certo modo as demandas imediatas que são colocadas ao profissional no *lôcus* em que desenvolvem sua ação.

Tais demandas ao serem ressignificadas a partir da competência profissional, permitem o descortinamento dos nexos da questão social e a diferenciação entre as demandas profissionais e as demandas institucionais. De tal modo que essa ressignificação de demandas são necessárias a uma prática profissional emancipadora. Portanto, a ação profissional não pode abster-se de uma postura investigativa, como condição necessária para ultrapassagem do aparente. Alinhada a esta perspectiva, uma dada expressão da violência apresentada como demanda da atuação do assistente social, constitui-se como ponto de partida e ponto de chegada da ação profissional.

Outro aspecto demarcado nos depoimentos, referiu-se à definição dos objetivos profissionais do assistente social frente a expressões de violência. O discurso dos profissionais entrevistados revelou o compromisso firmado na consolidação dos direitos sociais, como forma

de enfrentamento da questão social. Entretanto, desafios são postos à materialização de tais objetivos, tendo em vista as condições objetivas de trabalho e a exigência por respostas imediatas e pragmáticas no trato dessa questão social.

No âmbito do exercício profissional do assistente social, constatou-se que a diferenciação entre os objetivos profissionais e institucionais é fundamental para uma prática profissional crítica. Da mesma forma, a clareza acerca das condições subjetivas e objetivas de trabalho corroboram no desvendamento dos limites e possibilidades de ação profissional no enfrentamento das diferentes expressões da violência.

Ao abordamos a questão dos instrumentos profissionais utilizados na prática do assistente social diante de expressões da violência, verificou-se nas narrativas, a presença de instrumentos consagrados pela profissão, como visitas domiciliares e institucionais, entrevistas, relatórios. Entretanto, dúvidas e incertezas de alguns profissionais foram evidenciadas ao tratar da identificação do que seria ou não instrumento de trabalho do assistente social.

Entendendo os instrumentos como parte constitutiva do processo de trabalho e potencializador da ação profissional (SARMENTO, 1994), a sua escolha deve estar vinculada aos objetivos profissionais para conferir, a eles, intelegibilidade. Ademais, o assistente social pode lançar mão de outros instrumentos, que mesmo não consagrados pela profissão, podem fazer parte de sua ação colaborando para o alcance de seus objetivos nas diferentes funções que ocupam no interior da política social. Por seu turno, a escolha por tais instrumentos, assim como a habilidade na sua manipulação, podem contribuir ou não no enfrentamento de dadas expressões da violência que se apresentam como demanda da ação profissional.

Ainda, ao abordarmos elementos da prática profissional no mencionado campo de atuação do assistente social, observou-se por meio dos depoimentos que alguns profissionais apresentam dificuldades de identificar os resultados de sua intervenção. Outros percebem os resultados de seu trabalho a partir das alterações ocorridas nas relações familiares, às quais se dirige sua ação profissional.

Em algumas narrativas profissionais não aparece a relação entre os resultados do processo de trabalho e os objetivos profissionais projetados. Fato que nos permite sublinhar, como fundamental, a necessidade de sistematização de dados e das informações acerca dos resultados de sua prática profissional no enfrentamento da violência. Por

outro lado, alguns profissionais identificaram os resultados de seu trabalho a partir de “mudanças” nas relações familiares, mas poucos associaram os resultados de seu trabalho relativos ao acesso e à garantia de direitos, o que contrasta com as declarações quanto aos objetivos profissional projetados.

Outrossim, a falta de articulação política entre os profissionais pode corroborar com práticas individualizadas, fragmentadas e fragmentadoras destituídas de sentido coletivo, e portanto, conferido dificuldades concretas aos assistentes sociais de perceberem os resultados de seu processo de trabalho.

A reflexão acerca dos resultados do processo de trabalho viabiliza a visualização de limites e possibilidades da ação profissional no campo contraditório e dinâmico do qual é formada a política social, que também se constitui como espaço estratégico de luta por direitos sociais. De tal modo, ao perceber os resultados de sua ação, o assistente social pode rever sua prática e conferir maior instrumentalidade a ela, corroborando na construção de novas estratégias de enfrentamento da violência.

A aproximação com a prática profissional no referido espaço sócio-ocupacional nos permitiu, ainda, nos debruçar sobre a particularidade da ação do assistente social. Pode-se apontar, assim, que alguns aspectos específicos que atravessam este campo profissional garantem certa particularidade à prática profissional. Dentre os quais: a natureza das demandas profissionais, o trabalho multidisciplinar, o trabalho direcionado a grupos familiares, e as próprias condições objetivas de realização do trabalho e a forma como este profissional responde às demandas requisitadas.

Destarte, a construção de respostas profissionais dos assistentes sociais diante das distintas expressões da violência podem vir a ser determinadas pelas condições objetivas nas quais se realiza a ação profissional. Igualmente pelo modo como esse profissional apreende a realidade na qual atua, a partir de como se definem os objetivos e as estratégias profissionais, como faz as escolhas de instrumentos e técnicas de trabalho, a maneira como processa a permanente reflexão, não apenas dos resultados, mas do próprio processo de trabalho e como se constitui o campo sócio-ocupacional que pode influir sobre os avanços e os retrocessos da contribuição da prática do assistente social no enfrentamento da violência.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ALVES, Eduardo. **Uma análise crítica do Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado.** Ano I - Nº 03 Quadrimestral – Maringá: Dezembro de 2001. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/03alves.htm>. Acesso 29 março 2010.

BAPTISTA, Myrian Veras. Prática Social/Prática profissional: a natureza complexa das relações cotidianas. In: Myrian Veras Baptista; Odária Battini.. (Orgs.). **A prática profissional do Assistente Social:** teoria, ação e construção do conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1988.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética:** Fundamentos sócio-históricos. Biblioteca Básica de Serviço Social – Vol. 4 – São Paulo: Cortez, 2008.

BATTINI, Odária. A atitude investigativa e a prática profissional. In: Myrian Veras Baptista; Odária Battini.. (Orgs.). **A prática profissional do Assistente Social:** teoria, ação e construção do conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009.

BORBA, Fernanda Eli. **Diagnóstico inconclusivo para o abuso sexual:** os pontos cegos para a comprovação de violência sexual intrafamiliar contra criança e o adolescente. Programa de Pós- Graduação em Serviço Social (Dissertação Mestrado). Florianópolis: UFSC, 2007.

BRASIL. Constituição Federal 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei 8069/90. Brasília: Ministério da Ação Social, 1990.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretária dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Enfretamento da Violência Sexual Infanto-juvenil**. Coleção Garantia de Direitos. Série Subsídios. Tomo V. 3. ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Secretária de Estado da Assistência Social. **Diretrizes do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Programa “Sentinela”**. Brasília: SEAS, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretária Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humano/SUAS**. Brasília, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Avaliação de políticas e programas do MDS. Resultados: Bolsa Família e Assistência Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa de informações básicas municipais**. Perfil dos Municípios Brasileiros. Assistência Social 2009. Rio de Janeiro: IBGE 2010.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. (3ª edição revista e atualizada). Brasília: CFESS, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Ensaio: Ética e Violência**. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Teoria & Debate. out-dez/1998. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/conteudo/ensaio-etica-e-violencia>>. Acesso em 22 fevereiro 2010.

CORRÊA, Carlos Humberto Pedermeiras. **História Oral**: teoria e técnica. Florianópolis: UFSC, 1978.

COSTA, Jurandir Freire. O Vestígio e a Aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de Projeto de Trabalho Profissional. In: CFESS e ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 01. ed. Brasília: UnB-Centro de Educação a Distância, 2009, v. 01, p. 651-663.

DOLINGER, Jacob. Criança no Direito Internacional. In: **A Família no Direito Internacional Privado Parte 2**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. v. 2. 550 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Redes de Exploração e Abuso Sexual e Redes de Proteção**. Trabalho apresentado no 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Goiânia - Julho de 1998, Anais - Vol. 1- p.267-271.

FÁVERO, Eunice Terezinha. As implicações Ético-Políticas do Processo de Construção do Estudo Social. In: **O Serviço Social e o sistema sociojurídico**. CRESS 7ª Região. Revista em Foco, Rio de Janeiro, maio de 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, Yolanda. ; Forti, Valéria. . “Na prática a teoria é outra?”. In: Yolanda Guerra e Valéria Forti. (Orgs.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010, v. , p. 3-23

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mod. 04: **O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: UNB/CEAD, 2000.

_____. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

_____. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: Myrian Veras Baptista; Odária Battini.. (Orgs.). **A prática profissional do Assistente Social** - teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009, v. I, p. 79 - 106.

GUERRA, Viviane. Nogueira .de Azevedo. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, v. 2, n. 3, p. 9-31, jan/jun. 2001.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS (Org.) **Atribuições**

privativas do (a) assistente social – Em questão. Brasília: CFESS, 2002.

_____. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Serviço Social em tempo de fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS e ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 01. ed. Brasília: UnB-Centro de Educação a Distancia, 2009, v. 01, p. 201- 219.

KONDER, Leonardo. **O que é Dialética**. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

_____. **O futuro da filosofia da práxis:** o Pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MARQUES, Selma Maria Muniz. **A política para a infância e adolescência:** a prioridade absoluta na contramão do neoliberalismo. In: XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2008, São Luis. XI ENPESS - Trabalho, Políticas Sociais e Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social: resistência e desafios. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2008.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos (1844). In. **Os Pensadores**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultura, 1985.

_____. **O Capital**. São Paulo: Difel, 1985. 1. I, v.1.

MATOS, Marlise et al. Avaliação do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - Sentinela. In: Jeni Vaitsman; Rômulo Paes-Sousa. (Orgs.). **Avaliação de Políticas e Programas do MDS - Resultados** (volume II - Bolsa Família e Assistência Social). 1 ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007, v. 2, p. 369-410.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. A violência dramatiza suas causas. In: MINAYO, Maria. Celília; SOUZA, Edinilsa. Ramos de. (Orgs). **Violência sob o olhar da saúde: ainfrapolíticada contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

NETO, Wanderlino Nogueira. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 83. São Paulo: Cortez, 2005, p.5-29.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MEURER, Dirte Souto. **Os Condicionantes Sociais Potencializadores do Risco de Reintegração da Violência Sexual contra a criança e o adolescente**. Programa de Pós- Graduação em Serviço Social (Dissertação Mestrado). Florianópolis: UFSC, 2006.

MIOTO, Regina Célia. **Para que tudo não termine em “um caso de família”**: aportes para o debate de violência doméstica. Revista Katálises, v.6, n.1, p.96 – 103, jan./jun. 2003.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

PAIVA, Beatriz Augusto e SALES, Mione Apolinário. A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios In: BONETTI, Dilséa A. et al (Orgs.) **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAIVA, Beatriz Augusto. Reflexões sobre pesquisa e processo de formulação e gestão. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mod. 04: **O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: UNB/CEAD, 2000.

PEREIRA, Jr. Almir e HERINGER, Rosana (Orgs.). **Os impasses da cidadania - infância e adolescência no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

Pizzol, Alcebir Dal e Silva. **O Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina**. Florianópolis: Gráfica TJSC, 2001.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria necessária para a prática do assistente social. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mod. 04: **O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: UNB/CEAD, 2000.

RECH, Lilian Keli. **Abrindo a Caixa de Pandora**: o desvendamento do abuso sexual a contra criança e o adolescente. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da America Latina**. Petrópolis: Vozes, 1978.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIOS, Terezinha. **Ética e Competência**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção questões da nossa época).

SANTOS, Cláudia Monica e NORONHA, Karine. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social: uma perspectiva crítica. In: Yolanda Guerra e Valéria Forti. (Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010, v. , p. 47- 63.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. **Instrumentos e Técnicas: elementos para uma rediscussão** (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PUC, 1994.

SILVA, José Fernando Siqueira. **O método em Marx e o estudo da violência estrutural**. Revista Eletrônica da Faculdade de História, Direito, Serviço Social e Relações Internacionais (UNESP). Franca, 08 out. 2005. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/revista/index.htm>>. Acesso em: 20 março 2010.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: continuidades e discontinuidades**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, v. 83, p. 30-48, 2005.

_____. **Violência e Serviço Social: notas críticas**. Revista Katálisis, 2008, vol.11, no.2, p.265-273.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Ponta Grossa: Emancipação, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. **Pesquisa e produção de conhecimento no campo do serviço social**. Revista Katálisys, Florianópolis, v. 10, p.15-25. 2007,

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano e Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VERONESE, Josiane Rose Petri e Costa, Marli Marlene Moraes. **Violência Doméstica**: quando a vítima é criança ou adolescente – uma leitura interdisciplinar. Florianópolis: OAB/SC editora, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: **Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: UNB/CEAD, 1999, p. 88-99.

_____. O significado sócio-histórico da profissão. In: Curso: Serviço Social: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Módulo I. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEAD-UNB, 2009.

PÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado participante, eu, Renata Nunes, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof. Dr^a Maria Manoela Valença estou realizando pesquisa intitulada “**A Contribuição da Intervenção do Assistente Social no Enfrentamento da Violência contra a Criança e o Adolescente**”.

Sendo assim, solicito seu consentimento para a participação em entrevista que tem o objetivo de conhecer a contribuição da intervenção profissional no enfrentamento da violência contra esse segmento populacional. Solicito, ainda, sua autorização para a gravação em áudio da entrevista, de modo que seja possível realizar a transcrição das informações garantindo, assim, maior fidedignidade dos dados. Salientamos que manteremos o anonimato das informações prestadas.

Desde já contamos com a sua colaboração e agradecemos a sua atenção.

Nome do Entrevistado: _____

Assinatura do entrevistado: _____

Data de assinatura: _____

Renata Nunes
Mestranda do Programa de Pós- Graduação
em Serviço Social da UFSC

Prof. Dr. ^a Maria Manoela Valença
Orientadora

APÊNDICE B - Roteiro da entrevista

Enquanto profissional de Serviço Social, qual a sua concepção sobre o fenômeno da violência que aparece como demanda de seu trabalho?

Qual a especificidade do Assistente Social neste campo de atuação?

Como você define seus objetivos profissionais frente às expressões da violência? E qual a relação você faz entre os objetivos institucionais e os profissionais?

Quais os instrumentos mais utilizados na intervenção no enfrentamento da violência?

Como você identifica os resultados de seu trabalho neste campo de atuação?

Como você sistematiza dados e informações da realidade na qual você atua?

Qual a contribuição de sua formação (graduação) à intervenção nas expressões da violência?

Qual a contribuição do assistente social para o enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente?

Aponte os desafios profissionais para a intervenção nas expressões da violência?

Como você avalia a proposta do PAEFI?

Considerações

APÊNDICE C - Documento indicando a devolutiva dos dados coletados

Prezada Assistente Social,

Você participou da pesquisa intitulada **“A Contribuição da Intervenção do Assistente Social no Enfrentamento da Violência contra Criança e o Adolescente”**, desenvolvida por mim, Renata Nunes, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof^a. Dra. Maria Manoela Valença.

Tal pesquisa utilizou como um dos instrumentos de coleta de dados a entrevista, na qual houve a sua importante participação, sendo está gravada com sua autorização e posteriormente transcrita. No intuito de fazer a devolutiva do material coletado nesta fase da pesquisa, estamos encaminhando anexo o arquivo com a transcrição da entrevista que vossa senhoria nos concedeu. **Caso entenda ser necessário** fazer alguma alteração sobre o conteúdo da transcrição, solicitamos que nos encaminhe tais considerações até o dia 20 de outubro de 2010 para que possamos considerá-las em nosso estudo.

Solicitamos ainda que confirme o recebimento desta comunicação.

Atenciosamente,

Renata Nunes
Mestranda do Programa de Pós- Graduação
em Serviço Social da UFSC

ANEXO A - Síntese biográfica de mulheres ícones da sociedade brasileira que inspiraram os nomes fictícios

Anita Garibaldi (1821- 1849)

Ana Maira de Jesus Ribeiro nasceu em agosto de 1821, em Laguna, na então província de Santa Catarina. Filha de Maria Antonieta de Jesus, natural de Lages (SC) e de Bento Ribeiro da Silva, natural de São José dos Pinhais, (PR), tropeiro condutor de gado. Companheira do italiano Giuseppe Maria Garibaldi que, a serviço da República Rio-Grandense, participou da tomada de Laguna durante a Revolução Farroupilha (1835). Anita seguiu Giuseppe nos combates em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai e Itália. Conhecida como “Heroína dos dois Mundos”, Anita é considerada uma das mulheres mais corajosas e fortes de seu tempo.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a Atualidade*. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

Antonieta de Barros (1901 – 1952)

Nasceu em julho de 1901, em Florianópolis, era filha de Catarina e Rodolfo de Barros. Antonieta por ser mulher negra teve que romper muitas barreiras para conquistar espaço na sociedade no seu tempo. Aos vinte anos iniciou sua atividade jornalística no jornal *A Semana* e depois *o Vida Ilhêa* em Florianópolis. Como educadora fundou o curso Antonieta de Barros que dirigiu até a morte. Na primeira eleição em que as mulheres brasileiras puderam votar e serem votadas, se elegeu deputada estadual (1934-1937). Tornou-se a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil, foi também a primeira mulher a participar do Legislativo Estadual de Santa Catarina.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a Atualidade*. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

Cecília Meireles (1901- 1964)

Considerada a maior poetisa do Brasil, Cecília Benevides de Carvalho Meireles nasceu em novembro de 1901, no Rio de Janeiro. Filha da professora primária, Matilde Benevides, e de Carlos de Carvalho Meireles. Órfã de pai e mãe aos três anos de idade foi criada pela avó materna. Dedicou-se ao magistério primário, experiência que resultou no livro *Criança meu amor*. Publicou poemas de tonalidade simbolista, deixando-se atrair posteriormente pela revolução estética modernista. Um dos aspectos fundamentais de Cecília Meireles é sua consciência da transitoriedade das coisas. Entre suas obras, o livro *Romanceiro da Inconfidência*, os poemas *Ou isto ou Aquilo* e os versos de *o Motivo*. Morre em 1964 deixando uma imensa obra.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a Atualidade. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

Cora Coralina (1889 – 1985)

Pseudônimo de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889 – 1985) foi uma grande poetisa e contista brasileira. Nasceu em 20 de agosto de 1889 na cidade de Goiás. Publicou seu primeiro livro aos 76 anos. Mulher simples, doceira de profissão, viveu longe dos grandes centros urbanos; alheia a modismos literários produziu uma obra poética rica em motivos do cotidiano do interior brasileiro, em particular dos becos e ruas históricas de Goiás. Começou a escrever os seus primeiros textos aos quatorze anos de idade, publicando-os nos jornais locais apesar da pouca escolaridade. Aos 60 anos passou a ter seu talento reconhecido fora de sua cidade. Na década de 1980 passou a se corresponder com Carlos Drummond de Andrade, que admirava seu talento. Foi homenageada no Festival Nacional Mulheres da Arte e recebeu o título de doutora *honoris causa*, concedido pela Universidade Federal de Goiás. Em 1983, recebeu da União Brasileira de Escritores o título de Intelectual do Ano e o Troféu Juca Pato, sendo a primeira mulher a recebê-lo. Cora Coralina morreu em Goiânia, em 10 de abril de 1985, e sua casa foi transformada num museu em homenagem à sua história de vida e produção literária.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a Atualidade. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

Clarice Lispector (1925- 1977)

Escritora com o maior número de obras traduzidas, nasceu em dezembro de 1925 na Ucrânia. Veio com seus pais para o Brasil quando tinha dois meses de vida. Fez questão de naturalizar-se brasileira. Passou a infância no Recife onde aos sete anos já escrevia histórias para a seção infantil de um jornal pernambucano. Aos 12 anos veio para o Rio de Janeiro com a família. Diplomou-se em Direito em 1944. Casou-se com um diplomata e morou fora do Brasil, ocasião em que seus poemas apareceram em vários periódicos brasileiros. Clarice recebeu inúmeros prêmios. Romancista, contista e cronista, foi uma das mais importantes escritoras do século XX. Tratou de questões urbanas, feministas e psicológicas. A preocupação com temas filosóficos como o ser, a consciência e a linguagem são apresentadas em suas obras. Sua obra inspirou produções teatrais e de cinema como o filme *a Hora da Estrela* de 1985, dirigido por Susana Amaral.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a Atualidade. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

Luciana de Abreu (1847- 1880)

Luciana foi colocada na roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia , em Porto Alegre (RS). Foi adotada pelo guarda-livros Gaspar Pereira Viana. Em 1869, foi uma das primeiras a se matricular na recém inaugurada Escola Normal de Porto Alegre. Diplomou-se em 1872 e foi nomeada professora de uma escola pública no ano seguinte. Luciana foi a primeira mulher de Porto Alegre a discursar em público, subindo à tribuna da Sociedade Partenon Literário para defender os direitos das mulheres à emancipação. Tal sociedade reunia intelectuais da capital gaúcha e adeptos das idéias abolicionista, defendiam o direito à instrução das mulheres. Arrecadavam fundos para libertar escravos e promoviam saraus literários para aprimorar a educação feminina. No discurso que fez Luciana pregava a igualdade de oportunidades, o que implicava o direito feminino ao voto. Foi

ovacionada pelos presentes e se tornou uma heroína da capital gaúcha. Faleceu de tuberculose no dia 13 de junho de 1880.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a Atualidade. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

Madalena Caramuru

Índia e primeira mulher brasileira letrada, filha da índia Moema ou Catarina Paraguaçu, segundo Eduardo Bueno e Diogo de Alvares Correa, o Caramuru. Madalena viveu na Bahia em meados do século XVI. Alguns historiadores atestam que ela foi a primeira mulher brasileira a ler e escrever em um época que as mulheres era mantidas na ignorância. O casamento de Madalena com Afonso Rodrigues contribuiu para seu ingresso no mundo das letras. Segundo Gastão Penalva, em 1561, Madalena teria escrito uma carta ao bispo de Salvador pedindo que as crianças escravas fossem salvas dos maus-tratos. Lamentava que a Bahia “que ainda ontem braço de geração tão pura” tivesse passado a ser vítima do domínio de negociantes negreiros. A carta de Madalena de Caramuru perdura como uma construção historiográfica que busca resgatar o papel da mulher na sociedade luso-brasileira. Representa uma notória exceção ao padrão vigente na antiga sociedade colonial, na qual as mulheres eram completamente alijadas dos bens culturais.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a Atualidade. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

Maria da Penha

Biofarmacêutica brasileira, Maria da Penha Maia Fernandes é líder de movimentos de defesa dos direitos das mulheres, vítima emblemática da violência doméstica. Em 1983, seu ex-marido, o professor universitário colombiano Marco Antonio Heredia Viveros, tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez atirou contra ela, simulando um assalto, posteriormente tentou eletrocutá-la. Tendo em vista as agressões sofridas, Penha ficou

paraplégica. Nove anos depois, seu agressor foi condenado a oito anos de prisão. Entretanto, recursos jurídicos, viabilizaram apenas sua prisão por dois anos, sendo solto em 2002, e permanecendo solto até hoje. O episódio chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) sendo considerado, pela primeira vez na história, um crime de violência doméstica. Hoje, Penha coordena estudos da Associação de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV), no Ceará. Esteve presente à cerimônia da sanção da lei brasileira que leva seu nome, junto aos demais ministros e representantes do movimento feminista. A Lei Maria da Penha foi sancionada pelo presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, na qual há aumento no rigor das punições às agressões contra a mulher, quando ocorridas no ambiente doméstico ou familiar. Tal lei reconhece a gravidade dos casos de violência doméstica e retira dos juizados especiais criminais (que julgam crimes de menor potencial ofensivo) a competência para julgá-los.

Wikipédia, Disponível em: endereço:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_da_Penha_Maia_Fernandes>.

Acesso em 11/01/2011.